UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JOÃO ANTONIO DA SILVA

**POR UMA SOCIEDADE DE IGUAIS:
A FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O TRABALHO NA PERSPECTIVA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

SÃO PAULO

2013

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JOÃO ANTONIO DA SILVA

**POR UMA SOCIEDADE DE IGUAIS:
A FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O TRABALHO NA PERSPECTIVA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação

Orientadora:

Prof^a Dr^a Sonia Maria Portella Kruppa

Versão corrigida

SÃO PAULO
2013

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
37.047
S586p | <p>Silva, João Antonio da</p> <p>Por uma sociedade de iguais: a formação de jovens para o trabalho na perspectiva da economia solidária / João Antonio da Silva; orientação Sonia Maria Portella Kruppa. São Paulo: s.n., 2013.</p> <p>233 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação) -
- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.</p> <p>1. Jovens (Formação; Educação) 2. Trabalho 3. Educação 4. Economia solidária I. Kruppa, Sonia Maria Portella orient.</p> |
|-----------------|---|
-

FICHA DE APROVAÇÃO

Candidato: João Antonio da Silva.

Por uma sociedade de iguais: a formação de jovens para o trabalho na perspectiva da Economia Solidária.

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação da faculdade de educação da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de mestre em educação.

Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Orientadora: Prof^a Dr^a Sonia Maria Portella Kruppa

Instituição: FE-USP

Assinatura: _____

Prof^a Dr^a Sylvia Leser de Mello

Instituição: IP- USP

Assinatura: _____

Prof^a Dr^a Jutta Gertrud Anna Gutberlet

Instituição: UV-Externo

Assinatura: _____

*Vem, me fala tu de liberdade
Dessa igualdade que todos queremos
Desta vida nova que todos buscamos
Desta paz que um dia encontraremos.*
Zé Vicente

Dedico este trabalho a todos e todas que sempre me fizeram acreditar na concretização dos meus sonhos e que com palavras e gestos me incentivaram para que eu pudesse realizá-los. Neste momento, gratidão é tudo que tenho a dizer e cada uma dessas pessoas não podem ser esquecidas. Papai e mamãe, esposa e filhos, irmãs e os demais parentes que se firmam como base de sustentação e ânimo pela vida. De maneira carinhosa e fraterna, minha orientadora, Prof^a Sonia Kruppa, que desde o momento da aceitação de minha proposta de estudo se pôs a caminho para questionar, refletir e renovar os sonhos por um mundo melhor sempre valorizando a autonomia e indicando novos olhares sobre questões desafiadoras. Aos muitos amigos e amigas que embora não sendo citados e citadas textualmente sabem que lhe sou muito grato pelas inúmeras oportunidades de reflexão proporcionadas em conversas às vezes até informais mas de extrema importância. Agradeço de forma especial a adolescentes, jovens, educadores e formadores das Instituições pelas quais passei e que de maneira particular contribuíram com este trabalho. As diversas pessoas que cruzei pelo caminho e que trago no coração, o meu singelo Obrigado.

"Há criaturas como a cana, mesmo postas na moenda, esmagadas de todo, reduzidas a bagaço, só sabem dar doçura."

Hélder Câmara

RESUMO

SILVA, João Antonio. Por uma sociedade de iguais: a formação de jovens para o trabalho na perspectiva da Economia Solidária. 2013. 230p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este trabalho diz respeito à análise da relevância do processo educativo da formação de jovens nos princípios da Economia Solidária. A existência de abismos sociais, que dividem ricos e pobres na sociedade atual, cria a necessidade do fortalecimento da educação para o trabalho, sob o prisma da emancipação das pessoas e, sobretudo, dos jovens. Refletindo as contradições da própria sociedade, existe uma problemática educacional que, entre outros fatores, contribui para a vulnerabilização e mesmo para a exclusão social de milhares de jovens. O trabalho, ora apresentado, é resultado de uma análise sobre essa temática e foi realizado combinando-se investigação bibliográfica, com o levantamento de dados junto a duas Instituições de formação de jovens, onde também foram realizadas entrevistas. O estudo do material coletado permite afirmar que, a formação de jovens sob a perspectiva e princípios da Economia Solidária, colocando-os como sujeitos e protagonistas dessas ações de formação, trazem condições de acesso destes jovens ao mundo do trabalho de forma emancipada e com maior resistência propositiva ao trabalho subordinado. A pesquisa aponta a necessidade de que essa prática pedagógica emancipadora seja associada por políticas públicas adequadas de fomento a empreendimentos econômicos organizados de forma democrática. Ainda, no estudo feito se tomou como exemplo paradigmático o processo de formação de jovens desencadeado desde o início da história do Complexo Cooperativo de Mondragón, na Espanha. A história de Mondragón foi tomada como modelo exitoso de formação, haja vista que o processo educativo destinado aos jovens deu os primeiros passos na direção da criação daquilo que é considerada a mais bem sucedida experiência do cooperativismo no mundo.

Palavras-chave: Jovens. Trabalho. Educação. Economia Solidária.

ABSTRACT

SILVA, João Antonio. For a society of equals: the training of young people for work in view of the solidarity economy. 2013. 230p. Thesis (MA) - Faculty of Education, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

This work concerns the analysis of the relevance of the educational process of the formation of youth in the principles of the Solidarity Economy. The existence of social chasms that divide rich and poor in our society, creates the need to strengthen education to work through the prism of the emancipation of the people, and especially young people. Reflecting the contradictions of society itself, there is an educational problem that, among other factors, contribute to the increasing vulnerability and even to the exclusion of thousands of young people. The work presented here is the result of an analysis of this issue and was conducted by combining literature with research data collection at the two institutions training young people, where they were also interviewed. The study of the material collected to suggest that the formation of young people's perspective and principles of the Solidarity Economy, placing them as subjects and protagonists of these training activities, brings access conditions these young people to the labor of an empowered and more purposeful resistance to work subordinate. The research points to the need for such emancipatory pedagogical practice is associated with the appropriate public policies to promote the economic enterprises organized in a democratic manner. Still, the study was taken as paradigmatic example of the process of training young unleashed since the early history of the Mondragon Cooperative Complex in Spain. The story of Mondragón was taken as a model of successful training, given that the educational process for young people, took the first steps towards the creation of what is considered the most successful experience of cooperatives in the world.

Key-words: Youth. Work. Education. Solidary Economy.

RESUMEN

SILVA, João Antonio. Por una sociedad de iguales: la formación de los jóvenes para el trabajo en vista de la economía solidaria. 2013. 230p. Tesis (MA) - Facultad de Educación de la Universidad de São Paulo, São Paulo, 2013.

Este trabajo es el análisis de la pertinencia de los procesos educativos de la formación de los jóvenes en los principios de la economía solidaria. La existencia de los abismos sociales que dividen a ricos y pobres en nuestra sociedad, crea la necesidad de fortalecer la educación al trabajo a través del prisma de la emancipación de las personas, y especialmente a los jóvenes. Como reflejo de las contradicciones de la sociedad misma, no es un problema educativo que, entre otros factores, contribuyen al aumento de la vulnerabilidad e incluso a la exclusión de miles de jóvenes. El trabajo que aquí se presenta es el resultado de un análisis de este tema y se llevó a cabo mediante la combinación de la literatura con la recolección de datos de investigación de las dos instituciones de formación de los jóvenes, en los que también fueron entrevistados. El estudio del material recogido para sugerir que la formación de la perspectiva y los principios de la Economía Solidaria de los jóvenes, poniendo como sujetos y protagonistas de estas actividades de formación, aporta las condiciones de acceso a estos jóvenes a la obra de un poder y más resistencia intencional a trabajar subordinado. La investigación apunta a la necesidad de esta práctica pedagógica emancipadora se asocia con las políticas públicas apropiadas para promover las empresas económicas organizadas de forma democrática. Aun así, el estudio se tomó como ejemplo paradigmático del proceso de formación de jóvenes desató desde principios de la historia del Complejo Cooperativo Mondragón en España. La historia de Mondragón fue tomada como modelo de éxito de la capacitación, dado que el proceso educativo de los jóvenes, dio los primeros pasos hacia la creación de lo que se considera la experiencia más exitosa de las cooperativas en el mundo.

Palabras clave: Juventud. Trabajo. Educación. Economía Solidaria.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Taxa de analfabetismo no Brasil segundo categorias

Tabela 2: Taxas de escolarização dos jovens

Tabela 3: Síntese dos principais programas dirigidos à população jovem (14-29 anos) em nível federal

Tabela 4: Dados sobre renda familiar na região de São Mateus

Tabela 5: Dados sobre violência juvenil na região de São Mateus

Tabela 6: Dados sobre a situação de trabalho dos jovens na região de São Mateus

Tabela 7: Funções desempenhadas pelos jovens ocupados - Centro de Ofícios Semente e Vida

Tabela 8: Funções e ocupação dos pais dos jovens ocupados - Centro de Ofícios Semente e Vida

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Distribuição etária da população brasileira
- Figura 2: Distribuição etária da população brasileira por gênero
- Figura 3: Distribuição da população jovem no meio urbano e rural
- Figura 4: População em idade ativa por gênero, faixa etária e raça
- Figura 5: população economicamente ativa por gênero, faixa etária e raça
- Figura 6: Desigualdade na posse de renda entre os jovens
- Figura 7: Funil da Educação no Brasil
- Figura 8: Índices de analfabetismo entre os jovens em 2007
- Figura 9: Números do analfabetismo 2011/mil pessoas
- Figura 10: Taxas de escolarização dos jovens
- Figura 11: Taxas de escolarização dos jovens, considerando estudo completo e incompleto
- Figura 12: Taxas de escolarização dos jovens por gênero
- Figura 13: Associação entre trabalho e estudo
- Figura 14: Condições de atividade-estudo por gênero e faixa etária
- Figura 15: Índice de desemprego no Brasil por faixa etária e gênero
- Figura 16: Taxa de desocupação no Brasil por faixa etária
- Figura 17: Taxa de desocupação no Brasil por gênero e raça
- Figura 18: Posição dos jovens nas categorias de ocupação
- Figura 19: Percentual de jovens que trabalham sem carteira assinada
- Figura 20: Mortalidade juvenil - 2008
- Figura 21: Taxas de desemprego por gênero, faixa etária e escolaridade
- Figura 22: Características dos Empreendimentos Solidários no Brasil
- Figura 23: Participantes envolvidos nos Empreendimentos Solidários
- Figura 24: Escola de Aprendizizes de Mondragón
- Figura 25: Oficina da escola de aprendizes
- Figura 26: Os 5 pioneiros de Mondragón
- Figura 27: Sede do Centro de Ofícios Semente e Vida
- Figura 28: Faixa etária - Público Centro de Ofícios Semente e Vida 2011
- Figura 29: Público - Centro de Ofícios Semente e Vida por gênero – 2011
- Figura 30: Bairros de origem jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011
- Figura 31: Mapa da cidade de Cotia
- Figura 32: Composição familiar - jovens Centro de Ofícios Semente e Vida 2011
- Figura 33: Renda familiar mensal - jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011
- Figura 34: Chefes das famílias jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Figura 35: Escolaridade - jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Figura 36: Inserção dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida em 5 anos

Figura 37: Atividades desempenhadas pelos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 38: Jovens do Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 39: Sede do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello

Figura 40: Mapa da Zona Leste da Cidade de São Paulo

Figura 41: Jovens do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello

Figura 42: Características de Ocupação dos jovens Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 43: Setores de Ocupação dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 44: Dados da Ocupação dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 45: Dados de formação dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 46: Dados de escolaridade dos pais dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 47: Avaliação Geral da Instituição pelos jovens do Centro de Ofícios Semente e Vida

Figura 48: Gênero e composição familiar dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 49: Origem das famílias dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 50: Situação ocupacional - membros das famílias dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 51: Dificuldades para encontrar trabalho - famílias dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 52: Escolaridade dos pais dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 53: Escolaridade dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 54: Escolaridade dos pais dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 55: Formação para o trabalho dos pais dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 56: Inserção dos jovens no Projeto CPA

Figura 57: Situação ocupacional dos jovens da Ágathom Ambiental

Figura 58: Renda familiar dos jovens da Ágathom Ambiental

SIGLÁRIO

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ACJ	Associação Caminhando Juntos
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão
APA	Área de Proteção Ambiental
CAC	Cooperativa Agrícola de Cotia
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPA	Centro de Profissionalização de Adolescentes
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATASUS	Banco de dados do Sistema Único de Saúde
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCPS	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MCC	Complexo Cooperativo Mondragón
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PD	População Desocupada
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa

PIB	Produto interno bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PO	População Ocupada
RMs	Regiões Metropolitanas
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNISOL	União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	18
1 INTRODUÇÃO.....	24
2 JUVENTUDE.....	43
2.1 Ser Jovem.....	43
2.2 Juventude: esboços e demografia.....	48
2.3 A possível sociedade de iguais: os desafios para a relação educação e trabalho com jovens.....	74
2.4 Sim, uma outra educação é possível.....	90
3 A UTOPIA POR UMA SOCIEDADE DE IGUAIS.....	100
3.1 Heranças de uma História de resistência.....	100
3.1.1 Impulsores e precursores.....	106
3.1.2 Experiências desbravadoras: os pioneiros de Rochdale.	111
3.1.3 Manifestações de Economia Solidária no Brasil.....	116
3.1.4 Políticas Públicas de Economia Solidária: uma construção imprescindível.....	127
3.2 A paradigmática experiência de Mondragón.....	138

4	DOIS CAMINHOS, UM MESMO OBJETIVO: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DAS DUAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS.....	154
4.1	Centro de Ofícios Semente e Vida – Cotia/ SP.....	156
4.1.1	Finalidade da Entidade de acordo com o Estatuto.....	158
4.1.2	Caracterização Socioeconômica dos beneficiários do serviço prestado pela instituição.....	158
4.2	CPA Padre Bello – Bairro São Mateus, Cidade de São Paulo...	165
4.2.1	Caracterização da População da Região.....	166
4.2.2	A Utopia Vislumbrada e as barreiras encontradas.....	170
4.2.3	A Ebulição de novos tempos.....	173
4.2.4	Projeto Ágathon Ambiental.....	176
5	SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS PROPOSTAS DE ATUAÇÃO JUNTO AOS JOVENS.....	178
5.1	Pesquisa com Jovens.....	179
5.1.1	Descrição da metodologia utilizada.....	183
5.1.2	Procedimentos para a pesquisa com os jovens do Centro de Ofícios Semente e Vida.....	183
5.1.3	Procedimentos para a pesquisa com os jovens do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello	185

5.2 Apresentação dos dados coletados no Centro de Ofícios	186
Semente e Vida.....	
5.3 Apresentação dos dados coletados no Centro de	194
Profissionalização do Adolescente Pe. Bello.....	
5.4 Análise sobre os dados coletados.....	203
CONSIDERAÇÕES FINAIS - O Percorso de uma história de	
resistência: ainda é preciso caminhar.....	208
REFERÊNCIAS.....	217
APÊNDICES.....	228

APRESENTAÇÃO:

QUEM SOU E DO QUE FALO

Filho de pais nordestinos, do interior do Estado de Alagoas, iniciei minha vida laboral como aprendiz de torneiro mecânico em uma indústria metalúrgica no município de Guarulhos, em São Paulo, aos 14 anos de idade. O início como aprendiz teve como pano de fundo um curso realizado na Escola SENAI daquele município, nos moldes da aprendizagem industrial.

Permanecendo por 11 anos no meio industrial pude acompanhar no fim dos anos 80 e em toda a década de 90, as mudanças no interior da indústria que passava do modo fordista de produção ao chamado modo de produção enxuta. Pude participar de cursos de formação no interior da indústria, os quais tinham como principal discurso o estabelecimento dos programas de qualidade total. Como operário, vi o tratamento dado pelas empresas aos funcionários, ocasião em que os mesmos passam a ser denominados de “colaboradores”.

O que esta vivência me trouxe, como fator determinante da mudança de “profissão”, foi a percepção sobre o número de pais de famílias que perdiam seus postos de trabalho, sendo substituídos por robôs computadorizados. Não foram poucas as vezes que presenciei esta cena.

Como recusa em aderir ao grupo de trabalhadores que se “requalificava” para manter seus postos de trabalho com as modernas máquinas robotizadas, decidi então voltar à escola e buscar formação universitária para que pudesse assegurar meu futuro e de minha família. Assim sendo, investi no campo da educação com a intenção de poder contribuir com a formação de jovens, baseada na prática da cidadania e dos valores éticos de respeito a si e ao outro.

Não teve, no entanto, na escola para onde me encaminhei, o campo para que pudesse praticar meu intento, conseguindo trabalhar apenas dois meses neste setor. A experiência se deu em uma escola pública estadual que atende alunos do

ensino fundamental e ensino médio no bairro onde resido. Nos intervalos, na sala dos professores e nas reuniões pedagógicas, percebia nos discursos dos educadores a descrença com o potencial dos alunos. Em muitas ocasiões, deparei-me com educadores depreciando o próprio trabalho, com falas em desencontro com o propósito de tornar a escola um espaço de construção da cidadania e da autoestima dos educandos, tal como eu, educador em princípio de carreira, imaginava devesse ser.

Diante dessa postura incrédula por parte dos professores, pude entender a falta de perspectiva dos alunos, que mesmo de forma subjetiva sentiam a falta de melhores perspectivas com relação ao próprio destino. Nesse contexto, um círculo vicioso de recíproca falta de horizontes estava estabelecido: os professores não encontravam motivação para desempenhar seu papel e os alunos não conseguiam ver na escola um espaço de construção social. O desapontamento aqui explicitado, no entanto não se generaliza ao sistema educacional público regular como um todo. É sabido haver muitas boas escolas e projetos que intencionam realizar trabalho sério e de qualidade, mas que diante da opinião pública se ofuscam mediante a grande exposição das deficiências existentes com relação aos sistemas de ensino.

Com vistas a refletir sobre as possibilidades de rompimento desse ciclo, procurei então o engajamento em Organizações Sociais vinculadas ao campo da Assistência Social, organizações estas que me colocaram em contato com o mundo do cooperativismo e da Economia Solidária.

Como educador social, com 12 anos de atuação na formação de jovens para o trabalho, tenho percebido a timidez dos resultados dos programas de formação no que se refere aos impactos que os mesmos provocam nos jovens e suas famílias, haja vista que, em geral, mesmo as instituições de caráter social utilizam-se de um discurso de que os preparam para o “mercado de trabalho”.

O contato com o cooperativismo na cidade de Cotia, em SP, e também em grupos de produtores rurais no semiárido baiano, despertou o meu interesse em

desenvolver estudos que pudessem solidificar o embasamento teórico com vistas a uma prática educativa promotora do bem comum.

Envolvido como formador em cursos de preparação de trabalhadores para o cooperativismo, percebi os percalços econômicos, pessoais, culturais e jurídicos que enfrentam os membros de uma cooperativa na busca da realização de seus objetivos coletivos e comuns.

Esse trabalho de formação cooperativista com grupos de trabalhadores e trabalhadoras em busca de reinserção laboral foi de extrema importância devido ao fato de impulsionar cada vez mais os estudos sobre a organização coletiva e para a autogestão. Durante o processo de estudo, conheci o movimento social da Economia Solidária, que propõe uma visão de mundo que extrapola o cooperativismo tradicional, marcado pela atuação da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e do agronegócio como indutor do movimento cooperativista tradicional.

Ao passo que minha experiência com grupos de adultos que não tinham trabalho se intensificava, percebia também que um coletivo de jovens recepcionados por instituições da região onde atuava também se encontravam na mesma situação, de busca por trabalho.

Diante dessa realidade, teci indagações sobre que tipo de formação é oferecida aos jovens que buscam iniciação e inserção no mundo do trabalho. Em geral, tenho constatado aí o discurso da empregabilidade, do ensino das competências, das habilidades e da inculcação dos sujeitos como recursos às organizações.

Esse discurso incorre sobre os jovens, levando-os a crer em sua incapacidade para terem dignidade e cidadania assegurada por meio do trabalho. Minha questão, portanto, surge quando me deparo com adultos buscando cooperativas como um grito de socorro e jovens sendo formados para uma

empregabilidade que será incapaz de inseri-los no mundo produtivo tal como é seu discurso.

Com o objetivo estabelecido de analisar a relevância do processo de formação de jovens para o trabalho nos princípios da Economia Solidária como elemento norteador para a construção de uma sociedade de iguais, debruicei-me em busca dos elementos que pudessem favorecer o alcance desse propósito.

Para isso, um projeto de pesquisa foi idealizado para a sistematização dessa análise tendo como hipótese a ideia de que, a formação de jovens para o mundo do trabalho, sob a perspectiva e os princípios da Economia Solidária, pode resultar em melhores condições de acesso destes ao mercado trabalhista de forma emancipada e com maior resistência propositiva ao trabalho subordinado, assegurando sua promoção humana e inserção social.

Este relatório expõe a trajetória trilhada no sentido de concretizar o projeto de pesquisa em questão, sendo resultado de uma investigação bibliográfica combinada com trabalho de campo.

Com relação à pesquisa bibliográfica, foi desenvolvido estudo de literatura pertinente ao assunto: livros, artigos, teses e reportagens. Assim, sobre o tema da Economia Solidária se utilizou a obra do economista e professor Paul Singer; sobre o tema Juventude foram considerados os estudiosos que se debruçam sobre os assuntos relacionados como Marília Spósito, Márcio Pochman, Helena Abramo, Elmir de Almeida e Maria Carla Corrochano; refletindo o tema Educação e Economia Solidária recorrer-se-á a Lia Tiriba, Sônia Kruppa, e outros textos do acervo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária; sobre o mundo do trabalho serão analisadas obras de Gaudêncio Frigoto, André Gorz e Ricardo Antunes; como referencial no campo da exclusão e desigualdade social serão apreciados os trabalhos de José de Souza Martins e Robert Castel e Amartya Sen. Para aprofundar o estudo sobre a experiência de Mondragón foi utilizada a obra de Joxe Azurmendi, sobre o pensamento de José Arizmentiarrieta, idealizador do complexo cooperativo Mondragón.

Com relação ao trabalho empírico, foi realizada coleta de dados por meio da pesquisa de campo com a realização de entrevistas com jovens de dois grupos: 1- jovens egressos de uma Instituição de formação na Cidade de Cotia-SP; 2- jovens de uma Instituição de formação sócio-profissionalizante localizada na Zona Leste da Cidade de São Paulo. A ideia foi a de comparar os limites e probabilidades do trabalho desenvolvido com jovens por meio das duas Instituições.

O presente relatório está organizado pela composição de cinco capítulos. O capítulo introdutório versa sobre a questão da desigualdade como fonte das situações de pobreza e exclusão social contextualizando as situações de desigualdade como um obstáculo a ser superado para o pleno desenvolvimento pessoal e comunitário. Traz ainda um breve histórico sobre o tema da desigualdade econômica no Brasil e insere o tema da formação de jovens sob os princípios da Economia Solidária como possibilidade de superação das situações de pobreza e exclusão social.

O capítulo segundo trata do tema Juventude partindo da definição do termo, passando por dados demográficos sobre essa população, demonstrando a situação dos jovens com relação à educação, trabalho violência e com a sociedade em geral. O capítulo traz também uma abordagem sobre programas de formação de jovens e uma reflexão sobre o papel da educação como elemento imprescindível para uma mudança cultural que possa ter, como fruto de um processo de educação para autogestão e solidariedade, uma sociedade mais igualitária.

O terceiro capítulo apresenta um panorama sobre a Economia Solidária. Expõe o percurso histórico das experiências consideradas pioneiras com intenção de construção de uma sociedade sem desigualdades, mostra de maneira breve o pensamento de alguns personagens considerados precursores do movimento de resistência a forma capitalista de organizar a sociedade, e apresenta ainda a riqueza e formas de manifestações da Economia Solidária no Brasil. O capítulo trata da questão da necessidade de se desenvolver políticas públicas de fomento a novas experiências como elemento pilar para que novos projetos e iniciativas sejam concretizados. É feita ainda no terceiro capítulo a exposição de um estudo realizado

sobre as origens e motivações que ergueram o maior complexo cooperativo do mundo, o Complexo Cooperativo de Mondragón. Tomando Mondragón como exemplo paradigmático, buscamos nesse estudo elementos da formação ocorrida nessa experiência, suas dificuldades e suas descobertas, analisando comparativamente esse processo com o que é realizado por duas Instituições de formação de jovens, as quais comporão o estudo.

O quarto capítulo apresenta duas Instituições que se dedicam ao trabalho de formação de jovens para o trabalho com suas características, semelhanças e diferenças. O Centro de Ofícios Semente e Vida, em Cotia SP, e o Centro de Profissionalização do Adolescente Padre Bello, em São Mateus, Cidade de São Paulo. Ambas as instituições foram alvo de pesquisa por meio de entrevistas realizadas com os jovens por elas atendidos.

No quinto capítulo são apresentados e analisados os dados coletados pelas entrevistas realizadas. Buscou-se com isso traçar um diagnóstico na intenção de refletir sobre a hipótese inicialmente lançada. A partir do quadro apresentado, podemos confirmar válida a ideia de que, de fato, carecemos de programas formativos e informativos sobre a Economia Solidária e seus princípios, junto aos jovens, considerando-os atores dotados de um potencial transformador que pode e deve ser estimulado com vistas a uma sociedade de iguais.

Ao final, serão apresentadas as considerações mais relevantes impetradas por meio da reflexão proporcionada pelo entrelaçamento do estudo teórico com a pesquisa realizada, indicando pistas de que a educação pode ser privilegiada como via concreta para uma pedagogia da juventude, com ações educativas que os contemplem como protagonistas na construção de uma sociedade de iguais.

“Liberdade, essa palavra que o sonho humano alimenta, que não há ninguém que explique e ninguém que não entenda”.

Cecília Meireles

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Um olhar observante sobre a fotografia do mundo revela-nos um cenário de contrastes marcantes. Em plena vigência do século XXI da nossa era perdura a existência de dominadores e dominados, ricos e pobres, patrões e empregados, diplomados e sem escola, latifundiários e sem-terra. Um mundo onde a existência da desigualdade de oportunidades se estabelece como estratégia de manutenção de um sistema econômico que em detrimento da maioria promove a uma minoria a detenção de poder e uma vida abastada. Falar em igualdade é discorrer sobre a diminuição de um abismo que marca os contrastes existentes no cenário mundial contemporâneo.

A abordagem do tema voltada à formação do jovem para o trabalho sob uma perspectiva focada na Economia Solidária ganha fôlego e importância quando vislumbra a possibilidade de diminuição dos abismos e contrastes, remetendo-nos a uma reflexão sobre as condições em que se encontram uma considerável parcela da população que se concentra nas periferias das cidades brasileiras. Ao propor uma reflexão tendo como alvo a população jovem, é preciso antes definir quem é essa população. Com esse fim, recorreremos a Lia Tiriba e Maria Clara Fischer. Segundo as autoras:

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera como segmento juvenil a população situada entre 15 e 24 anos; já a Secretaria Nacional da Juventude, criada no Brasil em 2005, considera como jovens todos aqueles que se situam entre 15 e 29 anos. É importante, no entanto, considerarmos a possibilidade de variação destes limites em função das diferenças entre as sociedades, as classes sociais e variáveis como etnia e gênero. Definir *juventude* no singular está cada vez mais difícil e, por isso, toma assento a ideia de *juventude* no plural: *juventudes*. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p. 13-29).

Partindo do princípio de que o tema juventude encontra em sua definição uma gama extensa de variações, o presente trabalho elege como alvo prioritário a parcela dessa população que se encontra em situação de vulnerabilidade econômica e pessoal decorrente das situações de pobreza. É sob o prisma da juventude vulnerabilizada que se apoiam e justificam-se as reflexões acerca da aspiração de construção de uma sociedade de iguais.

A pobreza pode ser entendida em vários sentidos e, em geral, seu entendimento refere-se às condições econômicas, principalmente carência material tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais. Assim, para Paul Singer:

A pobreza é vista também como uma situação relativa, que deve, contudo ser relacionada com a medida absoluta de um *mínimo*. Apesar de este mínimo de consumo, de condições de vida etc. diferir entre os diversos países e mudar continuamente, há uma espécie de referência comum na noção das necessidades básicas, cuja satisfação deve ser assegurada a todos. Tal definição de pobreza praticamente exclui a hipótese de que poderia haver “pobre voluntário” ou “pobre por escolha própria” visto que pobreza, neste sentido, implica padecimento por privação do mínimo necessário para manter a pessoa viva e saudável. (SINGER, 1998, p. 61).

A pobreza, quando tomada como referência em uma definição no âmbito econômico, existe quando um segmento da população é incapaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna. Um país tem pobreza quando existe escassez de recursos, ou quando, apesar de haver um volume aceitável de riquezas, elas estejam mal distribuídas.

A má distribuição das riquezas pode ser compreendida como uma das principais fontes da desigualdade e exclusão social. O texto base da *Campanha da*

*Fraternidade*¹ do ano de 2010 apontava que “a pobreza não é uma fatalidade nem o resultado de fenômenos naturais, tais como enchentes ou a seca, que sem dúvida desafiam as capacidades humanas.” (Texto Base, CF, 2010, p. 30). A pobreza, em sua caracterização econômica, é o resultado visível de políticas e práticas que produzem o fenômeno da desigualdade socioeconômica. De acordo com o texto da Campanha da Fraternidade:

A economia é apenas uma parte de uma cultura, mas influencia decisivamente o modo de vida das pessoas. Vivemos em uma economia de mercado que coloca o aspecto financeiro acima de todos os demais e transforma tudo em mercadoria, que valoriza pessoas pelo seu padrão de consumo, que cria vícios de acúmulo do supérfluo como forma de alguém se sentir importante. (CNBB, TEXTO BASE CF, 2010, p. 41).

Faz-se importante, nesse sentido, situar nosso país. O Brasil não é um país pobre, e sim um território desigual. A história do Brasil apresenta a existência da desigualdade social de maneira constante. Inicialmente, ela estava baseada na distribuição diferenciada da riqueza ligada principalmente à propriedade de terra e, depois, fundamentada na divisão desigual de bens e acesso a serviços básicos, sobretudo educação e saúde, tanto econômicas quanto sociais em um ciclo intergeracional, fazendo surgir a necessidade de se pensar ações para a superação da pobreza e desigualdade. De acordo com Singer:

O processo de exclusão pode levar a mais desigualdade e certamente a mais pobreza, porém não deve ser confundido com seus resultados. Na economia capitalista atual, o único meio de reduzir, com a esperança de eliminar, a exclusão social seria reforçar a inclusão social até abarcar todo o mundo. (SINGER, 2000, p. 62).

Em nossa história e de acordo com o Texto Base da CF, 2010:

¹ A Campanha da Fraternidade surgiu durante o desenvolvimento do Concílio Vaticano II (1962-1965). A cada ano, desde 1964, a Igreja no Brasil propõe a todos os cristãos a Campanha da Fraternidade (CF).

A consequência do longo período de acumulação da riqueza e concessões feitas ao povo para evitar crises sociais foi acompanhada também por um processo de domesticação, que faz com que o povo, desacostumado de ter vez ou voz, acabe considerando como favor aquilo que deveria ser seu por direito. (Ibid., 2010 p. 43).

Frente a esse panorama histórico e no contexto de uma abordagem que vislumbra a construção de uma sociedade de iguais, em contraponto à conjuntura que deixa à margem parcela considerável da população, é de suma importância não deixar de lado o exame das situações de pobreza e desigualdade. A esse respeito, a assistente social Aldaíza Sposati ressalta que:

A pobreza dos brasileiros é tão grande que possibilita até uma pobre concepção do pobre e da pobreza. Com isto, qualquer sinalização, como por exemplo, minorar a desnutrição, já aparece como uma medida de combate à pobreza. Esquece-se que uma condição de vida de tal modo caracterizada por subnutrição, analfabetismo e doença constitui a concepção de pobreza absoluta, que se coloca à parte de qualquer definição razoável de decência humana. (SPOSATI, 1988, p. 22).

Chama-nos a atenção a exposição de Sposati para o fato de superar a visão de pobreza assentada nos pilares da economia e nos conceitos de renda como critério de definição. Nesse sentido, Amartya Sen nos oferece importantes contribuições. Segundo esse autor:

Os debates sobre políticas têm sido realmente distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e a desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. (SEN, 2000, p. 131).

Amartya Sen se debruça de maneira incisiva sob um conjunto variado de diferentes formas de liberdade para combater as barreiras do desenvolvimento

humano, e entende que as privações enraizadas nas sociedades têm que ser aniquiladas. Além de ressaltar que são essas privações que afrouxam as oportunidades sociais, políticas e econômicas. De acordo com Sen:

Às vezes, a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada, de saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos de assistência social [...] a ausência de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou instituições eficazes para manutenção da paz e da ordem local. (SEN, 2000, p. 18).

Tendo em conta inúmeras liberdades existentes, pelas quais, quanto mais o acúmulo de liberdades substantivas que, na visão de Sen, trata-se justamente dessa liberdade potencial que possuem os indivíduos, especialmente da participação, mais numerosas serão as oportunidades reais de escolhas e que podem resultar na perspectiva orientadora de processo de desenvolvimento pessoal, coletivo e de promoção de qualidade de vida.

Ora, para que tenhamos um estilo de vida determinada “de boa qualidade” ou desenvolvimento social, não podemos restringir a nossa visão do mundo somente no espaço do desenvolvimento tradicional, como estamos acostumados a ler nos meios de comunicação, a exemplo do crescimento do produto interno bruto (PIB), no aumento da renda ou bens materiais. É preciso a superação dessa forma restrita de avaliar a pobreza e na justificativa de ações de promoção de sua superação. Assim, afirma Sen:

No contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas de políticas públicas na criação de oportunidades sociais tem importância crucial. No passado dos atuais países ricos, encontramos uma história notável de ação pública por educação, serviços de saúde, reformas agrárias, etc. O amplo compartilhamento

dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse diretamente do processo de expansão econômica. [...] A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. (Ibid.,p. 170).

Porém, a liberdade que nos interessa engloba as disposições sociais, por exemplo, saúde, educação, e porque não a própria conscientização sobre os princípios da Economia Solidária, que podem ser delineadas como suporte para o enfrentamento dos jovens às situações de pobreza e vulnerabilidade social.

Afirmo, assim, como uma das liberdades a serem disponibilizadas aos cidadãos desse país, o acesso às informações e as práticas da Economia Solidária.

A superação das barreiras impostas à parcela da população em situação de pobreza seja ela a definida como carência material e econômica ou a relacionada às limitações das capacidades e liberdades, passam pelo estabelecimento de políticas públicas adequadas, como que impulsionem melhorias qualitativas nos campos de saúde, lazer, cultura, reforma agrária e também as que privilegiem as ações educativas emancipatórias dentro e fora da escola.

1.2 DESIGUALDADE ECONÔMICA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

É preciso inserir o tema da pobreza e desigualdade social como elementos pilares do predominantemente sistema econômico mundial capitalista, que se reflete no Brasil com suas doutrinas e práticas políticas. Nesse sentido, a abordagem que será feita do sistema econômico será breve, haja vista que já é bastante recorrente sua abordagem em inúmeros trabalhos acadêmicos, tendo assim a questão do sistema capitalista como forma predominante de organização da sociedade contemporânea. A inserção dessa abordagem é relevante pelo fato de esclarecer as raízes das situações de desigualdade existentes.

Observa-se que alguns dicionários definem a palavra economia por sua origem do grego *oikos* = cuidar + *nomos* = casa. Economia como a ciência do

cuidado com a casa e tem o sentido de providenciar tudo que é necessário ao Bem viver. As diferentes formas como as sociedades organizam sua maneira de produzir, distribuir e consumir bens e serviços definem-se como sistemas econômicos, ou, em outras palavras, as regras de como se organiza e se cuida da casa.

Recorrendo a história verifica-se que o Brasil, desde o início de seu processo de colonização pelos europeus, teve forjada uma vocação voltada à produção agrícola, cujos objetivos era o abastecimento dos mercados europeus. Sobre esse assunto, o economista Caio Prado Junior alega que:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café [...] Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 31-32, apud. PIRES e COSTA, 2000, p. 94).

A migração do campo à cidade é uma das principais características da transição da sociedade agrária à sociedade urbanizada no Brasil. No contexto da Revolução Industrial (a partir de meados do século XVIII) e do advento do capitalismo industrial que determinam o fim das relações de servidão e escravidão do Brasil colonial, surgem de forma gradativa novas figuras que definem as relações entre capital e trabalho; patrões e empregados. Esses são os possuidores das estruturas de produção e aqueles são os que subordinam sua força de trabalho pela remuneração na forma de salário.

A desigualdade social, desde o século XVIII pode ser considerada como a fonte geradora da pobreza e miséria no país. Com o avanço do capitalismo e da produção da riqueza avança também a marginalização e exclusão social.

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos

nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão e inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo sua própria lógica. (MARTINS, 1997, p. 32).

Seguindo a vocação de estar a serviço dos interesses internacionais, o Brasil inicia seu movimento de urbanização e industrialização entre o fim do séc. XIX e início do séc. XX. Nesse panorama inicial da industrialização do Brasil e da gradativa mudança do modo de viver rural ao urbano, as características estabelecidas pelo capitalismo em sua relação com o trabalho também já começam a se firmar no país.

O trabalhador já não é o clássico escravo dos tempos do Brasil colônia, mas passa a viver uma escravidão disfarçada pelo assalariamento e pelas regras de funcionamento social estabelecida pela relação capital-trabalho, haja vista que as relações de produção modelam a estrutura social e a repartição da sociedade em classes. Nessa perspectiva, a educadora Sônia Kruppa afirma que:

O desenvolvimento capitalista se baseia na propriedade privada do capital, da qual a grande maioria do povo trabalhador está excluída. Se assim não estivesse, os trabalhadores não se sujeitariam, provavelmente, a trabalhar como assalariados e, pior ainda, a permanecer desempregados. (KRUPPA in boletim 17 “Educação e o mundo do trabalho”, 2005, p. 8).

De modo preciso, pouco adianta o desenvolvimento da riqueza econômica se isto não se converte em melhorias nas condições de vida das pessoas. O que temos acompanhado na contemporaneidade é que, teoricamente, as economias têm crescido ao redor do planeta não se traduzindo, entretanto, em melhor distribuição de renda.

A deficiência na geração de trabalho parece cada vez mais corroborar para a não ruptura dos ciclos de desigualdade e pobreza. De acordo com Frigotto: “o emprego vem se tornando um bem cada vez mais escasso e, quando encontrado,

apresenta-se em geral, com baixo salário e qualidade precária”. (FRIGOTTO, 2003, p. 203).

Sob esse ponto de vista, Frigotto afiança ao desemprego a manutenção dos índices de desigualdade e exclusão social por parcela significativa da população. Segundo ele, “a estratégia mais geral de subordinação dá-se mediante o mecanismo de exclusão social, materializado no desemprego estrutural crescente e no emprego precário”. (Frigotto, 1999, p. 100). Ainda, para Santos,

O desenvolvimento do sistema capitalista não apenas subordinou e explorou a força de trabalho, convertendo-a em produtora de mercadoria, mas trabalhou incessantemente para criar, na esfera do trabalho, a lógica do consumo e da aceitação da própria forma de sociabilidade do capital. (SANTOS, 2006, p. 226).

É preciso, entretanto, reconhecer que o capitalismo também propiciou avanços à sociedade. De acordo com Kruppa:

O desenvolvimento capitalista, encarado a partir de uma perspectiva histórica, produziu incessante melhora do nível de vida não só dos capitalistas, mas também de grande parte da classe trabalhadora. Isso ocorreu por causa da conquista dos direitos políticos pelos trabalhadores, sobretudo, pelas mulheres e, na verdade, por toda população considerada adulta. A persistente queda da mortalidade geral e infantil é um indicador seguro desta melhora que, sem dúvida, apresenta muitos outros aspectos, dos quais o ‘consumismo’ é dos mais controvertidos. O que não nega o caráter progressista do desenvolvimento capitalista, apesar de seus efeitos perversos sobre os explorados e ainda piores sobre os que não o são por falta de emprego. Uma característica essencial do desenvolvimento capitalista é que ele não é para todos. (KRUPPA in boletim 17 “Educação e o mundo do trabalho”, 2005, p. 7).

Os avanços alcançados pela classe trabalhadora no sistema capitalista são frutos da oposição feita por grande parte da população, excluída econômica e socialmente de seus resultados.

À medida que o processo de efetivação do capitalismo (tanto nos países europeus como no Brasil) faz emergir a classe operária, em condições extremamente precárias, de intensa exploração e com restrito acesso aos bens e serviços que sua força de trabalho produz, essa mesma classe luta pela superação desta situação.

Nesse sentido, forja-se uma cultura implícita de subordinação e dependência das estruturas do capital, em que os trabalhadores perdem sua autonomia como sujeitos, haja vista que, no modo de produção capitalista, o trabalhador perde cada vez mais o domínio do processo produtivo (característicos dos tempos de produção artesanal e dos primeiros tempos da produção manufatureira).

De forma implícita e subjetiva, a formação dessa cultura da subordinação de certa forma inviabiliza a formação da consciência de classe, a qual encontrará ainda outras barreiras peculiares, no caso brasileiro.

É no modelo imposto de caráter individualista e não solidário de trabalhador, resultado dos primeiros anos de formação da classe operária, aliados ao caráter paternalista e protecionista do Estado, agregados a uma inconsistente formação escolar e profissional, que se sustenta o subjetivo conceito da cultura da subordinação, que se forja ao longo desse percurso trilhado pelo trabalhador.

Tal cultura pode ser identificada como sendo um empecilho e entrave cultural incisivo para a formação de uma base pela qual se construa uma nova sociedade, alicerçada em valores de solidariedade, cooperação e mútua organização coletiva de trabalhadores, mesmo no contexto da crise do desemprego que assola o país.

É verdade que as lutas operárias de resistência à exploração do capital, sobretudo às sustentadas no movimento sindical, sinalizaram possibilidade de ruptura com essa cultura subjetiva de subordinação e abriram as portas para a semeadura de movimentos como o da Economia Solidária no fim do séc. XX, conforme trataremos em capítulo posterior.

Assim sendo, para Singer, a desigualdade gerada pelo capitalismo levou, desde sempre, a reações contrárias por parte dos trabalhadores². A pressão dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida, de tempos em tempos, provocam tensões no modo capitalista de organizar a sociedade. Como forma de atenuar as tensões, o Estado capitalista propicia a concessão de direitos aos trabalhadores, que deram origem à concepção de Estado de Bem-Estar Social que, na realidade, nunca chegou a ser totalmente implantado no Brasil.

O que deve ser ressaltado, porém, é o fato de que as políticas de “Bem-Estar Social”, aí intencionada, modificaram de forma gradual as relações de trabalho como, por exemplo, a redução da jornada trabalhista, mas não alteraram a qualidade do mesmo, haja vista que as condições de exploração da força de trabalho, das instalações insalubres e a própria ausência de um melhor preparo do trabalhador não tiveram continuidade.

Seguindo um tempo de equilíbrio, em que o Estado atuou como propulsor do crescimento capitalista, este caiu em um processo de derrocada com a conjunção de uma série de fatores: acúmulo de produção, sobretudo nos países de industrialização mais avançada, altos índices de inflação e baixos índices de crescimento econômico. De acordo com o historiador Hobsbawn:

Após um longo período de êxito, que se estendeu até a década de 1970, no qual se constitui o crescimento mais rápido da história do capitalismo avançado, as políticas econômicas da Era de Ouro pareceram fracassar (HOBSBAWN, 1995, p. 245).

² Singer in boletim 17, *Educação e o mundo do trabalho*, 2005, p. 7.

Reinventar-se é a palavra de ordem aos capitalistas que apregoam a ideia de que o Estado de Bem-Estar deveria ceder lugar a um novo formato de Estado, o Estado mínimo. Nessa direção, os ideais neoliberais, que já se formavam desde a década de 1940, ganham expressão e se materializam como nova forma de expressão do capitalismo. Conforme as afirmações de Conh:

Ao Estado cabe cuidar somente dos segmentos da sociedade que importam para os sucessivos projetos econômicos vigentes, estabelecendo-se no país o entendimento de que deve ele cuidar dos interesses econômicos inscritos nesses projetos, em detrimento das questões sociais. (COHN, 2003, p. 163).

De encontro com essa teoria, Frigotto nos indica que:

A idéia-força batizadora do ideário neoliberal é a de que o setor público (o Estado) é responsável pela crise, pela ineficiência, pelo privilégio, e que o mercado e o privado são sinônimos de eficiência, qualidade e equidade. Desta idéia-chave advém a tese do 'Estado mínimo' e da necessidade de zerar todas as conquistas sociais, como o direito à estabilidade de emprego, o direito à saúde, educação, transportes públicos, etc. Tudo isso passa a ser regido pela férrea lógica das leis de mercado. Na realidade, a idéia de 'Estado mínimo' significa o Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital (FRIGOTTO, 1999, p.83).

No seguimento de novas estratégias para o predomínio como sistema econômico, as bases do neoliberalismo paulatinamente se estabelecem.

As políticas neoliberais baseiam-se em três ordens principais: a abertura comercial e financeira, as privatizações e as novas regulamentações jurídicas e econômicas, a partir de planos de estabilização baseados em juros altos. Dado o contexto de crise e endividamento da economia, as reformas surgiam como obrigações que os governos deveriam tomar como forma de se alinhar aos

ditames da nova ordem neoliberal internacional. (CATANI, 2011, p. 123).

Com o revigoramento do capitalismo, sustentado pelas concepções neoliberais, novas práticas vão ganhando espaço na sociedade. No cenário da chamada Globalização da Economia se assentam, entre outras, a teoria da acumulação flexível que promove mudanças não apenas em relação ao conteúdo, à forma e à organização do trabalho. De acordo com Frigotto,

Globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, formação polivalente e “valorização do trabalhador” são uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista tanto para estabelecer um novo padrão de acumulação quanto para definir as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial. (FRIGOTTO, 1997, p. 41).

Este processo impulsionou a precarização dos direitos trabalhistas, na medida em que enfraqueceu o poder do Estado quanto ao compromisso de efetivar políticas sociais. Com o neoliberalismo e a globalização, o mercado passou a ser o eixo regulador das relações sociais. Segundo Frigotto:

A recomposição econômica do capitalismo, isto é, recomposição das taxas de lucro, dá-se mediante a radicalização do neoconservadorismo onde o mercado se constitui no “deus” regulador das relações sociais. (FRIGOTTO, 1999, p. 82).

O movimento de reinvenção do capitalismo com o estabelecimento do pensamento neoliberal e a elevação do mercado como baliza das relações sociais provocou a necessidade dos países industrializados de expandirem os limites de seus territórios que já não atendiam mais a demanda de consumo pelo setor industrial.

A quebra de barreiras comerciais nos países periféricos, o barateamento dos custos de produção e a conquista de novos mercados deram ao capitalismo um

impulso que o fez soberano, sobretudo com o fim do chamado bloco socialista, no final dos anos 80 do séc. 20.

No Brasil, vamos assistir a partir dos anos noventa, o reflexo desse processo de transformações nas relações e modo de produção que, aliado ao processo de globalização e ao projeto neoliberal do Estado Mínimo de abertura do mercado nacional ao mercado estrangeiro, provocaram a ida de uma parcela considerável de grandes empresas para a falência, determinando que milhares de pessoas fossem lançadas ao desemprego e ao subemprego.

Empresas de praticamente todos os setores ruíram a partir do início dos anos noventa. Algumas delas, de forma inconcebível nos anos anteriores, desapareceram. Podemos citar apenas como exemplo: Coferraz, Fichet, Tecelagem Tognato, Nordom, Cerâmica São Caetano entre muitas outras na região do Grande ABC; Braseixos, Cobrasma, em Osasco, Pérsico Pizzamiglio em Guarulhos, sem contar nos Impérios Mappin, Mesbla, Vasp, Transbrasil e Gurgel apenas para ilustrar o tema. Diante desse quadro:

As consequências para a vida dos trabalhadores em geral são bastante negativas. O capitalismo atual é caracterizado, sobretudo, por uma intensa exploração da força de trabalho mundial, que é colocada em concorrência devido a abertura de mercados. (CATANI, 2011, p. 68).

Ainda de acordo com Catani:

A rápida abertura comercial e financeira tornou a economia brasileira vulnerável aos capitais estrangeiros e desestruturou a produção interna, que sentiu fortemente a competição com as mercadorias e serviços externos. (CATANI, 2011, p. 124).

O sociólogo do trabalho, Ricardo Antunes, possui uma vasta literatura que aborda as questões do mundo do trabalho e os impactos do neoliberalismo na vida dos trabalhadores. De acordo com Antunes:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acaba muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários e dos desempregados, dadas a vigência da sociedade do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2002, p. 56).

No entanto, o capitalismo é autofágico e não basta a si mesmo. A voracidade por mercado, pela expansão do consumo e pelo domínio dos territórios o faz nutrir-se através da exploração do trabalho infantil, da destruição do meio ambiente, da precarização e destituição dos direitos inerentes ao trabalhador, assim como da reinvenção da própria marginalização e empobrecimento dos povos e elevação dos índices de desemprego.

Neste sentido, conforme Tiriba, “às custas da exploração do ser humano e da natureza, o capitalismo nos conduziu a barbáries”.³Para tanto, de acordo com Singer,

pode-se considerar a exclusão do emprego formal como sendo um dos mais importantes processos de exclusão social. A abertura do mercado interno do Brasil à competição internacional, provocada a partir do início dos anos 90 está altamente correlacionada com tal exclusão. (SINGER, 1998, p.115).

É essa conjuntura que se estabelece no país, que configura o que Singer define como “tragédia social”, mormente para aqueles que, além da pobreza, são atingidos pela precariedade de escolarização e dificuldades de acesso à propriedade e aos serviços básicos que podem ajudá-los no seu progresso individual. Com frequência, esses elementos em geral se somam, e fecham o círculo vicioso da exclusão social.

A autofagia do sistema capitalista, mesmo no contexto de sua reinvenção sob a égide do neoliberalismo provocou, a partir de meados do ano dois mil, uma

³ TIRIBA, 2004, p. 76.

crise financeira nos países desenvolvidos que perduram até o presente momento, sem sinais visíveis de recuperação.

A tragédia social definida por Singer abala, sobretudo, os países industrializados desde o ano de 2008, começando pelos Estados Unidos e espalhando-se aos países europeus e, em menor expressão, aos países denominados emergentes no cenário das economias globalizadas. Nas palavras de Singer:

A grande crise mundial de 2008 surgiu da revogação das regras de Bretton Woods e das leis nacionais que as aplicavam no sentido de submeter os mercados financeiros ao controle dos governos nacionais. A regulação mundial da circulação dos capitais passou dos órgãos públicos a um conjunto de imensas empresas financeiras com fins de lucro, que dominam os mercados financeiros globalizados em seu próprio proveito e não em proveito de qualquer público nacional. A crise tem o enorme alcance que tem porque os estados nacionais não tiveram e nem têm agora o poder de preveni-la. (SINGER, 2009, p. 100).

A questão que emerge no sentido de romper os ciclos de exclusão social intergeracionais é como possibilitar às pessoas acesso aos direitos sociais e de cidadania. Considera-se este um dos principais limites a serem superados para o incentivo do crescimento de grupos e empreendimentos solidários. Sobre isso, duas abordagens podem ser observadas. Assim, para Sachs,

ampliar as oportunidades, reduzir a pobreza e atenuar as desigualdades é a melhor forma de assegurar sustentabilidade social e crescimento econômico. Para isso “a ênfase deve ser colocada na mudança da distribuição primária de renda, em vez de se persistir com o padrão excludente de crescimento, a ser corrigido de forma posterior por meio de políticas sociais compensatórias financiadas com a redistribuição de uma parcela do PIB”. (SACHS, 2004, p.19).

Já Paul Singer, lançando uma reflexão de superação da simples adoção das políticas compensatórias como forma de diminuir o fosso social, declara que:

A Economia Solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. [...] A Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc. uma vida melhor. (SINGER, 2002 p. 114).

As políticas ditas compensatórias⁴ têm sua importância em situações extremas de pobreza econômica. Ações emergenciais de redistribuição de renda por meio de concessões às famílias de baixa renda tem tido no interior do Brasil uma importância de retomada gradual na movimentação da economia, entretanto um passo adiante é necessário, dever vir acompanhada de ações de organização das comunidades para a superação das desigualdades com vistas a uma sociedade de iguais. Ante a isso temos que no Brasil das contradições caminhos paralelos são trilhados.

Por um lado, os esforços para a recuperação do campo industrial (os incentivos fiscais, o financiamento para o estabelecimento de parques industriais em diversos municípios brasileiros etc.). Nesse sentido, o Brasil assiste um avanço dos indicadores econômicos (divulgados periodicamente pelos meios de comunicação televisiva e impressa), que de certa forma até produz um leve aquecimento no mercado formal de empregos, ainda que restritos e melhoria dos índices econômicos.

⁴ O conceito de política compensatória, como diz o próprio nome, pode ser entendido como um conjunto de práticas políticas que buscam compensar o efeito de outras práticas. Em geral são ações que atuam sobre o efeito de um problema e não de sua causa como, por exemplo, a distribuição de cobertores ou sopa aos moradores de rua no tempo do frio e, não promover ações de resgate da autoestima e reintegração dessas pessoas à sociedade através de programas de tratamento de alcoolismo, formação e inserção no mundo produtivo entre outros exemplos.

Entretanto, a melhora dos indicadores econômicos não é condição satisfatória para avanços necessários das condições sociais na sociedade brasileira, se mantendo dessa forma os níveis de desigualdade social e de oportunidades para sua superação.

Por outro lado, concomitante a esse processo de avanço nos índices econômicos, o Brasil tem tímidos avanços nos índices sociais, sendo propício para que comunidades empobrecidas e grupos de pessoas sujeitos⁵ da vulnerabilização socioeconômica se organizem de forma coletiva dando fôlego a uma revolução de longa duração e que tende a ter na solidariedade seu elemento de embate e superação das desigualdades.

Acrescente-se a essas duas realidades a situação dos jovens, sempre definidos como futuro da nação. O discurso do jovem como futuro perpassa pelo conceito de jovem como presente, como tal, é no presente que devem ser somados esforços para uma paulatina desconstrução das desigualdades. Os jovens demandam programas de formação com vistas ao rompimento do ciclo intergeracional da desigualdade.

Nesse panorama que entendemos a importância do acesso ao mundo do trabalho de forma digna, entendendo que, nos dias atuais não se pode mais privilegiar processos educacionais nos moldes da formação para o assalariamento, mas, sobretudo para uma postura coletiva e autogestora por parte da população que se encontra socialmente vulnerabilizada, haja vista que o cenário mundial atual é de um novo eminente colapso do capitalismo expresso na crise econômica mundial em curso.

É um desafio que pode ter seu objetivo alcançado, associando-se ações de formação para o trabalho e projetos de geração de renda como células embrionárias de uma nova forma de organização social. Assim:

⁵ Podemos exemplificar citando: as comunidades rurais grupos de organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis, grupos de mulheres artesãs, grupos ligados a reforma agrária, trabalhadores envolvidos nos processos de extinção de empresas e outros.

Essa seria a base de apoio para uma economia social e humana, fraterna e solidária que põe, impreterivelmente, as pessoas em primeiro plano visando unicamente atender as necessidades mais prementes dos participantes. Em suma, tal prática de atividade e conduta econômicas leva a organizar, integrar, participar e, no bojo, cooperar e partilhar. Em outras palavras é um tipo de economia de inclusão (que soma), longe da habitual exclusão (que subtrai).⁶

Conjugar a organização coletiva e solidária de grupos e comunidades empobrecidas ao potencial inovador da juventude ainda é estratégia pouco difundida, haja vista que a questão geracional tem sido pouco explorada pelos estudos da Economia Solidária, o que nos indica que, no mesmo compasso, está instituído horizonte e desafios que dão sentido à importância da formação de jovens, sob princípios e valores que norteiam essa Economia, vislumbrando a utópica e possível sociedade de iguais.

⁶ OLIVEIRA, 2013. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=73316>
Acesso em fev. 2013.

“E há que se cuidar do broto para que a vida nos dê flor e fruto”.

Milton Nascimento

CAPÍTULO 2: JUVENTUDE

2.1 SER JOVEM

Tratar o tema juventude é falar de um grupo social com características comuns de peculiaridades próprias de uma construção social e cultural. Essa é uma consideração que se atrela a realidades específicas, épocas determinadas, relações sociais e experiências culturais definidas. De acordo com a socióloga Helena Abramo:

Juventude é desses temas que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas; é assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano. (ABRAMO, 2005, p.37).

Ainda, segundo ABRAMO, para caracterizar a juventude, estatísticas brasileiras em geral seguem os parâmetros de organismos internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Convencionou-se no Brasil, para abordagem demográfica sobre juventude a população com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos de idade, pois corresponde ao arco de tempo em que, de modo geral, ocorre o processo relacionado à transição para a vida adulta. (ABRAMO, 2005, p.45).

Já a educadora Maria Carla Corrochano, autora de diversos trabalhos com o tema *juventude e trabalho*, baliza com os jovens, sujeitos de idade compreendida entre os 15 e 29 anos.

Este recorte operativo relaciona-se aos seguintes aspectos: em sua grande maioria, os estudos que focalizam a situação juvenil no mercado de trabalho consideram a faixa de 16 e 24 anos. Em nossa perspectiva era preciso ampliar esses limites. Pouco se sabe sobre a situação de jovens com idade entre 14 e 15 anos que trabalham formal ou ilegalmente. (CORROCHANO... [et al], 2008, p.10).

Seguindo a tendência de ampliação na conceituação de juventude, a partir de uma demarcação etária utilizada como parâmetro os recortes etários no Brasil,

desde o ano de 2005, no Brasil, é considerado jovem o cidadão ou cidadã com idade entre 15 e 29 anos de idade em três grupos: jovens de 15 a 17 anos (jovem adolescente); os de 18 a 24 anos (jovem-jovem); e os de 25 a 29 anos (jovem adulto), conforme a Lei 11.129 de 30/06/2005 que criou a Secretaria Nacional de Juventude. Nesse sentido, pareceu importante absorver o que acontecia com jovens entre 25 e 29 anos, levando em conta os marcos mais atuais da definição de juventude no Brasil – e até problematizando a sua pertinência. (Ibid. p.10).

A ideia de jovem como sujeito de direitos segue em processo de afirmação. No ano de 2010, a Emenda Constitucional 65⁷ alterou a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modificou o seu art. 227 para cuidar dos interesses da juventude. De acordo com Nakano e Almeida:

“O reconhecimento dos jovens como titulares de direitos e a busca de interlocução com eles é absolutamente fundamental, especialmente para aqueles que desejam ampliar os espaços democráticos...” (NAKANO;ALMEIDA, 2007, p.1088).

⁷ No Art. 227. Da Constituição Federal, foi incluída “jovem” em seu texto que passou a vigorar com a seguinte redação: *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm. Acesso em: 30 set. 2012.

Com base nessa emenda, em fevereiro de 2012 a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal deu parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar 98/11⁸, o qual Institui o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude.

No Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, o Brasil contava com uma população de 51.340.473 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que representa 28,6% da população total brasileira⁹. No que se refere à população entre 15 e 24 anos de idade, tínhamos em 2010, 34.236.060 pessoas, o que representa algo em torno de 18% da população brasileira, conforme se vê na figura 1 abaixo.

Figura 1: Distribuição etária da população brasileira

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

A população juvenil é um grupo de grande vulnerabilidade à formação de hábitos e padrões de comportamento de risco, comuns à juventude como um todo: consumo desenfreado, uso de entorpecentes, sexualidade desregrada, violência física, preconceito e mortalidade devido à maternidade precoce, entre outras. Assim se configura, entre outros aspectos, essa parcela da população.

⁸ Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/mate-pdf/102951.pdf> . Acesso em 30 set. 2012.

⁹ Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/websevice/> .Acesso em 25 out. 2011.

Por outro lado, a juventude é rica em sua diversidade e potencialidades. São seres em crescimento, capazes de se transformarem e transformar positivamente a sociedade, quando se colocam em busca de sentido à vida e são percebidos como protagonistas da construção social. Há jovens idealistas que se agregam a grupos de contestação e se organizam em torno de causas que lhes tocam a sensibilidade, em muitas situações, atuando de forma voluntária em manifestações culturais e artísticas.

Entre outras características, são seres dotados de aspirações, energia e disposição física, ousadia, audácia, natureza inclinada para aventuras e generosidade, gosto pelo risco, e alegria. Valorizam as amizades e nutrem suas esperanças no anseio de construção de um mundo menos desigual. Na figura 2 apresentamos a distribuição etária da população brasileira segundo classificação por gênero.

Figura 2: Distribuição etária da população brasileira por gênero

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Segundo dados do Censo de 2010¹⁰ 84% dos jovens brasileiros vivem no meio urbano, conforme ilustração na figura 3.

¹⁰ Os dados sobre população urbana jovem e rural são projetados considerando-se o percentual da população total e sua distribuição entre campo e cidade segundo dados do IBGE. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares/preliminar_tab_uf_zip.shtm tabela 4. Acesso em: 10 fev.2012.

Figura 3: Distribuição da população jovem no meio urbano e rural

Elaboração Própria. Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2007 atestam que 74% dos jovens urbanos vivem em moradias fisicamente inadequadas. Por volta de 2 milhões moram em favelas caracterizadas pela ausência de infraestrutura e equipamentos urbanos e de segurança pública. Ainda de acordo com a PNAD 2007¹¹, o nível de escolaridade dos jovens rurais é 30% inferior ao dos jovens urbanos e 8% dos jovens que vivem no campo são analfabetos (contra 2% nas áreas urbanas).

Disso decorre um conjunto de situações que ameaçam ou violam os direitos dos jovens, seja pela fragilidade de políticas públicas ou pela falta e/ou inadequação de equipamentos, recursos humanos e financeiros específicos para a proteção e promoção social, além de prevenção aos riscos sociais e pessoais.

¹¹ A Pesquisa PNAD, aqui referenciada, embora já passados 4 anos de sua divulgação, foi realizada no ano 2007 e, no que tange às análises sobre juventude, é o que se tem de disponível. Dados do Censo de 2010 até o momento (maio de 2013) ainda não foram publicizados no sentido de atualizar as informações aqui explicitadas.

2.2 JUVENTUDE: ESBOÇOS E DEMOGRAFIA

Estudos sobre a população jovem são cada vez mais recursivos no universo acadêmico. Muitas são as facetas sobre essa população que chamam a atenção de pesquisadores, educadores, gestores de políticas públicas e intelectuais. A diversidade de trabalhos que vem sendo produzidos é de tal ordem que nos ocorre por vezes a possibilidade de não acompanhar tudo o que vem sendo dito a respeito desse público. Conforme Pochman,

A temática do jovem vem sendo recorrentemente tratada no Brasil em seus distintos aspectos, tendo em vista a complexidade que representa atualmente. A situação do jovem vem sendo exposta de forma fragmentada. (POCHMANN, 2007, p.89).

A fragmentação na exposição de dados sobre a situação dos jovens no Brasil faz com que as ações e políticas que intencionam atingir essa população também seja fragmentada, não considerando assim a integralidade dos desafios pelos quais passam parcela dessa população, sobretudo aqueles em situação de desfavorecimento socioeconômico. Com a intenção de quebrar essa forma de tratar a juventude, a construção de uma sociedade de iguais deve lançar um olhar aos jovens que os considere pleno de direitos e possibilidades.

Embora seja um tema amplamente estudado, os dados estatísticos oficiais mais recentes sobre a juventude no Brasil são pautados por resultados divulgados no ano de 2009 no livro “Juventude e políticas sociais no Brasil” publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) com base na PNAD¹² do ano de 2007. A exposição de algumas informações focalizadas no público jovem tem a finalidade de apresentar o cenário ao qual se encontra a população alvo do presente trabalho.

Os Institutos responsáveis pelos dados estatísticos oficiais utilizam conceitos que definem a situação do mercado de trabalho no Brasil. São conceitos que aparecem aqui neste trabalho, sendo importante breve elucidação tal como

¹² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Fonte: IBGE.

encontramos nos glossários das publicações de pesquisas de emprego e desemprego (PED).¹³

A População em Idade Ativa (PIA) é subdividida em dois tipos, a saber: População Economicamente Ativa (PEA) e população não economicamente ativa (PNEA). A figura 4 demonstra a distribuição da população de acordo com dados da PNAD 2009 no que se refere à categoria de população economicamente ativa e não ativa por gênero, faixa etária e raça.

Figura 4: População em idade ativa por gênero, faixa etária e raça

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2009.

A População Economicamente Ativa, ou simplesmente população ativa, compreende as pessoas com idade acima de 10 anos. Uma definição precisa em termos de estatística nos é dado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE):

Existem muitos critérios para a definição dos segmentos da população em idade ativa e inativa, que variam segundo os

¹³ As elucidações aqui enunciadas foram extraídas do glossário do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 10 set. 2012.

propósitos de cada pesquisa, a metodologia adotada, a legislação vigente de combate ao trabalho infantil, o Estatuto do Idoso e outros. [...] a convenção internacional é o mais comum em estudos demográficos que fazem referência a indicadores como a razão de dependência demográfica e o índice de envelhecimento. Estes estudos consideram como em idade ativa a população de 15 a 64 anos e inativa, a população jovem, de 0 a 14 anos, e a idosa, de 65 anos e mais., que constituem a força de trabalho do país. (Dieese, 2012, p.28)

A população economicamente ativa compreende o potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada (PO) e a população desocupada (PD), assim definidas¹⁴ e demonstradas segundo gênero, faixa etária e raça pela figura 5:

População Ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho. Abrangem os empregados, os empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados etc.

População Desocupada - aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais etc.).

¹⁴ Glossário do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 10 set. 2012.

Figura 5: População economicamente ativa por gênero, faixa etária e raça

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2009.

A população jovem muitas das vezes em que ocupa o centro das discussões é estereotipada como consumidora em potencial dos produtos e serviços disponibilizados pela economia capitalista sendo, por conseguinte, alvo preferencial do mercado de consumo, que os envolve num midiático e atraente discurso, que lhes fala em sua linguagem, uma linguagem simples, direta, que se utiliza como recursos de artistas, esportistas, imagens e sons com um forte tom de convencimento.

Ao mesmo tempo, representa o segmento populacional mais fortemente atingido por velhos e novos mecanismos de exclusão social. A posse de renda entre os jovens pode ser caracterizada por uma desigualdade bastante concreta: dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, (PNAD) 2007, indicam que: 30,4% dos jovens são pobres (renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) 53,8% pertencem ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre meio e 2 salários mínimos; apenas 15,8% vivem em famílias com renda superior a 2 salários mínimos, conforme ilustração na figura 6 abaixo.

Figura 6: Desigualdade na posse de renda entre os jovens

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Conforme visto no capítulo introdutório, não deve ser a posse de renda ou a falta dela que devem de forma substancial determinar a condição de pobreza, entretanto, de forma visível a posse da renda pressupõe acesso a um universo de oportunidades que implicam nas liberdades humanas de decidir sua emancipação.

Outros indicadores sociais, e aqui os que mais interessam como os relacionados à educação e trabalho, refletem um cenário de pobreza determinada pela ausência ou baixo acesso a renda. Entrarão nesse emaranhado de situações fatores como evasão escolar, baixos índices de preparo ao mundo do trabalho e a profissionalização, envolvimento com uso e tráfico de entorpecentes, maternidade precoce, exposição às situações de violência juvenil pelo adensamento do número de mortes por causas externas (homicídio, trânsito e suicídio) entre outros. De acordo com Marília Spósito:

Assim como nos anos 1980 se examinou no Brasil o enorme contingente de crianças sem o direito à infância, há de se admitir de forma inequívoca que, atualmente, para um conjunto expressivo de jovens pobres, moradores das periferias das grandes cidades ou regiões empobrecidas do País, não é assegurado um conjunto mínimo de direitos que lhes permitam viver com dignidade, exercer possibilidades de escolha, experimentar espaços novos de ação, formas de sociabilidade e modos de inserção na sociedade durante esse momento do ciclo de vida. (SPÓSITO, 2003, p. 19).

No cotidiano, a necessidade de ter dinheiro para consumir sobreporá à necessidade de estudar, dando ao trabalho, ou a obtenção de dinheiro, uma importância maior que o estudo, sobretudo aos jovens das camadas mais vulneráveis à pobreza e marginalização, excluídas também das redes de proteção social.

A escolarização básica de qualidade dos cidadãos e cidadãs merece a atribuição de valor fundamental para o desenvolvimento progressivo das pessoas e do próprio país. A insuficiente escolaridade básica provoca entre outras mazelas a geração de uma população que buscará recursos de formação baseados na precarização do trabalho. O acesso à escolaridade básica bem como as aproximações às formas de expressão cultural é de suma importância para a formação dos cidadãos e cidadãs.

Em relação à escolaridade, as estatísticas relativas a esse grupo, conforme Buarque, são alarmantes,

“[...] das crianças que tem acesso ao ensino fundamental, 49% chegam ao ensino médio, desses 35,8% concluem o ensino médio e apenas 4,5% conseguem concluir o ensino superior”. (BUARQUE, 2008, p.3)

O sistema educacional público funciona como autêntico funil, conforme pode-se visualizar pela figura 7:

Figura 7: Funil da Educação no Brasil

Fonte: MEC/Inep 2008¹⁵

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2007, mostrou que a taxa de analfabetismo entre pessoas na faixa de 15 a 17 anos era de 1,7%, entre jovens de 18 a 24 anos essa taxa era de 2,4%, na faixa entre 25 e 29 anos a porcentagem era de 4,3% , de acordo com a tabela 1.

Tabela 1: Taxa de analfabetismo no Brasil segundo categorias

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Localização														
Urbano Metropolitano	8,1	7,4	7,0	6,5	6,5	5,9	5,8	5,6	5,4	5,2	5,2	5,0	4,4	4,4
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32,0	30,2	29,0	28,7	27,7	27,2	25,8	25,0	24,1	23,3
Raça ou Cor														
Branca	10,6	10,1	9,5	9,4	8,9	8,4	8,3	7,7	7,5	7,1	7,2	7,0	6,5	6,1
Negra	25,7	24,8	23,5	21,8	22,2	20,8	19,8	18,2	17,2	16,8	16,2	15,4	14,6	14,1
Faixa Etária														
15 a 17 anos	8,2	8,2	6,6	5,9	5,4	4,6	3,7	3,0	2,6	2,3	2,1	1,9	1,6	1,7
18 a 24 anos	8,6	8,2	7,2	6,5	6,8	5,4	4,9	4,2	3,7	3,4	3,2	2,9	2,4	2,4
25 a 29 anos	10,0	9,3	9,3	8,1	8,6	7,7	7,2	6,8	6,3	5,8	5,8	5,7	4,7	4,3
30 a 39 anos	12,0	11,6	11,0	10,2	10,3	10,1	9,6	9,0	8,4	8,3	7,9	7,7	7,2	6,6
40 anos +	29,2	27,8	26,1	24,9	24,8	23,3	22,8	21,2	20,4	19,9	19,6	19,0	17,9	17,2

Fonte: Microdados da Pnad (IBGE).

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

¹⁵ Informações baseadas em matéria de autoria do Senador Cristovam Buarque, divulgada no *Caderno especial do Jornal do Senado*. Edição Nº 2.761/163 de 10 – 16 de março de 2008.

As figuras 8 e 9 apresentam dados sobre os índices de analfabetismo entre os jovens, de acordo com PNAD 2007 e, da população em geral, de acordo com a PNAD 2011, possibilitando uma análise sobre a variação dos índices de analfabetismo no período de 4 anos.

Figura 8: Índices de analfabetismo entre os jovens em 2007

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Figura 9: Números do analfabetismo 2011/mil pessoas

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2011

A comparação entre as PNAD 2007 e 2011 revela um gradual aumento nas taxas de escolarização dos jovens no Brasil, demonstrando que uma média de 82% dos jovens de 15 a 17 anos estava na escola, mas 44% não haviam concluído o ensino fundamental - e apenas 48% deles cursavam o ensino médio.

A tabela 2 expõe informações acerca das taxas de escolarização entre os jovens, considerando fatores como estudo completo e incompleto e relação de gênero segundo a PNAD 2007. Na seqüências, os dados demonstrados na tabela são ilustrados pelas figuras 10, 11 e 12.

Tabela 2: Taxas de escolarização dos jovens

Taxas de escolarização entre os jovens	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos	1,70%	2,40%	4,30%
Frequentam o Ens. Fund.	32,50%	3,70%	1,60%
Frequentam o Ens. Méd.	50,80%	12,70%	2,70%
Frequentam Ens. Sup.	0,60%	13,90%	7,80%
Frequentam E.J.A.	0,10%	0,20%	0,20%
Estão fora da Escola	15,90%	69,50%	87,70%
Ensino Fund. Inc.	9,50%	16,60%	22,70%
Ensino Fund. Com.	2,50%	8,10%	9%
Ensino Méd. inc.	1,40%	7%	5,80%
Ensino Méd. com.	1,20%	32,10%	33,90%
Ensino Sup.Inc.	0%	1,50%	2%
Ensino Sup.Com.	0%	2,30%	10,20%
Homens	7,10%	17,90%	7,10%
Mulheres	7,70%	19,40%	7,30%

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Figura 10: Taxas de escolarização dos jovens

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Ainda que um progressivo avanço nos dados de escolarização seja percebido quando comparados a pesquisas anteriores e isso possa ser um elemento a se exaltar, ainda há um considerável número de jovens que não sabem nem ler nem escrever, sendo sujeitos que fazem parte do universo das pessoas que vivem nos porões da sociedade.

Figura 11: Taxas de escolarização dos jovens, considerando estudo completo e incompleto

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Figura 12: Taxas de escolarização dos jovens por gênero

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Os dados ratificam que na relação de gênero, as jovens (mulheres) apresentam um nível de escolaridade acima dos níveis de escolaridade alcançados

pelos jovens do sexo masculino. Mesmo diante desse fato, a inserção laboral da mulher jovem encontra mais obstáculos que entre os jovens rapazes.

A pesquisa assegura ainda, conforme a figura 13, que o abandono da escola, intensifica-se na medida inversamente proporcional à relação idade e renda.

O abandono do estudo começa a ficar mais evidente na medida em que a idade aumenta. Antes de completar 18 anos, muitos jovens já se dividem entre o estudo e o trabalho: no grupo de 15 a 17 anos 21,8% dos jovens o fazem. No grupo de 18 a 24 anos essa porcentagem se reduz para 16,2%. Observa-se também que na medida em que a renda aumenta, maiores são as chances de o jovem conseguir estudar e trabalhar ao mesmo tempo: no grupo de 18 a 24 anos pertencentes a famílias com renda familiar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, apenas cerca de 10% estudam e trabalham; essa porcentagem alcança cerca de 29% no grupo com renda domiciliar *per capita* de 2 a 5 salários mínimos e 30% no grupo com renda domiciliar *per capita* igual ou acima de 5 salários mínimos. (IPEA, 2008, p.12).

Figura 13: Associação entre trabalho e estudo na relação idade e renda

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Entre as principais causas apontadas para o aumento da evasão da escola, a pesquisa apontou que entre os homens ocorrem o surgimento de oportunidades de

trabalho (42,2%), e para as mulheres a gravidez precoce figura como a principal causa de evasão entre as mulheres (21,1%). De acordo com as educadoras Lia Tiriba e Maria Clara Bueno Fischer,

não é difícil constatar que os jovens filhos e filhas da classe trabalhadora têm dificuldade de encontrar emprego, o que não significa que não trabalhem. Com a crise estrutural do emprego, o trabalho fixo foi substituído pelo trabalho assalariado temporário (geralmente sem vínculo empregatício) e pelo chamado “trabalho por conta própria”, também precário. Não são poucos os jovens que, para não morrerem de fome, trabalham como homens e mulheres estátua, como “comedores de fogo” ou “vendedores de qualquer coisa”, no sinal de trânsito. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p. 16).

Se considerarmos que, a faixa etária entre 15 e 17 anos é mais vulnerável e propícia ao desemprego e ocupações precárias, veremos, entretanto, que a faixa de idade entre 24 e 29 anos consegue trabalho com maior facilidade, porém a escola fica para outro plano de prioridade, muitas vezes sendo abandonada. Precocemente afastados da escola, estes jovens também não estavam inseridos no mercado de trabalho formal, de acordo com a PNAD 2007, ilustrada pela figura 14.

Figura 14: Condições de atividade-estudo por gênero e faixa etária

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Sobre a temática, Márcio Pochmann ressalta que:

Além do atraso na educação humanista, o Brasil desenvolveu pouco a qualificação técnica para exercícios do trabalho. Ainda que o país tenha se industrializado, prevaleceu o baixo grau de comprometimento escolar com a formação e a informação, que permaneceram direcionadas a restritos segmentos sociais. (POCHMANN, 2007, p.32).

A sociedade desigual tem aí uma de suas bases de sustentação, a precarização das ofertas de educação humanística, básica e de qualidade reproduzindo as desigualdades históricas herdadas desde o início do processo de industrialização. Tendo em conta os inúmeros percalços enfrentados por significativas parcelas dessa população, o relatório “Perfil do trabalho decente no Brasil”¹⁶, divulgado em 2012, com informações do ano de 2009, apresentou, entre outros, os dados da figura 15:

Figura 15: Índice de desemprego no Brasil por faixa etária e gênero

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Os dados acima ilustram duas realidades presentes na sociedade brasileira: o elevado índice de desemprego entre os jovens, quando comparado com os indicadores de desemprego entre os adultos; e a disparidade entre os índices de desemprego na relação de gênero. Já pela figura 16 se demonstra os contrastes dos índices de desocupação na comparação entre os jovens e os adultos.

¹⁶ *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. José Ribeiro Soares Guimarães. Brasília: OIT, 2012.

Figura 16: Taxa de desocupação no Brasil por faixa etária

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2009

O que chama a atenção é que, mesmo no recorte etário definidor da população jovem no Brasil, há distinções: a faixa etária compreendida entre os 15 e 19 anos apresentam índices mais elevados que a faixa entre 20 e 24 anos (22,9% do primeiro grupo contra 14,7% do segundo) e ainda mais elevados quando comparados com a faixa etária entre 25 e 29 anos (que ficou em 10 % de acordo com a PNAD 2009). Segundo Paul Singer, “os jovens de hoje nasceram em tempo de crise social. Não por acaso quase dois quintos são desempregados”. (SINGER, 2005, p.28). Na figura 17 visualizam-se as taxas de desocupação tendo referência nos fatores gênero e raça.

Figura 17: Taxa de desocupação no Brasil por gênero e raça

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2009

Tendo ainda as informações ilustradas pelo gráfico anteriormente apresentado, é possível perceber que na questão do gênero, avanços ainda precisam ocorrer. A mulher jovem, segundo os dados demonstrados encontram dificuldades ainda maiores que os jovens do sexo masculino, quando se trata de acesso ao trabalho.

O aumento de postos de trabalho para as mulheres não foi suficiente para absorver a totalidade do crescimento da População Economicamente Ativa/PEA feminina. (HOFFMANN e LEONE, 2004; apud RAMOS, 2011, p.5).

Isso evidencia que ainda do séc. XXI perdura no Brasil um implícito e disfarçado preconceito com relação à mulher, aparentemente ligado a formação de uma sociedade machista ao longo dos séculos: “a *participação feminina no mercado de trabalho tem aumentado tanto formalmente quanto nas atividades informais, com especial incremento dos empregos no setor de serviços*”. (HIRATA, 2009, Apud Ramos, 2011, p. 5).

As mulheres enfrentam situações peculiares no que se refere a sua inserção no mundo do trabalho. No que tange ao perfil do trabalho realizado por mulheres mães de famílias de baixa renda,

trata-se de ocupações mal remunerada, desvalorizadas socialmente e com possibilidades quase nulas de promoção e de carreira, além de serem amparadas por direitos sociais limitados ou inexistentes. (RAMOS, 2011, p.5)

Em geral, na relação com o mundo do trabalho, a mulher tem sua jornada de trabalho duplicada, haja vista que os serviços domésticos de seus lares são realizados no contraturno do trabalho externo; os salários recebidos são menores que os salários pagos aos homens, muitas vezes até com relação a trabalho de natureza semelhante. Não é incomum relatos, veiculados pelos meios de comunicação, de mulheres jovens, aliciadas sexual e moralmente no interior do mercado de trabalho.

Evidente que há inúmeros trabalhos que aprofundam a questão do gênero de forma mais aprofundada e pormenorizada. Aqui, a inserção dessa abordagem vem no sentido, não de explorar o tema, mas o de colocar ao lado da questão geracional, indicando que é fato haver grupos sociais mais vulnerabilizados que outros, e como tal, o olhar para esses grupos requer mais atenção, no sentido de promover ações para superação das situações de desigualdade. Essa é uma realidade elucidada pelo economista Márcio Pochmann, o qual diz que:

Apesar de ser uma sociedade multirracial, o Brasil convive com elevadas desigualdades regionais, socioeconômica, sexuais, etárias, e de raça/cor. Diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir, na maioria das vezes, funções de qualidade inferior na estrutura das empresas. (POCHMANN, 2007, p.41).

Mirando nesse cenário é que damos sentido aos questionamentos e apontamentos da situação do jovem em sua relação com o mundo do trabalho e às possibilidades que as ações educativas podem promover no sentido de gerar igualdade de possibilidades, de escolhas e de oportunidades a eles. Corrochano ressalta que:

Se considerarmos o desemprego enquanto uma construção social, cabe questionarmos o porquê das taxas mais elevadas de desemprego entre jovens e o porquê do debate em torno do desemprego juvenil ganhar tanto destaque no espaço público. As taxas de desemprego entre mulheres e negros também são muito elevadas. (CORROCHANO in BRESCHIGLIARI, 2005, p.99).

É importante ressaltar que ao se pensar uma sociedade de iguais que se contraponha à forma de organização social dos dias de hoje, sob a égide do capitalismo, não é a formação para o emprego que deve ser privilegiada.

As citações acima demonstram que os estudos e pesquisas em torno da questão dos jovens, em sua grande parte, se fixam na ideia da promoção ao

emprego assalariado e subordinado, apontando nesse ínterim a validade de se refletir sobre alternativas de formação para o trabalho, para além do emprego.

As informações supracitadas refletem também a situação mundial sobre a questão do desemprego entre os jovens. Segundo o Relatório Mundial da Juventude intitulado “Emprego de Jovens: Perspectivas da Juventude na Busca de Trabalho Decente em Tempos de Mudança”, em 2010, a taxa de desemprego global de jovens era 12,6%, muito maior do que a taxa de desemprego mundial adulto que era de 4,8%¹⁷.

A abordagem intenciona demarcar importantes balizas que direcionam o presente trabalho respondendo a indagação: A que jovem se dirige nossas reflexões? Sinaliza-se como resposta: aos milhares de jovens, moças e rapazes, empobrecidos e em início de vida laboral. Aqueles e aquelas que batalham por melhores condições de vida e trabalho. Recorrendo aos dados que tocam na questão do desemprego formal como instrumento de reflexão. Vejamos a seguir alguns dados.

De acordo com a PNAD 2007, indicada na figura 18, no Brasil mais da metade dos jovens que trabalham não têm carteira assinada e são desprovidos de proteção social.

¹⁷ Informação sobre o relatório coletado disponível em: <http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/onu-lanca-relatorio-sobre-situacao-mundial-dos-jovens-no-mercado-trabalho/>. Acesso em: 01 out. 2012. O relatório original está disponível em inglês no site: <http://www.unworldyouthreport.org/>.

Figura 18: Posição dos jovens nas categorias de ocupação

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

Para Lia Tiriba e Maria Clara Fischer:

Poder-se-ia concluir, que o nível de escolarização determina a possibilidade e a qualidade da inserção dos jovens no mercado de trabalho. Apesar disso, além de as pesquisas indicarem que não há uma relação direta entre formação – geral ou profissional – e inserção e permanência no mercado de trabalho, é preciso reconhecer que a injusta distribuição de renda é um dos fatores fundantes das dificuldades de o jovem frequentar a escola. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p. 14).

A entrada do jovem no mercado formal de trabalho se reveste de grandes dificuldades. Esse complicado processo se verifica pelo fato de que muitos jovens passam anos em busca do emprego formal e, grande parte das vezes, não o conseguem. Marcio Pochman afirma que:

Durante a década de 1990, a PEA (População Economicamente Ativa) juvenil cresceu em 1,3 milhões de pessoas, enquanto o país criou apenas 448 mil vagas para jovens. Por conta disso, o desemprego atingiu quase 1,8 milhões de jovens, representando um indicador sem paralelo no século 20. (POCHMANN, 2007, p.41).

Inúmeras fichas são preenchidas, currículos entregues, entrevistas, contatos e mais contatos e o emprego não surge. São comuns, ditas por entrevistadores, selecionadores e empregadores, frases como: “você não tem experiência”, “sua qualificação é deficiente”.

A cada ano a tentativa de entrada nesta já acirrada disputa por um posto de trabalho, provoca o aumento da concorrência, engrossando o cordão das pessoas em situação de subemprego¹⁸. É o que afirma Lia Tiriba: “os sinais de trânsito estão repletos de crianças-malabaristas que estão tentando fugir do aliciamento do narcotráfico”. (TIRIBA, 2004, p.77).

Nessa linha, nos chama nossa atenção declarações de Corrochano, em sua reflexão sobre a relação estudo e trabalho:

Completar o Ensino Fundamental e até mesmo o Ensino Médio não é uma garantia de conquistas de vaga no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, as taxas de desemprego são mais baixas entre aqueles com baixa escolaridade. Em geral, eles ocupam postos de trabalho mais precários e de baixa remuneração. Assim, os dados indicam que um maior nível de escolaridade é fundamental para a garantia de uma boa inserção no mercado. (CORROCHANO in BRESCHIGLIARI, 2005, p.100).

Sem experiência, com baixa e/ou precária escolaridade e sem formação para o trabalho, milhares de jovens entram a cada ano no mercado de trabalho sujeitando-se a qualquer tipo de serviço e salário. Sobre o assunto, em estudo anterior a pesquisa de 2007, Frigotto já dizia que:

Talvez os jovens aceitem as mais diversas formas de trabalho, mesmo que não nas condições que desejem, visto que a renda mensal de suas famílias, não seria suficiente para manter duas casas (quando falamos dos jovens que moram fora de casa). Desta forma, “a inserção no mercado formal ou ‘informal’ de trabalho é precária em

¹⁸ CNBB. Texto base da Campanha da Fraternidade, 1992,

termos de condições e níveis de remuneração”. (FRIGOTTO, 2003, p.182).

Podemos levantar a hipótese de que essa é uma situação que, em tese, não se modificou muito. Conforme indicado anteriormente, a indisponibilidade de dados oficiais mais recentes e precisos sobre os contextos em que vivem os milhares de jovens no Brasil dificulta a comprovação de mudanças significativas nesse quadro.

Tendo em vista que o trabalho assalariado e subordinado ainda é considerado por diversos setores como meta a ser alcançada, é na demonstração de suas desigualdades que podemos vislumbrar a carência de programas de formação para os jovens, que possam ampliar os horizontes destes e de suas famílias.

Os dados seguintes pretendem ilustrar as desigualdades do tempo presente a serem desconstruídas na elevação da sociedade de iguais. Conforme a figura 19, em 2007 a PNAD retratou o seguinte fenômeno na relação da juventude com o mercado de trabalho formal.

Figura 19: Percentual de jovens que trabalham sem carteira assinada

Elaboração Própria. Fonte: IBGE, PNAD 2007

O IPEA (2008, p. 18) atribui este fenômeno à maior rotatividade entre os trabalhadores jovens do que entre os adultos, o que implica em uma taxa de desemprego maior. Também considera que a questão é explicada pelo lado da demanda, uma vez que os postos de trabalho ocupados por pessoas de baixa qualificação e experiência são, em geral, os piores em termos de remuneração e

condições de trabalho, além de terem os menores custos de demissão e contratação.

Este fator de vulnerabilidade ao subemprego faz com que os números da exclusão social e da marginalização aumentem ano a ano. Em sua relativa desvantagem, o jovem enfrenta empecilhos para sua iniciação laboral, conforme sua posição social. Este fato justifica as várias tentativas de organismos governamentais e não governamentais de oferecer programas de iniciação profissional, posto que a faixa etária compreendida principalmente entre os 15 e 24 anos, é altamente vulnerável ao emprego intermitente. De acordo com Corrochano:

Considerando especificamente as ações no campo do trabalho, é principalmente em torno dos índices de desemprego que a questão emerge na cena pública brasileira. Inicialmente, não são o salário ou as condições de trabalho a que os jovens estão sujeitos que mobilizam atores e intervenções, mas sim as maneiras de enfrentar a situação de desemprego. (CORROCHANO et al, 2008, p.61).

Importante ressalva se faz necessária nessa abordagem sobre a relação entre trabalho e juventude. Erigir uma sociedade de iguais exige a desconstrução de paradigmas que consideram o emprego assalariado como única forma de garantir a cidadania. O mercado formal de trabalho, baseado na relação assalariada, tende a perpetuar as desigualdades e a existência de explorados e exploradores.

É extensa a quantidade de artigos e estudos que, quando tratam da questão da relação juventude e trabalho, sustentam seus debates no prisma do adestramento para o mercado formal de empregos ou tratam de uma suposta incapacidade dos jovens de alcançá-los. É na contramão desse processo que o presente trabalho vislumbra se posicionar, recorrendo a Constanzi,

Também são importantes as ações de apoio ou estímulo ao desenvolvimento da economia solidária, desenvolvidas no âmbito do MTE, frente às profundas alterações ocorridas no mundo do trabalho, que resultaram na dificuldade maior de inserção estável, por meio do

tradicional emprego assalariado formal. Nesse contexto, a participação dos jovens nos empreendimentos da economia solidária, pode ser uma alternativa de inclusão social e de inserção no mundo do trabalho. (COSTANZI, 2009, p.105).

A participação dos jovens nos empreendimentos poderá ser mais efetiva à medida que os paradigmas dos discursos em nome de empregabilidade forem desconstruídos. E para isso os programas de formação com jovens tem papel fundamental para dar sentido ao que afirma Costanzi:

A estratégia de promoção do trabalho decente para a juventude brasileira também precisa levar em conta as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho. O emprego assalariado não é a única forma possível de inserção dos jovens no mercado de trabalho nem necessariamente a única condizente com padrões de trabalho decente. É necessário levar em consideração outras alternativas de geração de trabalho e renda, como o empreendedorismo, individual ou coletivo, os empreendimentos econômicos solidários, como empresas autogestionárias, cooperativas, agricultura familiar, e outras formas. (COSTANZI, 2009, p. 152).

Saindo dessa esfera da relação do jovem com o trabalho e completando esse quadro preliminar de demonstração da vulnerabilização dos jovens de baixa renda no Brasil, outro elemento se junta ao panorama acima descrito: a violência das grandes cidades atinge particularmente os jovens, segundo os dados do Mapa da Violência¹⁹, o qual é resultado da colaboração entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Instituto Sangari. Segundo o estudo:

Os 34,6 milhões de jovens que o IBGE estima que existiam no Brasil em 2008, representavam 18,3% do total da população. Mas os 18.321 homicídios que o DATASUS (Banco de dados do Sistema Único de Saúde) registra para esse ano duplicam exatamente essa proporção: 36,6%, indicando que a vitimização juvenil alcança

¹⁹ Disponível em: <http://www.sangari.com/mapadaviolencia/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2012.

proporções muito sérias: 73,6% das mortes foram ocasionadas por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito).

O cruel conjunto de necessidades econômicas, ausência de espaços de cultura e lazer, a presença do narcotráfico oferecendo dinheiro fácil e rápido, contribuem para que os jovens do sexo masculino sejam o alvo prioritário dessas perdas: 16.408 mil mortes, o que corresponde a 93,9% do total.

Das mortes de jovens homens, de 20 a 24 anos, por causas externas: 57,7% foram vítimas de agressão (homicídio); 21,3% morreram em razão de acidentes de transporte; as outras mortes ocorreram por afogamento, suicídio ou eventos cuja intenção foi indeterminada. A figura 20, elaborada pelo Instituto Sangari, elucida os dados informados:

Figura 20: mortalidade juvenil 2008

Em artigo publicado no jornal “Valor Econômico”²⁰ em setembro de 2012, o diretor-executivo da Anistia Internacional Brasil, Atila Roque (2012), afirma:

São jovens submetidos constantemente a um processo que os transforma em ameaça, os desumaniza, viram “delinquentes”,

²⁰ Disponível em: <http://www.valor.com.br/opiniao/2814232/epidemia-de-indiferenca>. Acesso em: 03 set. 2012.

"traficantes", "marginais" ou, às vezes, nem isso, apenas "vítimas" de um contexto de violência e discriminação em relação ao qual a sociedade prefere virar às costas e olhar para o outro lado, com raras exceções.

No livro *Juventude e políticas sociais*, um levantamento feito pelos pesquisadores Helder Ferreira, Natália de Oliveira Fontoura, Luseni Aquino e André Campos sobre segurança pública completa esse campo de reflexão acerca do contexto vivencial do jovem de baixa renda no Brasil. Entre outros, destacam-se os seguintes dados:

30% dos casos notificados da epidemia de aids concentram-se no grupo de 15 a 29 anos, sendo a transmissão sexual a principal forma de contágio. O grupo de 18 a 24 anos registra as maiores porcentagens de dependentes de álcool: 19,2% contra 12,3% para o total de todas as Idades. A violência cotidiana (letal e não-letal) é cometida por jovens contra outros jovens: homicídios, acidentes de trânsito, roubos, furtos, estupros, lesões corporais decorrentes de brigas. Cenário: expansão, disseminação e sofisticação da violência delitual e da criminalidade disseminação do porte de armas, “cultura da violência” grandes contradições sociais; Mecanismos atuantes: “dinheiro fácil”, reconhecimento imediato afirmação da identidade e da auto-imagem e construção. (FERREIRA et al, 2009)²¹.

Pode, no entanto, parecer catastrófica a exposição desse cenário, mas observa-se que os dados sobre violência e segurança corroboram o quadro das desigualdades sociais entre os jovens brasileiros. No entanto, essa fotografia revela a pertinência de se buscar a instauração de uma sociedade de iguais, uma sociedade em que as mazelas sociais sejam minimizadas, indicando a urgência de programas específicos para essa população, no contexto de políticas públicas focadas no segmento juvenil.

²¹ Disponível também no endereço: [conam.org.br/juventude%20e%20políticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf](http://conam.org.br/juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf). Acesso em: 20 set. 2012.

Percebe-se um fenômeno contemporâneo na vida dos jovens, e que merece atenção de pesquisadores e educadores, referindo-se às formas com que estes estabelecem relações uns com os outros e com o mundo. Vivenciamos o tempo da comunicação de massa onde a transmissão de informações ocorre de forma cada vez mais rápida atingindo ao mesmo tempo uma infinidade de pessoas. Assim também, vê-se que,

Com o advento da informática, surge um novo modelo de agentes de comunicação. Os jovens que até então recebia a informação de modo passivo, passam a utilizar as novas tecnologias, dominando-as. Eles detêm o conhecimento técnico de tais instrumentos, pois nasceram e crescem na era digital. (CNBB. TEXTO BASE CF, 2013, p. 16).

Frente a esse contexto, não é difícil imaginar as razões pelas quais os jovens vejam a escola de forma não muito atraente. A linguagem que estes dominam no campo da comunicação entra em conflito com a linguagem dos educadores, professores e mesmo do sistema de ensino que não acompanha esta nova era.

As chamadas redes sociais interativas estão estabelecidas e é vista com grande importância pelos jovens, de forma que está incutida a ideia de que não podem viver sem elas.

O novo jeito de o jovem ser e interagir tem suas raízes nessa comunicação em rede. Ele respira e vive na chamada ambiência midiática, uma teia de novas tecnologias em que se pode ser, rapidamente, ouvido, considerado. Comunicar não é, portanto, apenas uma questão instrumental, mecânica, unidirecional, é inter-relacional, é vida. Mesmo os mais pobres, privados desse acesso e participação, são atingidos por essa realidade e provocados constantemente a fazer parte desse ambiente. Cada vez mais a interação entre as pessoas e a formação de grupos de afinidade possibilita uma grande porta de acesso a todos, mas especialmente aos jovens, que tem construído suas relações a partir desses meios. (Ibid., p. 17).

A realidade desses fatos traz também em seu bojo novas expressões de exclusão social com o aparecimento do que se convencionou chamar de exclusão digital, que define como fenômeno de marginalização de grande contingente da população sem acesso a esse mundo tecnológico e da informação interativa:

É preciso um olhar mais atento à questão da exclusão digital. [...] não se pode ver protagonismo juvenil na cultura midiática como uma verdade absoluta, porque milhões de jovens nunca tiveram contato com o computador e com a internet. Não se pode falar de mudanças de paradigmas na educação, enquanto a maior parcela da população continua sem acesso às salas de aulas ou usa os métodos tradicionais de aprendizagem. (CNBB. TEXTO BASE CF, 2013, p. 23).

As atenções para este vasto campo temático começam a ganhar espaço nas discussões e se tornam objeto de muitos estudos. As redes sociais tem se tornado material farto para a edificação de sociedades sem fronteiras haja vista a proliferação quase que instantânea de informações, propagandas e ideias. Como elemento de uma nova forma de se relacionar com o mundo, esse movimento pode ter consequências positivas e também negativas à formação dos jovens.

As redes sociais são também um campo profícuo para a difusão de ideologias que diminuem a vida. Não é incomum encontrarmos grupos que defendem a violência, vigorexia, bulimia, anorexia, bullying, consumo de drogas, preconceitos, pornografia, difundindo não apenas ideias, mas também organizando grupos sociais que entram em conflito grave com os direitos humanos e com a liberdade das pessoas. (Ibid., p. 42).

O campo das tecnologias e das redes sociais pode conter um potencial considerável para transmissão de valores e desconstrução das desigualdades se utilizadas como ferramentas de propagação e fomento de ideais para afrontar as situações de pobreza, aproveitando as oportunidades lançadas pelos princípios e práticas da Economia Solidária. Pouco ainda se tem discutido sobre essas possibilidades, de forma que fica estabelecida como desafio educativo uma reflexão

de como potencializar o uso desses mecanismos com vistas à edificação de uma sociedade de iguais.

2.3 A POSSÍVEL SOCIEDADE DE IGUAIS: OS DESAFIOS PARA A RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO COM JOVENS

A percepção das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho nos últimos anos tem sido alvo de inúmeras reflexões, sobretudo neste momento de crise econômica do capitalismo global, e tem preocupado muitas pessoas sejam elas cidadãos comuns, gestores públicos e agentes de organizações sociais e populares.

O conceito de mercado de trabalho é dessas expressões que, de tão exploradas, encontra sua definição por vezes obscura. Para a presente abordagem, o conceito de mercado de trabalho a ser utilizado é definido pelo conjunto de situações formais de emprego, sobretudo sob a égide da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) que define como empregada: *“toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”*. (CLT Art. 3º).

Utilizar-se-á como definição de mercado de trabalho o conjunto das situações formais de emprego referenciando-se no seguinte exemplo: Há um universo de pessoas ambulantes pelas ruas das cidades, são vendedores de doces, salgados, aparelhos eletrônicos, CDs e uma infinidade de produtos.

Uma pessoa que vende doces no ponto de ônibus esta, de alguma maneira, exercendo uma atividade de trabalho, entretanto, de forma oficial é uma pessoa desempregada e que se configura fora do mercado de trabalho, destituída dos direitos que dele provém. Nesse sentido Albarnoz confirma que,

a pessoa que não tem uma vaga de emprego assalariado, embora realizando um trabalho autônomo - de biscoiteiro, dona de casa, camelô ou mesmo artesão ou técnico - mesmo que não o faça de modo clandestino ou informal, ainda assim poderá considerar-se desempregado ou subempregado. Não possui a garantia de um

salário fixo; talvez não possa gozar do convívio regular de colegas, não tenha logo a oportunidade de pertencer a uma associação ou sindicato, nem possa reivindicar melhores salários ou condições de trabalho. (ALBARNOZ, 1986, p. 80-81).

É nesse entendimento sobre o conceito de mercado de trabalho que se permeia o pensamento em torno dos desafios da inclusão dos jovens no mundo do trabalho, haja vista que não é difícil nos depararmos com inúmeros discursos proferidos por gestores públicos, agentes de organizações não governamentais, escolas e institutos profissionalizantes sobre a preparação do jovem ao mercado de trabalho.

Contrapondo-se a esse discurso da educação para o mercado de trabalho, se propõe a adoção da ideia de formação ao trabalho, expressão esta que extrapola os limites do mercado formal de trabalho abrindo possibilidades para o trabalho não subordinado, solidário, com pilares nas práticas autogestionárias e coletivas. Conforme Tiriba:

Longe de questionar a importância de ações associadas a escolarização, que visem a inserção imediata dos jovens e adultos trabalhadores ou sua qualificação ou requalificação para que possam aproveitar as oportunidades que surgem no mercado (assalariado) de trabalho, será que, num momento em que vivemos a reestruturação produtiva e a reestruturação do próprio modelo de acumulação capitalista, podemos nos iludir com a mão invisível do mercado e com as promessas de emprego e subempregos (sejam elas oriundas da escola, dos empresários ou do Estado)? [...] nos perguntamos: educação para que trabalho? Educação para empregabilidade ou educação para empreendedorismo? Para a gestão do próprio negócio ou para construção de uma sociedade de produtores livremente associados? Além do trabalho assalariado, que outros trabalhos inspiram nossas práticas educativas? (TIRIBA, 2004, p.97).

O discurso de formação dos jovens para a entrada no mercado de trabalho é um discurso atraente, mas que contrasta com a realidade dos dados sobre emprego e desemprego dos indivíduos dessa parcela da população.

O ingresso no mercado de trabalho formal é competitivo e este é cada vez mais exigente, elaborando processos de seleção cada vez mais excludentes pelos quais fatores como, faixa etária, nível de escolaridade, existência ou não de experiência profissional, local de moradia, gênero e raça são tidos como elementos determinantes em favor do mercado formal de trabalho, sendo estes fatores o que contribui para o adensamento das situações de exclusão social, tendo como resultado desses processos a produção de um coletivo considerável de pessoas na informalidade, influenciando o aumento da violência e disputa por espaço pelos ambulantes em várias cidades do país.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a partir do ano de 2004, o emprego formal está em ascensão expandindo-se a uma média em torno de 3,5 a 5% ao ano. A população ocupada (PO) nas seis Regiões Metropolitanas (RMs) do país saltou de 17,6 milhões em julho de 2002 para 22,5 milhões em julho de 2011, o que corresponde a um aumento da ordem de 30%.²²

Apesar do imenso esforço feito nos últimos anos²³, o nível de informalidade médio da população ocupada, no primeiro semestre de 2011 ficou em 35,6%.²⁴ *Ainda segundo o IPEA, em pesquisa e a figura 10 divulgada em setembro de 2009, a taxa de desemprego entre os pobres foi de 23,1% e entre os não pobres foi de 4,4%.*²⁵ Os dados expostos revelam que mesmo com a expansão do mercado

²² Boletim “Conjuntura em foco” IPEA. Nº 16. Setembro de 2011.

²³ Dados do “Boletim Mercado de Trabalho” IPEA - Conjuntura e Análise nº 48, Agosto 2011.

²⁴ Ao analisar a ocupação e sua trajetória nos últimos anos, observa-se que no primeiro semestre de 2011 a média da população ocupada nas RMs correspondeu a aproximadamente 22,3 milhões de indivíduos.

²⁵ Vamos considerar aqui a definição de pobreza adotada para a concessão de benefícios sociais como os programas de transferência de renda, que considera na linha da pobreza as famílias com renda *per capita* entre R\$ 70,01 a R\$ 112,00 mensais, e na linha da miséria as famílias com renda *per capita* de até R\$ 70,00. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Disponível em: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/criterios-de-inclusao. Acesso em: setembro de 2011.

formal de trabalho, o mesmo não é capaz de absorver a demanda de trabalhadores. Conforme Márcio Pochmann:

O mercado de trabalho é entendido como independente do funcionamento da economia, cabendo exclusivamente ao indivíduo adaptar-se ao contexto dos empregos existentes e procurar favorecer-se do seu próprio esforço e postura qualitativa, como forma de superação da concorrência em relação aos outros. (POCHMANN, 2007, p.76).

Tiriba, apontando a importância e o papel da educação e indicando que a educação não deve ser apenas uma forma de adestramento dos jovens tendo o panorama acima, afirma:

Temos denunciado as concepções utilitaristas de educação, cujas práticas buscam uma maior afinidade com os “interesses do mercado (capitalista)”. Mas, na verdade, apesar da negação da força de trabalho como mercadoria, pouco temos avançado em projetos de formação de ultrapassem dos muros do “mercado de trabalho”. (TIRIBA, 2004, p.81).

É de tal forma arraigada na cultura brasileira a valorização do mercado formal de trabalho que, quando é tratado da questão do trabalho no Brasil pela imprensa, o foco das discussões e preocupações gira em torno da inserção ou não dos trabalhadores no universo do emprego assalariado. Essa afirmação pode ser ilustrada pela figura 21, que retrata a abordagem do tema pelo Jornal Valor Econômico - em dezembro de 2011

Figura 21: Taxas de desemprego por gênero, faixa etária e escolaridade.

Fora do mercado

Taxa de desemprego é maior entre mulheres jovens à procura do primeiro trabalho * - em %

Fonte: IBGE. * em dezembro de 2011

Fonte: Jornal Valor Econômico

Diante da fartura de mão de obra, o mercado de trabalho, incapaz de absorver toda a demanda, por meio de seus agenciadores, formadores de opinião e mesmo educadores alinhados ao modo capitalista de organizar a sociedade, desenvolve discursos que preconizam serem os sujeitos um dos únicos responsáveis pelo seu infortúnio e inabilidade para inserção no mercado de trabalho, principalmente àqueles que estão em vias de iniciar sua vida laboral.

Grande parte da população jovem mais pobre não é, muitas vezes, alcançada pelos programas convencionais de capacitação profissional que existem, isso se percebe tendo em conta que escolas profissionalizantes como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional do Comércio), mesmo ofertando cursos gratuitos, exigem a aprovação em processos seletivos eliminatórios. Nos centros comerciais de algumas cidades, é possível ainda encontrar outras escolas, de caráter privado, com foco na oferta de cursos profissionalizantes não gratuitos, não atingindo assim as camadas mais empobrecidas da população. A educadora Maria Carla Corrochano aponta que

Em nosso país, houve e ainda há uma tendência para a oferta de cursos profissionalizantes não apenas para jovens, mas também para adultos, com o objetivo de enfrentar o desemprego. Muitos

desses programas já foram criticados por acabarem responsabilizando o próprio indivíduo pelo desemprego, ou seja, se o indivíduo está desempregado é porque lhe falta qualificação. (CORROCHANO in BRESCHIGLIARI, 2005, p.101).

Ante a essa conjuntura, vemos aparecer e se expandir, sobretudo nas regiões de maior vulnerabilidade social, inúmeras instituições (em geral organizações sem fins lucrativos) que almejam afrontar a carência de oportunidades de acesso ao preparo para o mundo do trabalho aos jovens em situação de pobreza, o que não resolve o problema, mas ameniza a condição de ausência total de educação laboral. Para Corrochano:

Duas visões de juventude têm predominado em diferentes programas ou projetos: o jovem como problema ou o jovem como solução. [...] No caso dos programas que visam combater o desemprego juvenil, por exemplo, é muito comum a justificativa concentrar-se em torno do olhar para o jovem como o problema. [...] Em relação a perspectiva do jovem como solução, a ideia posta em muitos programas é a de que os jovens são os principais atores do desenvolvimento. (CORROCHANO in BRESCHIGLIARI, 2005 p.102).

O debate acerca da formação profissional é bastante pertinente e nos provoca a ir além do que aprendemos, desde muito cedo em nosso próprio processo de formação. O texto "Educação profissional no Brasil, ontem e hoje"²⁶, elaborado pelo SENAI, deixa bastante claro quais foram os objetivos da formação do trabalhador sob o escudo do capitalismo: formar mão de obra.

A escola serve como base para o desenvolvimento do ser humano, sendo responsável pela formação do mesmo, relacionado ao tipo de cidadão que deseja criar. Portanto, é a educação que tem a função de estabelecer as mudanças que necessitam ser realizadas na sociedade, podendo ser planejadas, analisadas e apresentadas através de ações inclusivas.

²⁶ Texto elaborado pela consultoria Prattein para o curso "Aprender & Ensinar" – SENAI-SP, 2007. Disponível em: http://www.prattein.com.br/dados_anexos/76.pdf. Acesso em: 20 set. 2012.

Nesse sentido, Tonet afirma que: “Qualquer ação educativa tem – explícita ou implicitamente – uma fundamentação filosófica. Isto implica uma concepção de mundo, de homem, de história [...]” (Tonet, 2005, p.128).

Para a Federação das Indústrias, mantenedora do Sistema “S” (Senai, Senac etc), continua sendo válida a ideia de uma formação da força de trabalho onde as pessoas são consideradas “recurso”. Essa ideia é reforçada pelo conceito de formação por competências que, acoplada ao processo formativo trazem de volta, numa nova performance, o velho adestramento.

Frigotto (2004) diz que:

O que espanta, quando pensamos na educação e na formação profissional, é que, de certa forma, toda a nossa inserção neste âmbito, todas as nossas iniciativas hoje, apesar do seu enorme valor, vêm sendo pautadas, como uma espécie de ilusão, uma espécie de miragem, não pelos trabalhadores nas suas organizações, nos seus sindicatos, nas suas cooperativas e sim pelo capital e pela opção do Estado Brasileiro, hoje, mais do que nunca, abertamente subordinado e associado. A ideologia constrói um senso comum de que a educação básica ou formação profissional nos tira do capitalismo periférico gera chances de emprego ou de “empregabilidade”. (FRIGOTTO, 2004, p. 277).

A questão do trabalho, e do acesso a ele, pode ser considerado, entre outros como uma das principais preocupações dos jovens, sobretudo daqueles pertencentes ao contingente de famílias privadas de acesso aos bens e serviços disponibilizados pelo mercado de consumo.

Diante das desigualdades impostas por esse mercado de consumo, para alguns setores e atores sociais concebe-se a ideia de que é necessário desenvolver programas de formação associadas a ações de fomento e geração de trabalho e renda em contraponto ao discurso que sustenta a ideia que é preciso qualificar as

peças de forma que sejam recursos interessantes para utilização pelas organizações corporativas, relegando sempre ao sujeito os créditos de sua situação de desempregabilidade.

À sociedade de iguais é preciso a superação dessa mentalidade de qualificação que se limita a uma visão de pessoa como recurso por outra mentalidade a favor de uma formação integral que possibilite aos jovens a manifestação e desenvolvimento pleno de suas possibilidades, equilíbrio na distribuição de renda resultante ações coletivas de geração de trabalho, acesso pleno aos direitos sociais e educacional.

Ainda que não seja o foco principal do presente trabalho, importante reflexão se faz necessária quando se propõe pensar em educação de jovens como pilar de mudança na estrutura da sociedade, a questão da escola. A escola pode ser definida como um espaço destinado a construção do saber, por excelência, é o espaço privilegiado para a socialização das pessoas, a aquisição e transmissão recíproca do conhecimento.

A escola visa a atender as demandas sociais, buscando responder suas expectativas, entretanto, já aí há uma relação de desigualdade, haja vista que, embora busque responder as demandas da sociedade, não é esta, em muitas ocasiões, quem define o que deve ser transmitido. Olhando o público alvo deste trabalho, Nakano e Almeida chamam nossa atenção sobre a relação dos jovens com a escola. Segundo os autores:

A tensão que estrutura o mundo da escola se avoluma e se diversifica e é difícil tratar de qualidade da educação sem levar isso em conta. De um lado, jovens podem viver experiências marcadas pela liberdade da convivência nos pequenos grupos, pela possibilidade da autonomia e da crítica como cultura própria da escola; de outro, são constrangidos a escolher e a viver o processo de competição escolar, e devem assumir, eles próprios, a responsabilidade pelo fracasso ou pelo sucesso vivido na escola e fora dela, como se as situações constringentes que decorrem da

posição que ocupam na estrutura social não interferissem nesse processo. (NAKANO e ALMEIDA, 2007, p. 1091).

De acordo com Tonet:

A escola diante das realidades contemporâneas, no qual ele resume assim os “objetivos para uma educação básica de qualidade”: Preparação para o mundo do trabalho; Formação para a cidadania crítica; Preparação para a participação social; Formação ética. O simples destes itens e sua explicitação deixam claro que eles não apontam para além do capital e, portanto, não fazem parte do horizonte de uma sociedade efetivamente livre. (TONET, 2005, p.130).

Nakano e Almeida em seus relatos e experiências indicam ser de fundamental importância o protagonismo dos próprios jovens na construção dos espaços e práticas educativas:

Tal debate não pode se realizar sem que haja realmente uma escuta sensível e atenta dos sujeitos juvenis, considerando ética e politicamente suas demandas e necessidades postas no presente, tanto aquelas referentes à qualidade da educação que almejam, quanto às expectativas e relações que tecem com o mundo do trabalho. (NAKANO e ALMEIDA, 2007, p. 1101).

É nesse sentido de protagonismo, que os jovens podem assumir importante papel na construção de uma sociedade menos desigual. A escuta dos jovens poderá ter sentido efetivo quando estes forem considerados e tratados como princípio e fim das práticas educativas no interior da escola que buscaria, assim, responder de forma mais precisa a suas demandas. Tonet afirma que:

Embora a categoria da educação integre a categoria do trabalho, as duas não se confundem. [...] o trabalho é um ato de transformação da natureza. Portanto, neste caso, a ação do sujeito se exerce sobre uma “matéria-prima” cuja natureza é completamente diferente da

“matéria-prima” do ato educativo. A primeira é desprovida de subjetividade, enquanto a segunda tem na subjetividade um dos seus momentos fundamentais. (TONET, 2005, p.128).

O entendimento do jovem como sujeito dos processos educativos pode possibilitar o rompimento de ideias excludentes do capitalismo. Há uma cultura subjetiva que está posta no sentido de que só o trabalho formal assalariado é dotado de valor e nesse sentido o fio condutor das práticas educativas se baseia na necessidade de “qualificar” o jovem para que este tenha acesso e sucesso no mercado de trabalho. Sucesso ou insucesso depende exclusivamente do investimento que o próprio jovem emprega para sua “qualificação”. No sentido de questionar tal discurso e dar credibilidade ao jovem como protagonista de transformação, Tonet declara que:

A ação educativa se exerce sobre indivíduos conscientes e livres (quer dizer, portadores de consciência e liberdade) e não sobre uma “matéria-prima” inerte e passiva, regida pela lei da causalidade. O ato educativo, ao contrário do trabalho, implica uma relação não entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que ao mesmo tempo também é sujeito. (TONET, 2005, p.139).

Nesse compasso é preciso compreender os sujeitos como seres capazes de definirem seus destinos. Conforme Nakano e Almeida:

A capacidade que têm muitos jovens de olhar e analisar o processo de escolaridade toca a muitos de nós, agentes públicos formuladores e gestores, porque os reconhecemos como sujeitos de direitos, com necessidades e interesses particulares. (NAKANO e ALMEIDA, 2007, p. 1088).

Entretanto, é um trabalho que anseia paciência no ato educativo. Os seres humanos e, em especial, os jovens não são como um bolo que resulta de um processo com tempo determinado. Não basta juntar ingredientes e colocar no forno. Os sujeitos exigirão mais e, sobretudo, perseverança. A sociedade de iguais deverá ser resultado de uma caminhada longa, pode ser lenta, mas com passos firmes,

aliando aumento da escolaridade básica com qualidade e educação para o trabalho. Assim como declara Lia Tiriba e Maria Clara Fischer:

O objetivo da educação não pode consistir em os jovens se tornarem qualificados, no sentido de obter as competências básicas para a empregabilidade ou para o empreendedorismo, mas que cada um deles possa se tornar “governante” do seu trabalho, dos rumos da organização econômica, da sociedade, do mundo. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p. 27).

As iniciativas de promoção da formação laboral dos jovens sejam aquela que os enxergam como problema, seja elas as que os encaram como solução poderão encontrar difícil alcance de seus propósitos haja vista que, mesmo em crise, o capitalismo ainda perdura como sistema econômico hegemônico em nosso país. Cabe, frente a isso, identificar o papel da educação como elemento emancipador dos sujeitos.

Sendo alvo de uma infinidade de iniciativas com o discurso de promover melhores condições de acesso dos jovens ao mercado de trabalho, e de acordo com Corrochano:

O desenvolvimento de programas e ações públicas destinados aos jovens pelo governo é um fenômeno recente na sociedade brasileira. Somente a partir da década de 1990 a temática se firmou com um problema político, convertendo-se em item relevante da ação governamental. (CORROCHANO et al, 2008, p.61).

As autoras Enid Rocha Andrade da Silva e Carla Coelho de Andrade, no livro *Juventude e políticas sociais no Brasil*, lembram que:

Em 2007 o governo federal ainda executava, por meio de cinco ministérios diferentes, seis programas emergenciais voltados para a juventude excluída do mercado de trabalho e com poucos anos de estudos e reduzida capacitação profissional: ProJovem – Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude; Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã –

ambos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Agente Jovem – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Escola de Fábrica – Ministério da Educação (MEC); e Saberes da Terra – Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). (SILVA; ANDRADE, 2009, p.52).

As autoras afirmam ainda que esses programas intencionavam intervir de forma a alargar os índices de escolaridade e formação para o trabalho, proporcionando aos jovens o repasse de diferentes auxílios financeiros como compensação de sua participação nas atividades oferecidas.

Para efeito de demonstração e ilustração sobre as diversas iniciativas no Brasil, com objetivo de enfrentar a realidade do emprego juvenil, a tabela 3 apresenta uma síntese das ações implementadas para o desenvolvimento da qualificação da profissionalizante e na inclusão do jovem ao mercado formal de empregos:

Tabela 3: Síntese dos principais programas dirigidos à população jovem (14-29 anos) em nível federal

Programa - Projeto	Instituição responsável	Objetivos	Público alvo	Benefícios	Critérios de seleção/permanência
ProJovem Adolescente (antigo Agente Jovem)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome	Criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino, promover sua integração à família e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação de sua comunidade	Jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiários do Programa Bolsa Família ou em situações de risco social	Auxílio financeiro de R\$100	Frequência à escola e realização de atividades de caráter socioeducativo. Até 2 anos
ProJovem Urbano (antigo ProJovem)	Secretaria Nacional de Juventude	Elevação da escolaridade (até ensino fundamental), qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias	Jovens de 18 a 29 anos que saibam ler, mas não tenham completado o ensino fundamental Jovens com esse mesmo perfil que estejam em unidades prisionais	Auxílio financeiro de R\$100	Frequência às aulas, realização de trabalhos escolares, incluindo ações em suas comunidades 18 meses.
ProJovem Trabalhador (antigos Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Consórcio Social da Juventude)	Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Juventude	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas de geração de renda	Jovens de 18 a 29 anos desempregados e membros de família com renda per capita de até 1 salário mínimo	Auxílio financeiro de R\$100	Frequência à escola e participação em cursos de qualificação. 6 meses
ProJovem Campo – Saberes da Terra	Ministério da Educação	Elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens adultos, em regime de alternância	Jovens de 18 a 29 anos residentes no campo, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental	Auxílio financeiro de R\$100 a cada dois meses	Frequência à escola e participação em cursos de qualificação
Programa Nossa Primeira Terra	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Estimular a permanência do jovem e de sua família no campo; Linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário para os jovens adquirirem imóveis e investimentos em infra-estrutura	Jovens entre 18 a 29 anos, sem terra, filhos de agricultores, famílias e estudantes de escolas agro técnicas	Limite de créditos de R\$40 mil para projetos comunitários e infraestrutura	Permanência no campo
Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente	Fortalecer as novas lideranças ambientalistas, incentivar o debate e a capacitação de jovens	Jovens entre 15 e 29 anos	Realização de encontros, palestras e videoconferência	Não especificado
Programa Escola Aberta	Ministério da Educação	Ampliar as oportunidades, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura de escolas públicas, onde são desenvolvidas atividades voltadas para a comunidade	Jovens entre 15 e 24 anos	Os jovens que oferecerem oficinas podem receber auxílio mensal de R\$150	Realização de oficinas para a comunidade
Programa Bolsa-Atleta	Ministério do Esporte	Contribui para a formação de atletas no país, evitando que jovens abandonem a prática esportiva para se inserirem no mercado de trabalho	Não especificado	Uma bolsa cujo valor depende da categoria do atleta	Prosseguir na realização da prática esportiva sem ingressar no mercado de trabalho
Programa Cultura Viva	Ministério da Cultura	Potencializar iniciativas culturais já existentes, reconhecendo a cultura popular brasileira em sua diversidade e ampliar o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais	Não especificado	Não especificado	Não especificado

Continua

Continuação

Programa - Projeto	Instituição responsável	Objetivos	Público alvo	Benefícios	Critérios de seleção/permanência
Programa Brasil Alfabetizado Jovem	Secretaria Nacional de Juventude e Ministério da Educação	Promover a alfabetização de brasileiros acima de 15 anos. O programa implementou ações específicas para o público jovem	Jovens e adultos acima de 15 anos e não alfabetizados	Não especificado	Acompanhar o curso com duração de oito meses. 8 meses
Programa Universidade para todos (ProUni)	Ministério da Educação	Possibilitar o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior, oferecendo bolsas de estudo em instituições de educação privada	Jovens de 18 a 24 anos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máximo de três salários mínimos	Bolsa integral para estudantes com renda per capita de até um salário mínimo Bolsa parcial para aqueles com renda per capita de até três salários mínimos	Ter participado do Enem e obtido nota de no mínimo de 45 pontos; Pertencer à família com renda per capita de até três salários mínimos; Ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada, com bolsa parcial ou integral; Apresentar aproveitamento acadêmico em no mínimo 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo. Ao longo do período de conclusão do ensino superior
Projeto Proteção dos jovens em Território Vulnerável	Ministério da Justiça	Formação da cidadania de jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais que visem resgatar sua autoestima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades	Jovens adolescentes expostos a violência doméstica ou urbana ou que vivam na rua	Não especificado	Não especificado. Um ano, prorrogável por mais um

Fonte: Corrochano, 2008²⁷.

O quadro apresenta um panorama global das principais ações governamentais de atendimento a população jovem no âmbito federal. De acordo com Corrochano:

Nota-se que em boa medida os programas concentram-se na perspectiva de elevação da escolaridade aliada à qualificação profissional. De fato, no campo das políticas de geração de trabalho e renda, as ações de qualificação profissional sempre tiveram um peso importante no país, especialmente em função dos limites de geração de postos de trabalho em um cenário de baixo crescimento econômico. No entanto, quando se trata de construir saídas para as jovens gerações, a centralidade na educação parece ainda mais forte. (CORROCHANO et al, 2008, p.61).

²⁷ Dados coletados nos sites do Governo Federal entre julho de 2007 e julho de 2008. Disponível in Corrochano et al, 2008, pp 63-64.

Ainda acompanhando a reflexão de Corrochano,

O que podemos perceber, por exemplo, no caso de programas que procuram apoiar a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal [...] é que o número de empregos efetivamente gerado para jovens é muito baixo, quase irrisório. (CORROCHANO in BRESCHIGLIARI, 2005, p.102).

Pensar em programas de formação para o trabalho na perspectiva focada na Economia Solidária e vislumbrar o preparo do jovem trabalhador para o exercício consciente da cidadania não está fora de sintonia com o que preconiza a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO):

A educação deve ultrapassar qualquer concepção estritamente utilitária. Ela não serve apenas para fornecer pessoas qualificadas ao mundo da economia: não se destina ao ser humano enquanto agente econômico, mas enquanto fim último do desenvolvimento (DELORS, 1998, p.84).

Esse é um desafio que se estabelece ao pensar em formação para o trabalho com jovens empobrecidos, sob a perspectiva de romper a concepção utilitária de Delors. Para Lia Tiriba e Maria Clara Fischer:

No Brasil, embora com avanços significativos, as políticas públicas têm sido elaboradas, em geral, “para” os jovens, e não “com” eles. Além disso, a frequente abordagem do jovem como problema (para a sociedade e para si mesmo), como desvio, como desqualificado para a atuação pública ou como ameaça da construção e da consolidação da democracia dificulta a construção de uma perspectiva social positiva, permeada por um protagonismo juvenil. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p. 15).

É de se presumir que, de fato, é um desafio romper com o ciclo intergeracional de exclusão social pelo desemprego, tendo como horizonte apenas a ideia de formação para o mercado de trabalho. Para o educador Peixoto Filho:

As lutas pela sobrevivência demandam a necessidade de se criar alternativas que apontem caminhos possíveis para garantir a reprodução ampliada da vida, ao mesmo tempo em que se possa representar, também, alternativas para relações sociais, políticas e econômicas mais justas e igualitárias, portanto mais solidárias. (PEIXOTO FILHO, 2004, p. 50).

Aqui, o reconhecimento de novas formas de manifestações de trabalho, orientadas por princípios de oposição ao capitalismo, demandam processos educativos que proponham a inversão dos valores que o sustentam. Processos de formação fundamentados em pilares que sobreponham as ações coletivas ao individualismo; que possibilitem a formação das relações solidárias em confronto com as relações de concentração de poder; que contribuam para que a partilha igualitária da produção da riqueza faça desaparecer a acumulação de renda, das terras e dos frutos do trabalho humano. É nesse rumo que recorreremos a Singer, o qual indaga e aponta:

Mas, o que acontece quando pessoas formadas no capitalismo, digamos, moderadamente liberal (como o brasileiro) se vêem excluídas do emprego por falta de demanda empresarial pela sua capacidade de trabalho? Muitas delas optam por se unir a seus iguais para formarem juntas algum empreendimento solidário. O mais das vezes, elas fazem esta opção quando ainda se encontram empregadas e conseguem obter em arrendamento a massa falida da ex-empregadora, com a finalidade de mantê-la em operação. Nestes casos, o recurso à Economia Solidária se deve unicamente ao temor de ficar desempregado por longo tempo ou permanentemente. No momento em que esta opção pela Economia Solidária é feita, grande parte dos trabalhadores sequer sabe direito do que se trata. Mas, encontram-se ligados por laços de solidariedade forjados em longos anos de lutas, durante as quais a ajuda mútua é essencial à vitória. As lutas comuns produziram confiança mútua e

afeto recíproco entre os trabalhadores. Eles aprenderam a cooperar e gostam da experiência. Muitos abominam o mandonismo e odeiam a desigualdade.²⁸

Os desafios, lançados com vistas ao estabelecimento de uma sociedade de iguais, trata-se da abertura de possibilidades, por meio das práticas educativas, para que os jovens se assumam como protagonistas da necessária transformação social. Conforme Lia Tiriba e Maria Clara Fischer, é necessário:

Apostar no jovem, como capaz de realizar e processar a sua experiência, é fundamental para qualificar os seus processos singulares, que os desafiam a associar-se, para produzir a vida de forma autogerida. (TIRIBA e FISCHER, 2011, p. 17).

É uma aposta que produz outra forma de vida, diferente dessa que herdaram das gerações anteriores, engajando-se numa forma de convivência mais recíproca, tolerante e solidária, associando-se para gerar postos de trabalho, que independem necessariamente do mercado convencional, cabendo, a seu critério de escolha, a busca de novos paradigmas ou, seguindo o tradicional, sem perder de vista o rol da ética e da cidadania.

2.4 SIM, UMA OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL

É interessante buscar significado nas palavras a partir de sua origem. Em muitas ocasiões há conceitos e palavras tão impregnadas em nosso cotidiano que não buscarmos sua tradução outras interrogações são colocadas. Elas traduzem muito além do que num primeiro momento possam significar.

A palavra Educação, por exemplo, é uma destas palavras. Etimologicamente originada no latim *educare*, por sua vez ligado a *educere*, verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar), Educação significa literalmente 'conduzir para fora', sinônimo de ação de criar ou de nutrir, cultura, cultivo²⁹. Uma sociedade de

²⁸ SINGER in BOLETIM 17 "Educação e o mundo do trabalho", 2005, p. 29.

²⁹ Fonte: Dicionário etimológico disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br>. Acesso em fev. 2013.

Iguais tenderá ser uma realidade à medida que o cultivo de seus ideais forem já na juventude uma utopia a ser concretizada.

Muito se tem falado, nos últimos anos, sobre a necessidade de reorganizar a sociedade de forma que não haja mais exploradores nem explorados. Temos Pensadores e educadores comprometidos com as causas sociais vêm defendendo a tese de que uma sociedade nova será possível a partir do momento em que os excluídos se unirem e promoverem modificações nas bases da organização social, a partir de vivências e práticas de uma educação de caráter popular. Para Peixoto Filho:

A Educação Popular como um conjunto de práticas que se realizam e se desenvolvem dentro do processo histórico no qual estão imersos os setores populares, deve ser compreendida também como estratégias de lutas para a sobrevivência e libertação desses mesmos setores. (PEIXOTO FILHO, 2004, p.34).

A educação popular se consolida, partindo do princípio de que o ato educativo é um ato mediador, e mediar é considerar que o outro (no caso específico o educando) traz consigo experiências, vivências e saberes, que devem ser privilegiados e considerados no processo de troca ensino-aprendizagem para a construção de novos saberes e materialização do projeto de uma sociedade de iguais. Conforme Peixoto Filho:

Consequentemente, uma das tarefas mais necessárias para aqueles que se colocam a serviço desse projeto de libertação é a preparação de grupos populares capazes de se constituírem como agentes conscientes e críticos de todo o processo de mudanças sociais. Programas de Educação Popular podem se constituir como um dos instrumentos de formação-organização do povo, ao longo de sua própria ação transformadora. (Ibid., p.35).

Por isso, um dos desafios da construção de uma cultura de cooperação, base da sociedade igual, é um longo e persistente investimento num processo de

educação libertadora, que seja capaz de melhorar a qualidade de vida das pessoas. De acordo com Peixoto Filho:

A pedagogia, entendida como prática social e como movimento que articula saberes e conhecimentos, pode e deve ser um instrumento poderoso para que sejam elaboradas estratégias, as quais venham contribuir com a realização de novos modos de se produzir e construir novas relações na sociedade. Nessa perspectiva podem ser pensados novos horizontes para a formação de trabalhadores capazes de criar os necessários novos modos de produzir, de distribuir e de consumir bens e recursos, os quais poderão contribuir para alternativas do atual modelo socioeconômico. No entanto, se essa perspectiva pode apontar novos caminhos, é necessário que sejam aprofundadas as dimensões específicas da relação trabalho e educação, incluindo nesse aprofundamento a ressignificação de uma práxis e educativa, a qual tenha também como referência as dimensões e matérias de uma economia popular e solidária. (Ibid., p.51).

Uma pedagogia libertadora e construtora de novos homens e mulheres devem ser idealizadas em confronto com uma prática educativa utilitarista do sujeito. Como ressalta Kruppa,

A educação no sistema capitalista é vista para capacitar o ser humano, considerado como um recurso. Pensar a eficiência e a produtividade dos trabalhadores nesse sistema é considerar o sistema de competências, onde os seres humanos são induzidos a serem competentes para determinadas coisas e incompetentes para outras. (KRUPPA, 2005, p.24).

Os processos educativos não se restringem ao âmbito da instituição escolar, mas podem desenvolver-se nas mais diferentes práticas sociais. Nessa linha de reflexão pode-se pensar que a formação de jovens para o trabalho em espaços educativos de cunho social e solidário seja de fato uma estratégia real para a promoção da formação e uma cultura da solidariedade, iniciando-se aí o gradual

caminho com vistas à mudança da sociedade e à emancipação social dos homens e mulheres marginalizados pela pobreza. Para tanto, Tiriba nos traz o seguinte relato:

Em seu estudo na favela Morro de São Carlos, Fantinato (2003) evidencia que, por uma questão de sobrevivência e preservação da identidade (individual e social), os jovens e adultos desenvolvem modos próprios de produção e sistematização do conhecimento matemático em contextos não escolares. Para evitar a situação constrangedora de faltar dinheiro e, por isso, passar vergonha no caixa, calculam de cabeça, de forma exagerada, arredondando os preços para cima. Sobre o que se aprende na vida e o que se aprende na escola, uma jovem explica: - *Que na escola é a teoria que agente tá aprendendo. E na prática a gente já tem a prática do dia-a-dia, né. Que se a gente não tivesse prática, a gente não tinha condições de sobreviver! Sem saber nada, sem saber contar, sem saber calcular. Realmente... as coisas começam pela comida, pelo sabão pra botar na máquina de lavar roupa (...).* (Fantinato, 2003, p.137 in TIRIBA, 2004, p. 87).

A educação possível para outra sociedade também possível pode ter sua concretização efetivada na medida em que os protagonistas do processo de mudança sejam precisamente os que estão fora dos benefícios da economia global, mas que sobre ela tecem um olhar crítico e esperançoso por dias melhores.

É a partir da realidade dos sujeitos e, vislumbrando sua emancipação, que as práticas de educação popular podem se inserir nos espaços educativos não formais, sobretudo sendo uma porta de entrada aos jovens no mundo do trabalho, rompendo com a educação conservadora e excludente fundamentada nos princípios da sociedade capitalista. Para Kruppa:

Uma das explicações para o freio conservador da escola está em seu isolamento da realidade. Envoltos pela rotina e fechados em muros, a escola não tem sensibilidade para o movimento da vida, distante dos problemas e das alternativas que a população cria para sobreviver (...). O distanciamento da escola também é feito em nome de uma

pseudoneutralidade institucional, que oculta, com certo disfarce, a reprodução da ordem que interessa ao sistema capitalista. (KRUPPA, 2005, p.22).

São ricas as experiências populares de aprendizado e construção de saberes além dos programas e currículos aquém dos muros escolares, e a essas pessoas voz e vez carecem de ser dadas. Nesse sentido, Tiriba salienta que,

Na verdade, independentemente do grau de escolaridade e dos limites geográficos (temporais e espaciais) do lócus do *apprehendere* (que, em latim significa apoderar-se) o trabalho é princípio educativo³⁰. A cidade, a rua e a própria vida tornam-se escola(s) do trabalho. Não por casualidade, valorizamos tanto o conhecimento tácito dos que pegam pesado na labuta; como comentou Carmem Amaral, com sua sabedoria de mulher trabalhadora, “afinal, o que é à força de trabalho, senão a materialização do saber sobre o trabalho”? “Assim”, quando se trata de resgatar e sistematizar o saber popular em matéria de economia, mais que nunca, é preciso ultrapassar os muros da escola³¹ para ver o que acontece em outros mundos, os quais não se resumem ao mundo do trabalho assalariado. (TIRIBA, 2004, p. 90-91).

Nessa linha de pensamento, Nakano e Almeida corroboram com esta postura na relação entre educandos e educadores. Para os autores,

Tal debate não pode se realizar sem que haja realmente uma escuta sensível e atenta dos sujeitos juvenis, considerando ética e politicamente suas demandas e necessidades postas no presente, tanto aquelas referentes à qualidade da educação que almejam, quanto as expectativas e relações que tecem com o mundo do trabalho. (NAKANO; ALMEIDA, 2007, p. 1101).

³⁰ Tiriba (2004, apud Gramsci, 1982).

³¹ Tiriba (2004, apud Milet, 1991).

A associação de pessoas em torno de um objetivo comum de promover uma progressiva melhoria na qualidade de vida pode ser o resultado de um processo de resistência em decorrência de práticas educativas baseadas nos princípios da educação popular e solidária. Para Tiriba:

Se além do “direito ao emprego”, os seres humanos precisam assegurar o “direito ao trabalho não alienado”, merecem atenção dos economistas (e, também, dos educadores) não apenas as variadas formas de “trabalho precário” como também as antigas relações econômico-sociais que, perdurando no tempo/espço vêm sendo cotidianamente recriadas pelos setores populares no interior do mercado global. (Ibid., 2004, p. 81).

Entretanto, para Gadotti:

A educação não deve ser um processo de formação de cidadãos úteis ao estado, ao mercado ou à sociedade. A educação responde pela criação da liberdade de cada ser, consciente, sensível, responsável, onde razão e emoção estão em equilíbrio e interação constante. (GADOTTI, 2007, p. 56).

Ainda, de acordo com Gadotti:

“É certo que a educação não muda, mecanicamente, a sociedade, mas muda os seres humanos que podem mudar suas vidas e suas estruturas políticas, sociais e econômicas”. (Ibid., p. 70).

Uma sociedade baseada na solidariedade e na cooperação tende a ser uma sociedade mais justa, onde a produção da riqueza é distribuída de forma igualitária extinguindo-se assim a divisão de classes. Para Tiriba:

Reivindicar o “popular” na economia e na educação dos trabalhadores associados significa reconhecer que é preciso buscar na economia popular a essência de relações sociais calcadas na reciprocidade e na cooperação solidária. (TIRIBA, 2004, p. 95).

Mas o que vem a ser uma sociedade baseada na solidariedade e na cooperação? Quais são os pressupostos para que exista essa sociedade? São perguntas que surgem quando nos colocamos diante desta reflexão. Para ilustrar como a solidariedade pode contribuir para a resolução de problemas promovendo o bem comum, consideremos a seguinte situação:

No bairro onde moramos há um imenso terreno desocupado. Este terreno não possui cercas e não há quem cuide dele. Alguns moradores do bairro começam a usá-lo como espaço para descarte de lixo, restos de materiais de construção, animais mortos e tudo aquilo que não tem mais serventia em suas casas.

Após algum tempo o lixo acumulado atrai ratos, mosquitos e outras fontes de doenças. O cheiro próximo do local é insuportável e morar ao lado deste terreno é cada vez mais desagradável.

Diante desta situação, um grupo de moradores decide se juntar em um mutirão para limpar, cercar e zelar pelo terreno. Proíbem o uso do espaço como local de descarte de lixo e de material sem utilização.

Esse exemplo tão corriqueiro em muitas cidades nos dá possibilidades de analisar e confirmar as teorias defendidas pelos pensadores partidários de uma nova sociedade cooperativa e solidária. Frente a um problema real, a junção de forças, que exige dos sujeitos a superação da individualidade, pode ser o caminho para o alcance de objetivos do coletivo. Segundo Tiriba (2004, p. 94), “Os processos educativos inspirados na pedagogia da produção associada contemplam, além dos atores da Economia Solidária, os sujeitos da economia popular”.

Gradativamente, o sujeito, a partir de vivências em grupo, da reflexão e da participação nas atividades do processo educativo resgata e reafirma seus valores e constrói seu projeto de vida. Constrói o conhecimento. Singer declara que a pedagogia da Economia Solidária requer a criação de situações em que a reciprocidade surge espontaneamente, como o fazem os jogos cooperativos³².

³² Singer in BOLETIM 17 “Educação e o mundo do trabalho”, 2005, p. 28.

A educação para a Economia Solidária pressupõe a real necessidade de mudança de cultura por parte dos trabalhadores e por extensão de toda a sociedade. Os jovens, por suas peculiaridades e energia, assim como podem tender a uma forma de vida desregrada são capazes de emergir também como os protagonistas de um novo jeito de ser sociedade. Segundo Tiriba e Fischer:

De uma maneira geral, o associativismo é entendido como ação coletiva de pessoas e grupos que se organizam em torno de ideais e objetivos. Seria possível dizer que os jovens se associam, de variadas formas e por diferentes motivos: porque se identificam com um determinado estilo de vida e/ou compartilham das mesmas concepções de mundo e de sociedade, ou porque querem experimentar e exercitar as mesmas práticas, reivindicar os mesmos direitos e objetivar a realização de interesses comuns etc. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p.18).

Uma pedagogia da Economia Solidária que possibilita a imprescindível mudança cultural por uma sociedade mais igualitária poderá se constituir como fruto de um processo de educação para autogestão.

Na verdade, autogestão é um conceito (e uma prática social) que está relacionado com a perspectiva de uma forma de organização social, em que as pessoas têm autonomia e autodeterminação, não apenas da gestão do trabalho, mas em todas as instâncias das relações econômico-sociais. (Ibid., p. 22).

É como estratégia visando a mudança de mentalidades acerca do mundo do trabalho e, por conseguinte, a mudança social que deve ser colocada em prática uma pedagogia solidária que rompe com a prática de uma educação voltada para a perpetuação das desigualdades sociais sustentadas pelo consumismo e individualidade.

Fica, entretanto, o indício de que a construção social dessa sociedade passa pela construção de sujeitos autônomos, livres, capazes de viver e conviver de maneira solidária.

É aí que a educação cumprirá papel fundamental, uma vez que, para tal objetivo é necessária a construção de uma cultura para a solidariedade, o trabalho coletivo e autogerido que sobreponha à cultura competitiva, subordinada e individualista herdadas do modelo capitalista de produção. Conforme Nakano, Ancassuere e Villar:

Uma nova identidade marcada por esses princípios não surge por um ato de vontade, pois os trabalhadores que fizeram essa opção viveram a experiência [...] do trabalho fragmentado e hierarquizado, no interior de relações de assalariamento, de compra e venda de mão de obra como mercadoria. (NAKANO; ANCASSUERD; VILLAR, 2004 p. 150).

Entendendo que a formação dos jovens para o trabalho pode contribuir para o desenvolvimento de uma cultura para a solidariedade promovendo a melhoria da qualidade de vida de populações pobres, através do fomento das alternativas de geração de trabalho e renda baseados na Economia Solidária, é que se pode vislumbrar uma real mudança social.

A ideia de que já nos primeiros anos de formação laboral dos jovens a inserção do tema Economia Solidária pode colaborar para a construção de uma sociedade de iguais baseada na solidariedade e cooperação deve ser entendida como tentativa de mudança cultural dos trabalhadores rompendo as barreiras do individualismo e subordinação ao capital. Segundo Singer:

Podemos concluir que se esta prática fosse aplicada nas escolas em todos os níveis de ensino, do jardim da infância à pós-graduação universitária, teríamos uma nova geração muito mais propensa a se engajar numa Economia Solidária, como modo de vida congruente com a sua vivência escolar. Este ainda é um sonho de poucos, mas que tende a se multiplicar. (SINGER in GADOTTI, 2009, p. 15).

A Economia Solidária deve aparecer como uma opção que responda aos anseios de uma população cada vez mais excluída. Segundo Singer:

Tudo leva a acreditar que a Economia Solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar a produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 1998, p. 138).

No capítulo a seguir será apresentado um panorama sobre a Economia Solidária como proposta e modelo de sociedade pelo qual se procurará aprofundar seus valores e os conceitos pilares da utópica sociedade de iguais.

*Se caminhar é preciso, caminharemos unidos, e nossos pés nossos braços, sustentarão
nossos passos.
Não mais seremos a massa, sem vez, sem voz, sem história.
Mas um povo que vai, em esperança solidária.*
Simeí Monteiro

CAPÍTULO 3: A UTOPIA POR UMA SOCIEDADE DE IGUAIS

3.1 HERANÇAS DE UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

A inspiração central que norteia todo esse trabalho nasce de uma frase de Paul Singer, na ocasião de uma palestra sobre a Economia Solidária em Salvador BA, na qual afirmou que,

[...] a Economia Solidária é um sonho, uma utopia por uma sociedade de iguais, democrática no sentido de os direitos serem iguais de todos, mas que haja igualdade econômica, igualdade social, onde não exista ninguém que dê ordens e outros que obedeçam... (SINGER, 2007)³³.

A afirmação de Singer é inspiradora. Pensar uma sociedade de iguais não é pensar em uma forma de organização social onde as pessoas são padronizadas e uniformes, mas que, em sua diversidade, possam ser assegurados os mesmos direitos de participação social, sem que sejam subjugadas e subordinadas a interesses que não sejam os seus. Uma sociedade de iguais faz valer o que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos pela qual, em seu artigo primeiro, exorta que:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. (ONU 1948).

³³ Palestra *Economia Solidária*: Princípios e perspectivas na atualidade. Salvador, Bahia, 28/11/2007. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=WgXMySBQFSs> . Acesso em: mar. 2010.

Entretanto, a luta pela sobrevivência consiste, em muitas ocasiões, na negação de uma vida nos porões da sociedade³⁴, buscando para isso alternativas concretas de resistência a superação dos limites de uma vida restringida ao mero ato de respirar.

O cenário apresentado no capítulo anterior nos permite afirmar que, apesar do avanço do número oficial de empregos, um contingente de pessoas ainda permaneceu e permanecerão excluídas do mercado formal de trabalho, sobretudo os jovens, faz-se necessário pensar modelos alternativos de geração de trabalho e renda confirmando o lema do fórum social mundial de que “Outro mundo é possível”. A construção de uma sociedade menos desigual é, segundo Sachs:

Totalmente viável, pois, não existem “quaisquer limites ecológicos ou falta de tecnologia que impeçam essa superação”. “Conclui-se, assim, que os obstáculos para a transformação social são sociais e políticos”. (SACHS, 1993, p. 19, apud JESUS; SPAREMBERGER, 2009 p. 79).

Tomando como exemplo o que ocorre na natureza, a manutenção da sobrevivência exige das presas algum tipo de reação quando sentem que a vida está ameaçada. Acuados e a mercê da sorte os seres humanos, mesmo que de forma subjetiva, buscam alternativas com o intento de manter preservada sua existência. É comum, nessa batalha, encontrar situações em que o sentimento de pertença a um grupo, a coletividade e a defesa conjunta do habitat pelos seus semelhantes se estabeleçam como armas de resistência e sobrevivência.

O momento atual, o da crise do capitalismo, ainda é um tempo de ameaças, de busca cotidiana pela defesa da vida pelos seres humanos, principalmente os menos abastados. A história demonstra que este não é um momento inédito para a

³⁴ A expressão “porões da sociedade” tem aqui um sentido inspirado na campanha da Fraternidade do ano 2000, cujo lema era: “Um novo milênio sem exclusões” e a designação dada a um dos capítulos do texto base da mesma recebia o título “A dignidade ferida nos porões da vida”. De acordo com o texto base, a expressão trata das **situações-limite de que a própria sociedade se envergonha e, portanto, se sente impelida a reagir. São situações em que o ser humano é levado a tamanha abjeção, e aqueles que a provocam ou dela usufruem revelam tamanha desumanidade, que pessoas normais, que delas tomem conhecimento, não podem deixar de se escandalizar e mesmo se indignar.** (Texto Base, CF, 2000, p. 8).

humanidade. O que vivenciamos nestes tempos é mais uma crise econômica na história da sociedade.

De forma equivalente, em outros momentos históricos em que as relações políticas e econômicas se norteavam pelos princípios do interesse individual e da acumulação dos bens nas mãos de uns poucos, setores da sociedade se levantaram no sentido de resistir a crescente exploração e a limitação do ser humano como recurso em prol do capital. Para Sachs:

A economia capitalista é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens (riquezas), porém ela também se sobressai por sua capacidade de produzir males sociais e ambientais. (SACHS, 2008, p. 84).

A produção de mercadorias, sua lógica de venda e consumo que deu origem a sociedade capitalista, faz predominar o aspecto financeiro que rege as formas de organização social.

A economia assim chamada de mercado passou a ditar as políticas econômicas a serem adotadas pelo Estado. A consequência [...] ao longo do tempo é a acumulação da riqueza por alguns em detrimento da pobreza de muitos produzindo uma desigualdade social gerando em alguns momentos de descontentamento e revolta por parte da parcela pobre da população. (Texto Base, CF 2010, p. 42).

Foi no contexto da chamada Revolução Industrial, em meados do séc. 18, que se iniciou a formatação da sociedade capitalista industrial. Com o surgimento das máquinas e da manufatura surgiu também a figura do empregado, do empregador e, conseqüentemente, do desempregado, haja vista que a indústria nascente não tinha capacidade de abarcar a todos os trabalhadores e trabalhadoras em potencial. Importante se faz mencionar a definição de Singer para quem:

O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade

individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não possuir capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade. (SINGER, 2002 p. 10)

Competição e desigualdade são marcas características do capitalismo, que se mantém reinventando e reinventando novas formas de exclusão. Desde os primeiros momentos da Revolução Industrial, a tendência do capitalismo tem sempre sido relegar o homem ao homem e, à mulher, o papel de recurso.

Antes do processo da industrialização, o trabalhador possuía os meios e o conhecimento do processo de seu trabalho, na indústria se tornou um instrumento de trabalho, tendo seu conhecimento fragmentado a uma parte do processo vendendo sua força de trabalho, sendo subordinado a outros homens e às máquinas, obedecendo aos comandos e movimentos destas.

No mundo industrializado, de acordo com Singer (1986, p.27), a função do homem não é mais produzir, mas alimentar, vigiar, manter e reparar a máquina que tomou o seu lugar. O tempo de aprendizado do trabalho deixa de ser valorizado, os salários são rebaixados, o trabalho feminino e infantil passa a ser aceito por ser mais barato.

O avanço do capitalismo industrial provoca o surgimento de uma classe trabalhadora subalterna e descontente, gerando concomitantemente a formação de movimentos de contestação e resistência ao gradativo aumento das disparidades sociais. Assim, Maurício Tragtemberg ressalta que:

À medida que se desenvolve, a luta operária pode criar estruturas igualitárias de ação coletiva que entram em antagonismo direto com as relações sociais existentes na sociedade. (TRAGTEMBERG, 1986, p.2).

A consciência de classe vai se formando aliada aos movimentos de resistência, em busca de dignidade e dos direitos de igualdade alçando possibilidades de transformação social. Ainda, Tragtemberg diz que,

por sua ação direta, os trabalhadores têm condição de desencadear um processo de greve, ocupar o local de trabalho e reorganizar o processo de produção no mesmo nível das relações que estabelecem entre si no processo de luta. É nesse sentido que eles unificam a luta econômica e a luta política [...] Pode-se dizer que a luta operária é revolucionária pelas formas de auto-organização que cria, igualitárias, coletivas, onde as relações de hierarquia verticais, a submissão ou a dependência estão excluídas. (TRAGTEMBERG, 1986, p. 5).

Esse panorama de contestação, mas também de busca por alternativas, propicia o surgimento do cooperativismo, expressão mais difundida da Economia Solidária, que desde seus primórdios intentou se estabelecer transversalmente por um conjunto de práticas, conceitos e valores norteadores da reação dos trabalhadores frente ao modo capitalista de organização. Conforme Singer:

A Economia Solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. (SINGER, 2002, p. 24).

Muitas são as expressões e formas de concretização da Economia Solidária que se sustenta, entre outros, na busca por uma sociedade menos desigual, na geração de oportunidades de trabalho, renda e dignidade para grande parcela da população. No Brasil a Economia Solidária é definida como:

O conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão. Nessa perspectiva a Economia Solidária está embasada em quatro princípios: cooperação, autogestão, dimensão econômica

e solidariedade. (MTE 2011 in CANSADO; OLIVEIRA; PACÍFICO, 2012, p. 225).

O termo “conjunto” no texto acima expressa a existência de uma diversidade de experiências e formas de fazer acontecer a Economia Solidária protótipo de uma sociedade possível. Uma sociedade de iguais é possível partindo do preceito que a organização econômica desta seja feita por pessoas em condições de igualdade e solidariedade, contrapondo a forma capitalista baseada na relação entre patrões e empregados em situação de desigualdade, conforme declara Singer:

A Solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave para esta proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. (SINGER, 2002, p. 9).

Sob um ponto de vista complementar, Schiochet visualiza a Economia Solidária como:

Possibilidade de luta por direitos, em especial ao direito ao trabalho associado e à promoção de formas solidárias de organização. A autogestão é o princípio para essa organização social, econômica e política reivindique ações públicas específicas. A garantia da coesão e da proteção social pode ser realizada sob o prisma da solidariedade ao invés exclusivamente da sociedade salarial. (SCHIOCHET, 2009, p. 271).

Pela diversidade de formas e experiências concretas existentes, o resgate histórico do surgimento da Economia Solidária encontra ressonância na história do aparecimento de uma de suas expressões mais difundidas, o cooperativismo, sobretudo o cooperativismo operário.

A Economia Solidária, desde o seu surgimento assim como hoje, é a representação de uma utopia - conforme define Paul Singer³⁵:

A Economia Solidária é uma utopia, é um sonho que nós temos sonhado há duzentos anos [...], é uma ideia de uma sociedade de iguais. A proposta da Economia Solidária é aplicar isso à economia. (SINGER, 2011).

3.1.1 IMPULSORES E PRECURSORES

O surgimento do capitalismo, com sua configuração social alicerçada na existência das desigualdades, gerou também o surgimento de pensadores e grupos contrários ao processo de subestimação do ser humano lançaram ideias questionadoras e apontaram outras alternativas de organização da produção e do trabalho que privilegiam homem e mulher em detrimento do papel de destaque inferido ao capital.

O presente capítulo tem como intenção resgatar e ilustrar que historicamente os ideais por uma sociedade de iguais foi idealizada por inúmeros sonhadores. Os impulsores do cooperativismo operário, também chamados de precursores, alimentavam o sonho de uma sociedade harmônica onde as relações de trabalho fossem inspiradas em pressupostos e valores contrários aos da forma capitalista de produção. De acordo com Cunha:

Enquanto doutrina filosófica e política sistematizada, a cooperativa nasce em momento histórico para muitos autores análogo ao atual: a segunda metade do século XVIII, época da Revolução Industrial na Europa, quando o avanço tecnológico dos meios de produção acarretou uma reestruturação das relações de produção que teve graves efeitos sociais, com aumento em massa do desemprego e da pobreza. (CUNHA, 2010, p. 27-29).

³⁵ SINGER In Auro Maia. Disponível em: http://www.passosnews.com/index.php?option=com_content&task=view&id=5670&Itemid=73. Acesso em: 11 fev. 2011.

Os precursores são apontados pela literatura sociológica como Socialistas Utópicos, por terem idealizado uma mudança do quadro social, formada a partir do modo capitalista, sem a necessidade de efetivar o que ficou definido como luta de classes. O conceito remete-se a teoria formulada por Karl Marx e Friedrich Engels. Segundo os autores:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado, resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes aberta - uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa.³⁶

Para Marx e Engels, a mudança social deriva da luta entre classes. Para os autores, a constituição das primeiras experiências socialistas e comunistas é limitada nesse sentido:

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo das classes, assim como a ação dos elementos de decomposição na forma da sociedade predominante. Mas o proletariado em sua infância oferece-lhes o espetáculo de uma classe sem iniciativa histórica ou movimento político que independente. (Ibid., p. 43).

Embora reconhecendo valores importantes de resistência no interior das primeiras experiências desencadeadas pelos precursores do cooperativismo, Marx e Engels tecem críticas que serão de muita importância no processo de amadurecimento dessa filosofia. Para os autores,

Essas obras socialistas e comunistas contém também, um elemento crítico. Atacam todos os princípios da sociedade existente. São repletas dos materiais mais valiosos para o esclarecimento da classe trabalhadora. As medidas práticas propostas, tais como a abolição e distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, do lucro

³⁶ MARX;ENGELS, 1848. Trad. Maria Lucia Como, Ed. 2011, p. 7.

privado e do sistema de salários, a proclamação da harmonia social e a transformação do Estado numa simples administração da produção, todas essas propostas apontam somente para o fim do antagonismo de classes que estavam naquela época, surgindo e que, nestas obras são reconhecidos somente em suas formas distintas e indefinidas. Essas propostas, portanto, são de um caráter puramente utópico. (MARX e ENGELS, 2011, p. 44).

As ponderações referidas têm ao movimento consequências positivas para a maturidade do mesmo. De acordo com Cunha:

O cooperativismo foi muito influenciado pela crítica socialista marxista – afinal, o que condena é fundamentalmente a “ditadura do capital na empresa”. Marx via as cooperativas como uma primeira ruptura com a velha forma capitalista, embora ainda inseridas dentro desta velha forma (conforme discute na única passagem d’O Capital em que menciona as cooperativas). (CUNHA, 2010, p. 27-29).

Muitos foram os precursores que deram escopo à formatação das bases e da Economia Solidária como contraponto ao capitalismo. Alguns desses idealizadores merecem destaque. A economista Diva Benevides Pinho tem importante contribuição no estudo do pensamento dos pais do cooperativismo solidário, entre eles podendo citar:

Robert Owen (1771-1888): É tido como pioneiro do socialismo inglês. Revoltou-se contra a precariedade das condições e relações de trabalho existentes na Europa. Segundo Pinho: “*Owen pensava que o sujeito era produto do meio social em que vivia e para modificá-lo, seria necessário transformar esse meio social, de forma pacífica, moderada e gradativa.*” (PINHO 1977 apud GOERCK, 2005).

Owen defendia um modo de organização social e econômica sustentada por relações recíprocas de convivência em detrimento da competição e acumulação do lucro pelas organizações capitalistas. De acordo com Pinho:

Owen criou uma colônia tida como modelo, e promoveu diversas mudanças ousadas e inovadoras para a época, objetivando uma sociedade mais justa e solidária. Após doze anos transcorridos dessa experiência, Owen conclui que a criação de colônias e outros meios, não eram o ideal para o modelo cooperativista, mas sim, esse deveria surgir da solidariedade e da espontaneidade entre os sujeitos. (PINHO 1977 apud GOERCK, 2005).

Paul Singer (2002) destaca como de fundamental importância, entre os princípios e valores herdados do pensamento de Owen o papel da educação. Segundo Owen “Os homens são o que a educação (ou a falta dela) faz deles; os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada”. Diante dessa premissa corrobora Singer:

Para que o cooperativismo seja entendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperadores, mas o público em geral sejam educados em seus princípios, ou mais amplamente, em sua visão de mundo. (SINGER, 2002, p. 42).

Outra figura importante e que se alia aos ideais de Owen é a do pensador Fourier:

François M. C. Fourier (1772-1837): Divergia de Owen em alguns aspectos. Fourier propunha uma sociedade composta por associação de produção rural, sem abolição da propriedade privada. Fourier publicou em 1829, sua teoria de prática associativista no *Le Monde Industriel et Sociétaire*. “*Através da prática associativista, que poderia ser composta por todos os sujeitos, Fourier objetivava solucionar os malefícios sociais, através de unidades auto-suficientes de produção. Essas “unidades de produção foram nomeadas de Falansterio” (Hotel Cooperativo).*” (PINHO 1977 apud GOERCK, 2005).

Os dois precursores embora com pontos de divergência no modo de conceber uma sociedade diferente tiveram suas propostas caminhando paralelas, mas com o mesmo objetivo e mesmo as diferenças de ponto de vista são positivas ao

movimento, haja vista que este se supera em sua diversidade e nas adversidades que enfrenta. De acordo com Cunha:

O objetivo original de Owen e Fourier – a construção de comunidades cooperativas integrais – deu lugar a diferentes tipos de cooperativas. O historiador Johnston Birchall entende que a ideia inicial do cooperativismo se perdeu, embora não inteiramente, mas defende que só assim o cooperativismo foi capaz de se adaptar às demandas da sociedade e permanecer relevante. (CUNHA, 2010, p. 27-29).

Outros pensadores fizeram coro a Owen e Fourier. Conforme os estudos de Pinho:

Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882): Buchez e Blanc idealizaram as cooperativas operárias de produção industrial. Buchez pensou numa cooperativa que agrupasse operários de um mesmo tipo de profissão, que seriam regidos por um contrato. De acordo com Pinho, Blanc, também precursor de cooperativas de produção, “condenava a livre-concorrência e era a favor da intervenção estatal nas cooperativas” (PINHO 1977 apud GOERCK, 2005)

O professor Paul Hugon apresenta também importantes personalidades que se sobressaíram como precursores do cooperativismo. Entre os destaques de Hugon:

Saint-Simon (1760-1825): É identificado como o precursor do Sansimonismo ou Socialismo Industrialista. Pensava ser a produção de coisas úteis à vida (noção construtiva) a finalidade da existência do mundo. Saint-Simon pregava à reforma do setor da produção através da própria produção, ou seja, a produção deveria alcançar o máximo de expansão, assegurando assim, com prosperidade, a melhor organização social. (HUGON 1980 apud GOERCK, 2005).

Fechando esse quadro, Hugon também destaca o trabalho de

Pierre Joseph Proudhon (1809-1865): criticava a organização das relações econômicas sociais estabelecidas pelo capitalismo. Segundo seu pensamento, a reforma da sociedade deveria ter como princípios norteadores a ação da justiça, tendo-se essa última como sinônimo de igualdade e liberdade. “A principal contribuição de Proudhon consistiu na sua descrença com relação às mudanças realizadas através da produção ou da repartição dos produtos, acreditava ele que, a transformação deveria ser realizada tendo-se como elemento primordial as trocas”.³⁷

A essência da Economia Solidária tem na concepção de suas bases e princípios um valor significativo que deve ser exaltado: foram construídas por muitas mãos, muitas cabeças em diferentes situações e locais, mas sempre com o mesmo intuito: o de propor uma sociedade melhor e igual. De acordo com Cunha:

A Economia Solidária deve muito às contribuições teóricas destes autores, mas, sobretudo, às experiências associativas desenvolvidas na prática pelos trabalhadores. (CUNHA, 2010, p. 27-29).

3.1.2 EXPERIÊNCIA DESBRAVADORA: OS PIONEIROS DE ROCHDALE

Revisitando a história, os primeiros passos efetivos do cooperativismo operário de caráter solidário, sinais concretos de oposição aos ditames do capitalismo, impulsionados pelas ideias de seus precursores, e de forma mais contundente as de Robert Owel, são atribuídos aos fatos ocorridos precisamente na região Greater Manchester³⁸, que é uma região metropolitana no noroeste da Inglaterra e abrange uma das maiores áreas metropolitanas no Reino Unido, sendo composta por dez cidades (Bolton, Bury, Oldham, Rochdale, Stockport, Tameside, Trafford, Wigan, e as cidades de Manchester e Salford).

³⁷ HUGON 1980 apud GOERCK, 2005.

³⁸ Disponível em: pt.wikipedia.org/wiki/Rochdale. Acesso em: 11 out. 2011

É na cidade de Rochdale, caracterizada como cidade produtora de tecidos, que surge no mundo a primeira bem sucedida experiência de cooperativa no ano de 1844. Conforme relato,

a cidade de Rochdale, na Inglaterra, viu brotar a primeira experiência de cooperação de consumo que se estabeleceu de maneira formal na época moderna. Essa cidade dedicava-se à indústria têxtil. Uma das características das relações trabalhistas advindas da Revolução Industrial é que em muitos casos, os trabalhadores não recebiam o fruto de seu trabalho, ou melhor, não recebiam seu salário em dinheiro e sim, em mercadorias. Essas mercadorias, para agravar ainda mais a situação dos operários, eram destituídas de padronização, ou seja, quando não eram de muito baixa qualidade, tinham peso e quantidade errados. Era comum, ainda, os trabalhadores verem-se constrangidos a pagar preços abusivos por essa mercadoria, o que fazia com que seus já baixos salários tivesse reduzido ainda mais seu baixo poder de compra. (SANTOS, ROCHA e RODRIGUES, 2004, p.5) ³⁹.

Vivenciando esta conjuntura, um grupo de trabalhadores realizou uma greve em 1843 cuja principal intenção era reivindicar melhorias nos salários e condições de trabalho. Para Singer, os resultados dessa greve não foram positivos para os trabalhadores. (SINGER, 2002, p. 39).

O fracasso na greve teve como consequência a demissão de operários tecelões que a partir de então iniciaram um processo de reuniões com debates pela busca de uma alternativa à situação de desemprego, uma alternativa que fosse economicamente viável para atuarem no mercado confrontando à exploração capitalista. Para Singer, a derrota da greve de tecelões pode ter sido o impulso para a criação da famosa Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. (Ibid., p. 39).

³⁹ Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/364.pdf>. Acesso em: 11 out. 2011.

O início foi lento e difícil, o que era natural, considerando-se a crise que oprimia a população operária da região. Foi necessário um ano para economizar a soma de 28 libras esterlinas. Aos 28 de outubro de 1844, a cooperativa foi inscrita no registro de firmas sob a denominação de *Rochdale Society of Equitable Pionners*. O número de Probos Pioneiros de Rochdale, como eles mesmos se denominavam, era formado por 27 homens e uma mulher. Com o pequeno capital que se mencionou, começaram a agir em prol da criação de um mundo novo. Por 10 libras esterlinas anuais alugaram um acanhado cômodo ao rés-do-chão de uma casa modesta, situada no “Beco do Sapo”. Compraram, em seguida, em pequenas quantidades: farinha, açúcar e manteiga. (JUVENCIO; ANDRADE; PANZUTTI, 2000, p. 19).

O grupo dos Pioneiros de Rochdale, vivendo de forma semelhante às condições de opressão e unificados por afinidades de objetivos, estabeleceram uma sociedade cooperativa com foco no bem viver do homem, e não no lucro, como seu principal objetivo. De acordo com Singer:

Esta cooperativa estava predestinada não só a perdurar e crescer, mas a se tornar a matriz de todas as cooperativas modernas. A saga dos Pioneiros de Rochdale epitomiza uma nova etapa da história do movimento operário, de confronto e adaptação ao capitalismo. (SINGER, 1999, p. 43).⁴⁰

Ainda conforme Singer:

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale tinha por objetivos: fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a sócios desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros, além de um hotel de temperança. Fica claro que os Probos Pioneiros de Rochdale

⁴⁰ Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/singer.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.

continuavam fiéis ao ideal socialista de vida em comum à base da produção coletiva, compartilhada eqüitativamente e que o estabelecimento de cooperativas de consumo e de produção era visto como passos sucessivos no caminho ao objetivo final. (SINGER, 1999, p. 44).⁴¹

São atribuídas ao grupo dos Pioneiros de Rochdale uma série de fatores que possibilitou o sucesso dessa iniciativa; diferente do ocorrido, houve muitos grupos que os precederam. É possível que o estabelecimento de princípios norteadores tenha sido o mais valioso dos fatores.

Assim sendo, os princípios não serviram apenas para consolidar a sociedade como serviu, e serve também, para que sociedades posteriores pudessem se inspirar e se pautar. É como alguém que entra pela primeira vez numa mata fechada e decide partilhar as descobertas que faz facilitando o caminho de quem vem depois com sinalizações, advertências e orientações. De acordo com Paul Singer: *Os princípios adotados foram imortalizados como princípios universais do cooperativismo.* (SINGER, 2002, p. 39).

Ainda que nos dias de hoje os princípios universais do cooperativismo mesmo que pareçam possíveis de serem aceitos e vislumbrados, sua adesão nem sempre ocorre de maneira deliberada, nos primórdios do cooperativismo então tais ideias tiveram fundamental importância para os primeiros passos do movimento nascente. De acordo com Singer foram estes os princípios definidos pelos Probos Pioneiros de Rochdale:

1º que as decisões a serem tomadas por cada membro teria direito a um voto, independentemente do quanto investiu na cooperativa; 2º o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3º sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4º as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5º

⁴¹ Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/singer.pdf>. Acesso em: 13 set. 2011.

as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6º os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, sem adulterações); 7º a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8º a cooperativa manter-se-ia sempre neutra nas questões religiosas e políticas. (SINGER, 2002, p. 39-40).

Ao longo do tempo o conjunto dos princípios passou por adaptações e reformulações sem, entretanto, mudar em sua essência principal: a igualdade entre os membros da sociedade e a corresponsabilidade no sucesso e insucesso das mesmas. Essas mudanças e reformulações foram realizadas pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

A Aliança Cooperativista Internacional (ACI), fundada em 1895, com o fim de continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale preocupou-se em estabelecer através de princípios o conjunto de regras e identificar os valores que inspiram os conceitos éticos e morais comuns a todos os integrantes do grupo da associação que o criaram. Em 1937 foi aprovado o conjunto homogêneo de princípios que devem ser adotados internacionalmente pelas cooperativas. Estes princípios foram reformulados em Manchester no ano de 1965. (JUVENCIO, ANDRADE e PANZUTTI, 2000, p.21).

A intenção de preservar e atualizar o sentido dos princípios estabelecidos em Rochdale pelos Pioneiros foi tema de um congresso realizado pela ACI em 1995, por ocasião do seu centenário. No referido congresso, ocorreram revisões nos princípios que assim estão configurados atualmente:

1. Associação voluntária e aberta; 2. Controle democrático dos membros; 3. Participação econômica dos membros; 4. Autonomia e independência; 5. Educação, treinamento e informação; 6. Cooperação entre cooperativas; 7. Preocupação com a comunidade. Se pensarmos [...] que os estatutos de sua sociedade (dos Pioneiros de Rochdale) foram, desde o começo, tão bem estabelecidos por esses poucos tecelões de flanela, que a experiência de mais de meio século nada encontrou que

valesse a pena juntar aos mesmos e que milhares de sociedades criadas depois limitaram-se a copiá-los quase que textualmente, não hesitaremos em considerar este fenômeno o mais importante talvez das histórias econômica. O sistema cooperativo não saiu de cérebro de sábios ou reformadores, mas das próprias entranhas do povo. (JUVENCIO, ANDRADE e PANZUTTI, 2000, p. 21-22).

De qualquer forma, mesmo com as alterações ocorridas ao longo do tempo não se pode deixar de reconhecer o valor dessa herança deixada pelos Pioneiros de Rochdale aos seus sucessores. De acordo com Singer:

A cooperativa de Rochdale mostrou excepcional capacidade de adaptação às oportunidades e riscos da economia de mercado, sem abrir mão de princípios socialistas na organização de atividades econômicas. Tornou-se, por isso, modelo das cooperativas que foram se criando não apenas na Grã-Bretanha, mas em todos os países em que a revolução social capitalista estava ocorrendo. (SINGER, 1999, p. 47).⁴²

3.1.3 MANIFESTAÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A Economia Solidária no Brasil é de riqueza impar no que se refere as suas manifestações e diversidade de experiências. Muitos são os exemplos de iniciativas populares de enfrentamento as situações de pobreza e falta de emprego.

Conforme afirmação de Paul Singer “A reinvenção da Economia Solidária é tão recente que se torna arriscado projetar sua tendência e crescimento acelerado para o futuro”. (SINGER 2002 p.113).

A trajetória histórica da Economia Solidária no Brasil, organizada nos moldes do cooperativismo inicia-se há muito tempo. De acordo com Benato:

⁴² Disponível em: <http://paje.fe.usp.br/~mbarbosa/cursopos/singer.pdf>. Acesso em: 14 out. 2011.

Rememorando um pouco, vamos encontrar, em 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuítas no Brasil, o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais. Por mais de 150 anos, esse modelo deu exemplo de sociedade solidária, fundamentada no trabalho coletivo, onde o bem estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. A ação dos padres jesuítas se baseou na persuasão, movida pelo amor cristão e no princípio do auxílio mútuo (mutirão), prática encontrada entre os indígenas brasileiros e em quase todos os povos primitivos, desde os primeiros tempos da humanidade. (BENATO, 1997, p.67).

As reduções jesuítas consistiam na organização de aldeamentos administrados pelos padres jesuítas muito provavelmente inspirados nos conceitos das primeiras comunidades cristãs, as quais, segundo relatos bíblicos⁴³, se organizavam de forma cooperativa onde os bens produzidos eram partilhados pelos membros da comunidade de forma que não haviam pessoas em situação de necessidades materiais nem a concentração da produção alcançada por essas comunidades. Ainda conforme o relato de Benato:

A origem do movimento cooperativista no Brasil, todavia, vem do ano de 1847 quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das ideias reformadoras do filósofo e economista francês Charles Fourier, fundou, juntamente com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência contribuiu na memória coletiva como elemento formador e florescente do cooperativismo no Brasil. (Ibidem).

Os embriões do cooperativismo no Brasil possuem forte influência dos europeus imigrantes que, possivelmente, encontravam na organização coletiva uma maneira de sobrevivência e enfrentamento das dificuldades impostas pelos primeiros anos de adaptação ao país. Conforme Singer:

⁴³ Cf. Bíblia sagrada, Livro dos Atos dos Apóstolos, capítulo. 4, versículo 33-36.

O cooperativismo no Brasil no começo do séc. XX foi trazido pelos emigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e cooperativas agrícolas no campo. (SINGER, 2002, p. 122).

As iniciativas coletivas e solidárias sempre emergem em períodos ou situações de crises econômicas como respostas a ameaças de desemprego e colapso social. No início do séc. 20 o Brasil recebe a chegada de muitos imigrantes, europeus e asiáticos que buscam condições de vida melhores do que as de seus países de origens.

Esses grupos concentram-se, sobretudo, nas regiões sul e sudeste do país e se agrupam de maneira solidária no enfrentamento das dificuldades dos primeiros anos em território estrangeiro, razão pela qual se explica as raízes do cooperativismo brasileiro nessas regiões. Os asiáticos, por exemplo, deram um grande impulso ao cooperativismo no Brasil com a criação da famosa CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) em meados de dezembro de 1927⁴⁴.

Entre o início do séc. 20 e meados dos anos 1970 o país viu florescer um grande número de cooperativas no Brasil.

A literatura acusa um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, motivada por dois pontos principais: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação. (PINHO 1996 Apud PIRES e SILVA, 2004, p. 15)

Em dezembro de 1971 foi aprovada a Lei 5764 conhecida como a Lei das cooperativas, em vigor até os dias atuais.

⁴⁴ Disponível em: http://nikkeypedia.org.br/index.php/CAC-Cooperativa_Agr%C3%ADcola_de_Cotia. Acesso em: 14 out. 2011.

Tanto a lei específica sobre o cooperativismo de 1971 quanto a criação da OCB em 1969, ainda que tenham permitido maior definição das especificidades das cooperativas no Brasil, representaram forte ingerência do Estado no funcionamento destas organizações. Há de se salientar, neste sentido, que o panorama político institucional do momento era de ditadura militar. (PIRES e SILVA, 2004, p. 16).

A referida Lei, tendo surgido no contexto do governo militar brasileiro, sofreu forte interferência no princípio da autonomia das cooperativas ao criar um dispositivo que obrigava as existentes ou as que viessem a surgir um registro e controle estatal por um órgão chamado INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Implicitamente está contida nessa Legislação de 1971 uma intenção de favorecer os latifundiários e grandes produtores ligados ao agronegócio, uma vez que a forma de organização cooperativada os isentava de uma gama de tributos e, entre outros, a isenção sobre os direitos dos trabalhadores a elas vinculados.

Esse modelo [...] foi acusado pela literatura de favorecer médios e grandes agricultores voltados à cultura de exportação, em detrimento de uma agricultura de subsistência desenvolvida pela agricultura de base familiar (SCHNEIDER, 1981 Apud PIRES e SILVA, 2004, p. 18).

O cooperativismo de então, aliado ao interesse dos produtores rurais, pode ter trazido aos trabalhadores e trabalhadoras a formação de um preconceito tácito sobre o sistema e forma coletiva de se organizar, uma vez que as desigualdades de oportunidades, de renda e sociais permaneciam inalteradas, sobretudo no cenário rural do país. Somente com a Constituição Federal de 1988 o cooperativismo reconquistou o respeito ao princípio da autonomia e saiu da tutela do Estado.

No sentido de superar os preconceitos herdados desse período e estabelecer uma sociedade mais equitativa um importante papel deve ser atribuído

aos programas de formação de jovens sob uma perspectiva de que outra sociedade pode, a partir de seu protagonismo ser edificada.

Pouco depois de a Constituição Federal ser promulgada, já nos inícios da década de 1990, o país entra em uma grande crise econômica e de emprego imposta pela reestruturação produtiva como mecanismo das políticas neoliberais. Esse contexto é muito propício para a reinvenção da Economia Solidária no Brasil como contestação das políticas neoliberais e, de certa forma também, a uma crítica ao cooperativismo tradicional praticado no país. Para Singer, a Economia Solidária:

Ressurge como resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, [...] que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego. (SINGER, 2003, p. 116).

A abertura comercial brasileira, no início da década de 1990, conforme mencionado, provocou uma explosão nos índices de desemprego e, diante disso, as camadas mais a margem da sociedade, de forma criativa e coletiva de organização social baseada nos princípios da Economia Solidária, fomentaram o surgimento de inúmeras cooperativas e grupos autogestionários.

De norte a sul do Brasil é possível encontrar grupos de mulheres rendeiras, artesãs, produtoras de gêneros alimentícios, costureiras e outras que se reúnem para eliminar a figura dos atravessadores e aperfeiçoar, agregar valor a seu trabalho sustentando suas famílias e possibilitando melhores condições de estudo de seus filhos. De acordo com Singer:

Como diz o nome – Economia Solidária – o que essa propõe é “a prática da solidariedade no campo econômico”. Como ela visa uma sociedade de iguais, a Economia Solidária opõe-se a ideia de que o jogo econômico é inevitavelmente de soma zero. Em vez disso, ela

sustenta que a cooperação entre os participantes torna possível que todos ganhem. (SINGER in KRUPPA, 2005, p.15).

È possível encontrar trabalhadores que, na iminência do desemprego, se organizam assumindo fábricas em regime de falência, dando fôlego, negociando dívidas e mantendo seus postos de trabalho de forma autogerida e coletivamente assumindo riscos e modificando suas relações com o trabalho, superando assim a condição de subordinados e assalariados.

É possível encontrar trabalhadores no meio rural que, através de seus arranjos coletivos, buscam formação, informação e estabelecem meios de melhorar a produção e distribuição de gêneros como mel, frutas, doces, vinhos licores e uma infinidade de possibilidades atendendo a vocação de seus territórios, não deixando, entretanto, de zelar pelo meio ambiente em que vivem.

Começa também a se desenhar ações coletivas de jovens que querem dar respostas as suas condições de desemprego e vulnerabilidade econômica e social.

Trabalhadores e trabalhadoras ousados criam bancos, promovem feiras, espaços de troca de conhecimentos e produtos, instituem moedas sociais e formatam uma relação econômica com seus pares onde o lucro acumulado não é o deus norteador de suas comunidades.

Encontramos nas periferias e centros urbanos cada vez mais a organização de catadores e catadoras de materiais recicláveis suscitando com a natureza uma relação de respeito e reciprocidade. Esses trabalhadores e trabalhadoras não reciclam apenas os materiais que coletam como suas próprias vidas, auferindo a si mesmo autoestima e recuperação de sua dignidade humana. Estão, enfim, saindo dos porões da sociedade.

Todo esse movimento é perene e indica uma nova aurora para a humanidade. Cada experiência é intitulada comumente de Empreendimento Econômico Solidário. Para Singer:

O que distingue este “novo cooperativismo” é à volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. (SINGER, 2002, p. 111).

A Economia Solidária se configura a partir de então como uma estratégia de desenvolvimento econômico e social sustentável. Em seus atores, existe a preocupação com o desenvolvimento do presente sem comprometer as gerações futuras.

É uma importante referência para contemporâneos precursores e idealizadores que buscam modificar e humanizar as relações sociais de produção. O passar dos anos tem dado à Economia Solidária papel de destaque no cenário nacional superando até mesmo as visões que a restringiam apenas como paliativo e marginal modelo de superação do desemprego pelos pobres, negros, mulheres e jovens.

Faz-se importante nesse cenário reconhecer o papel importante que desempenha as organizações sociais, sindicatos e igrejas que assumem a bandeira da Economia Solidária fomentando, apoiando e investindo no surgimento de novos grupos e experiências.

No campo das experiências comunitárias tem fundamental papel a atuação da Cáritas Brasileira, um organismo da CNBB ⁴⁵ (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil) de cunho ecumênico e suprapartidário. De acordo com Singer:

Ainda nos anos 1980 a Cáritas financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários) que destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das metrópoles e diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou transformando-se em unidades de Economia Solidária [...] há PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem terra. (SINGER, 2002, p. 122).

Por meio de sua atuação ao longo do tempo, a Cáritas e seus agentes formulou conceitos e instrumentos metodológicos de vasta circulação no campo da Economia Solidária.

⁴⁵ Importante ressalva deve ser feita com relação a atuação da Igreja Católica como organismo inserido na sociedade brasileira. A Igreja desempenhou um importante papel durante o processo de redemocratização do país no contexto do regime militar que perdurou de 1964 a 1985. Diversos grupos e pastorais de cunho social foram organizados a partir do apoio de padres e bispos católicos como a Pastoral Operária, a Pastoral da Terra, e a Ação Católica que contava então com cinco organizações destinadas aos mais jovens: JAC - Juventude Agrária Católica, formada por jovens do campo, JEC - Juventude Estudantil Católica, formada por jovens estudantes do ensino médio (na ocasião segundo grau), JOC - Juventude Operária Católica, que atuava no meio operário, JUC - Juventude Universitária Católica, constituída por estudantes de nível superior e JIC - Juventude Independente Católica, que era composta por jovens não abrangidos pelas organizações anteriores. Com o passar dos anos e, sobretudo nos últimos 20 anos, esse protagonismo a partir da Igreja vem diminuindo e em muitos aspectos até mesmo desapareceu. A título de comparação, em 1992 a Igreja propôs uma Campanha da Fraternidade com o tema juventude. Em 2013 o tema juventude voltou a ser temática da Campanha da Fraternidade. O estudo do documento base das duas campanhas demonstra uma diferença na forma como a Igreja vê os jovens e o que propõe a estes. Em 1992 a Igreja via os jovens como seres sociais dotados de potencialidades e os exortava a serem protagonistas de mudança na sociedade, agindo como atores nesse processo, incentivando a fazerem parte de grupos de reflexão e ação política. Já o documento de 2013 enxerga os jovens como seres desvinculados dos problemas sociais e os exorta a atuarem no campo eclesial como agentes de evangelização junto a outros jovens sem, no entanto, provocá-los a refletir sua própria condição social. Diante do que aqui foi exposto, acerca dos índices de exclusão social e vitimização da violência vivenciada por muitos jovens, a Igreja parece anestesiá-los utilizando-se de recursos como padres cantores, shows, e um discurso carregadamente emotivo e vazio que não provoca mudanças. Evidente que ainda há no Brasil algumas poucas comunidades eclesiais de base, principalmente no interior do Brasil, que não perdeu totalmente sua vocação de agentes de mudança, porém de forma mais maciça a Igreja abdicou e vem abdicando de sua vocação social. Adiante, com a abordagem sobre Mondragón poderemos perceber que uma revolução poderia acontecer a partir do envolvimento e atuação da Igreja, a própria juventude já deu sinais na história brasileira dessa possibilidade.

Os PACs foram essencialmente instrumentos de práticas educativas, onde a troca de saberes, a metodologia 'ver-julgar-agir', promovem transformações sociais de diferentes grupos e comunidades onde a Cáritas está inserida.

Pode-se considerar os PACs como embriões importantes para os trabalhadores e trabalhadoras que almejavam, já em meados dos anos 1980, a busca por alternativas ao gradual processo de perdas dos postos de trabalho que já se iniciara naquele contexto.

Outra expressiva manifestação em favor de uma outra maneira de se organizar a sociedade se dá através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES.

*O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da Economia Solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico para o país. Está organizado em todo o país em mais de 130 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária. Foi criada com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país.*⁴⁶

Na diversidade de ações promovidas pelos Fóruns de Economia Solidária e através da participação dos membros atuantes em todos os processos decisórios é que as iniciativas de caráter solidárias se tornam distintas possibilidades de inserção social pelo trabalho e representam uma concreta transformação social. Nesse sentido:

A Unisol (União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil), constituída e dirigida por representantes dos próprios empreendimentos solidários e cooperativas, tem como objetivo central representar e desenvolver

⁴⁶ Disponível em: <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em: 15 abr. 2011.

ações em prol de suas filiadas, de forma democrática e participativa. (ODA, 2005, p. 4)⁴⁷

No conjunto de Instituições chamadas de fomento destaca-se também a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão):

A ANTEAG nasceu a partir de uma experiência em Franca - SP (1991) quando uma empresa produtora de calçados foi à falência. Com uma ação ousada e criativa, os trabalhadores, em conjunto com o Sindicato da categoria articularam a experiência autogestionária reabrindo a empresa, reiniciando a produção e recuperando 450 postos de trabalho. Desde então, a ANTEAG vem desenvolvendo e assessorando projetos de autogestão a partir da viabilidade do negócio e da perspectiva dos próprios trabalhadores. Um dos objetivos sociais das atividades de implantação e desenvolvimento dos projetos autogestionários é recuperar e manter o trabalho e renda; buscando o compromisso das pessoas com atividades produtivas envolvendo a vontade e a inteligência coletiva.⁴⁸

A ANTEAG emerge como Instituição de extrema importância para responder as demandas geradas pela necessidade de garantia dos inúmeros postos de trabalho ameaçados pelo processo de falência das empresas.

Mesmo com a existência de obstáculos⁴⁹ para o cumprimento de sua missão, a ANTEAG busca assessorar, fomentar e re-educar os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nos empreendimentos, nos princípios e práticas autogestionárias.

⁴⁷ ODA, 2005, p. 4, in Boletim “Mercado de trabalho conjuntura e análise” IPEA. Nº 28. Setembro de 2005.

⁴⁸ Disponível em: <http://cirandas.net/anteag>. Acesso em: 15 abr.2011.

⁴⁹ Um estudo feito pela Assistente Social Mariana Carvalho (disponível em <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2012/05/mariana.pdf>. Acesso em mar. 2013) indicam que “A instituição não conta com recursos públicos, visto que o Governo Federal tem disponibilizado investimentos para o fomento do cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das fábricas pelos próprios trabalhadores, que é o foco do trabalho da ANTEAG”. (CARVALHO, 2012, p. 110).

Muitas experiências e iniciativas terão na ANTEAG um importante apoio no sentido de reflexão sobre os desafios e as possibilidades de construção de empreendimentos de inspiração solidária, estabelecendo novas formas de relação social.

Outro importante ator no processo de consolidação da Economia Solidária são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS), ligadas às Universidades. Conforme Singer:

Os ITCPS são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação, funcionários e funcionárias [...] constituem uma rede que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de Economia Solidária. (SINGER, 2002, p. 123).

Merece menção ainda o trabalho desenvolvido a partir da CUT (Central Única dos Trabalhadores), considerada por Singer a maior central sindical do país. Singer ressalta que:

A CUT em 1999 em parceria com a Unitrabalho (Fundação que reúne mais de 80 universidades e presta serviços nas mais diferentes áreas ao movimento operário) e o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos) criou a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário). A ADS vem difundindo conhecimento sobre Economia Solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de Economia Solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades. (Ibid., p. 124).

O acontecer solidário no Brasil é assim, diverso e rico de experiências, de instituições de apoio, de sucessos, de obstáculos, com limites e desafios e possibilidades para tornar real a utópica sociedade de iguais. Nesse Universo de ricas experiências e formas um destaque especial deve ser dado a um dos principais frutos do movimento de Economia Solidária no Brasil, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do governo Federal e

expressão visível do tratamento do movimento como política pública de geração de trabalho e renda, conforme se contextualiza no tópico seguinte.

3.1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA CONSTRUÇÃO IMPRESCINDÍVEL

A crise econômica mundial revela a fragilidade do capitalismo e provoca a reflexão sobre a criação de estratégias de enfrentamento e desordem social gerado pela crise. O desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil contemporâneo nasce e ganha legitimidade a partir da necessidade de trabalhadoras e trabalhadores se organizar com essa intenção.

Assim como o capitalismo se modificou ao longo do tempo, experimentando e consolidando novas formas de organização a fim de se estabelecer e solidificar, o movimento de expansão da Economia Solidária também requer transformação e solidificação de seus princípios e estratégias.

No âmbito de seu ressurgimento, o movimento de retomada das iniciativas, organizadas coletivamente pelos trabalhadores, demanda sua introdução no espaço de discussões no cenário nacional chamando atenção para a necessidade de seu estabelecimento como política pública de desenvolvimento sustentável e socialmente justo. Políticas Públicas podem ser entendidas, de acordo com Andreia Silveira, como:

Um conjunto de normas que orientam práticas e respaldam os direitos dos indivíduos em todos os níveis e setores da sociedade. Elas devem ter como base os princípios da igualdade e da equidade, disseminando o sentido de justiça social. Por meio delas, os bens e serviços sociais são distribuídos, redistribuídos, de maneira a garantir o direito coletivo e atender às demandas da sociedade. (SILVEIRA, 2007, p. 21).

Deste modo, a política pública envolve um conjunto de ações e métodos que possuem o objetivo de solucionar pacificamente determinados conflitos ocorridos do sistema público, em que os principais envolvidos podem ser chamados de “atores políticos”. É no confronto entre os princípios que caracterizam o capitalismo e frente às perspectivas de promoção de uma sociedade mais igualitária que se pode vislumbrar a atuação de diversos atores para a construção de políticas públicas de Economia Solidária.

As Políticas públicas se caracterizam como iniciativas colocadas em prática pelos governos, iniciativas estas que em muitas ocasiões nascem da organização e mobilização de setores populares da sociedade se constituindo de provisões das necessidades humanas, como, por exemplo, o acesso à educação e aos serviços de saúde, ao trabalho, o direito à moradia, à proteção, ao lazer, podendo ser concebidas por meio da união da sociedade civil organizada que busca interferir junto aos governos no intuito de planejar em conjunto a utilização de recursos, a atuação governamental e da sociedade em áreas específicas, e como os serviços serão prestados à população. De acordo com Arend:

A política é a atividade humana que se realiza no espaço público, que se refere à polis, espaço de liberdade e igualdade entre homens e mulheres. Por essa perspectiva teórica, a esfera política se diferencia da esfera econômica, que se refere a casa (*Oikia*), ao espaço da necessidade, do privado, da família e da hierarquia [...] é atividade humana fundamental, que se refere à construção compartilhada do bem comum, à participação no governo e na condução dos assuntos públicos. (AREND apud SIGOLO e MASCARENHAS, 2012, p. 191).

As Políticas Públicas remetem-se ao conceito de cidadania, cuja prática se viabiliza com a educação da população, a conscientização de seus direitos e deveres e da necessidade de sua participação no processo de decisão de sua concepção e controle social.

A partir dos últimos anos da década de 1980 iniciativas de apoio à Economia Solidária passaram a ser adotadas por governos de inspiração popular. De acordo com Sandra Praxedes:

Tiveram destaque o governo do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que os municípios de Porto Alegre, Belém e Santo André inicialmente, seguidos de Recife e São Paulo, no incentivo das primeiras experiências de ações governamentais em apoio ao surgimento de expansão de novos empreendimentos. (PRAXEDES, 2012, p. 446).

Embora esse movimento de promoção das iniciativas baseadas nos conceitos e valores da Economia Solidária esteja em curso no Brasil, sua consolidação depende de mudanças profundas no seio da sociedade. Conforme Praxedes:

Compreender a Economia Solidária como estratégia de política de desenvolvimento solidário pressupõe concebê-la como instrumentos e ferramentas instituídos como direitos perenes dos trabalhadores e trabalhadoras e dever de um Estado republicano e democrático. A Economia Solidária compor a agenda pública nessa perspectiva significa o reconhecimento de novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania, o reconhecimento de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, propiciando acesso aos bens e recursos públicos. (PRAXEDES, 2012, p. 446).

Enquanto política pública de desenvolvimento social, o incentivo às iniciativas de Economia Solidária representa um cenário em progresso na história recente do país. Para Praxedes:

Em razão da dificuldade que existe na institucionalização de uma política pública de caráter popular, esta se consolida a partir da articulação em diversos campos institucionais e do acúmulo de forças de diversos campos de luta, como o Poder Legislativo, o Executivo e os movimentos sociais, sendo que estes exercem função

fundamental de pressionar os diversos segmentos e dar legitimidade às demandas. (Ibid., p. 447).

As mudanças necessárias que se consolidam pela articulação de diversas frentes de atuação passam por setores primordiais na organização social como a alteração da legislação, programas de educação para o trabalho, abertura de espaços públicos para incubação e promoção dos empreendimentos e iniciativas populares. De acordo com Praxedes: um tema central para a construção de políticas é o acesso a fundos públicos que financiem a política. (Ibid., p. 448).

É de se reconhecer, entretanto, que pequenos avanços têm ocorrido em algumas cidades do país ainda que o tema da Economia Solidária esteja timidamente colocada na pauta principal das discussões em nível nacional. Nas esferas municipais e estaduais tem ocorrido aumento na aprovação de Leis que instituem políticas de apoio e fomento à Economia Solidária, com a consequente criação de instrumentos para operacionalizá-las.

Em nível nacional, um dos principais avanços, e isto é de importância ímpar na história do país, foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Conforme Cunha:

É recente a criação de estruturas e políticas públicas específicas - a princípio no plano local e estadual e, a partir de 2003 também no plano nacional com a Criação da SENAES/MTE, encarregada do Programa Economia Solidária em desenvolvimento nos planos plurianuais do governo federal 2004-2007 e 2008-2011 bem como pela articulação de outros órgãos federais. (CUNHA, p. 46).

Pode-se considerar que a criação da SENAES é o ponto de chegada de um processo de embates e conquista dos muitos atores sociais envolvidos na Economia Solidária: pensadores, intelectuais, sonhadores e trabalhadores que vislumbram uma sociedade melhor e apostam em ações coletivas, autogestionárias e solidárias que suscitem trabalho e renda como estratégia de enfrentar as desigualdades sociais. E o processo histórico foi de desafios:

A criação da SENAES representou uma conquista do movimento organizado da Economia Solidária no Brasil, embora não tenha sido uma unanimidade entre todas as forças políticas que participaram daquele processo. As opiniões a respeito da dimensão e do espaço adequado de uma política de Economia Solidária: no Governo Federal eram diferenciadas, apesar da opinião a favor da criação da Secretaria no Ministério do Trabalho e Emprego ter sido majoritária entre aqueles que debateram esta questão. (SENAES – MTE, 2011 p. 28).

Pode-se avaliar também que a SENAES é um ponto de partida no sentido de, com esses atores, inserir o tema da Economia Solidária de busca na agenda de discussões políticas nacional. O educador Moacir Gadotti reconhece a importância e o valor dessa ação ao tempo que chama a atenção de que é preciso ir além.

Contudo, não se trata apenas de criar uma secretaria de Economia Solidária. Isso não é, certamente, suficiente. Seria preciso o governo adotar a lógica da Economia Solidária em todas as ações de governo. Os governos têm-se submetido à lógica da economia capitalista e em função dela têm estabelecido suas prioridades e metas no campo econômico. O estado é uma arena na qual a empresa privada, em geral, vence todas as batalhas. Os empreendimentos solidários, resguardando seus princípios e métodos (autogestão), precisam disputar, com competência, seu espaço no interior do poder público. (GADOTTI, 2009, p.76).

Dentre o conjunto de ações que viabilizasse um diálogo com a sociedade e, sobretudo, permitisse que os protagonistas do processo de criação e fortalecimento de empreendimentos a SENAES propôs a viabilização de uma dinâmica envolvendo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária para garantir uma visibilidade institucional e a mobilização em outras esferas do país com vistas a construção e solidificação de uma política pública.

A opção foi de realizar atividades estaduais para apresentação e debate das políticas da SENAES, junto aos Fóruns Estaduais de

Economia Solidária, com as Delegacias Regionais do Trabalho (DRT's) e com outras organizações governamentais e da sociedade civil. (SENAES – MTE, 2011, p. 29).

Nesse sentido, o campo a ser percorrido ainda é vasto e exigirá um grande esforço dos atores envolvidos pela conquista de mudanças nas bases da legislação e no tratamento dos governos com vistas a conquistas políticas de incentivo ao fomento e fortalecimento dos empreendimentos. Desde a sua criação, nas palavras de Paul Singer:

A SENAES desenvolveu políticas públicas sempre atendendo demandas de setores sociais, de uma forma ou de outra, carentes e que estavam dispostos a se engajar na construção da ES em nosso país. Esta disposição permitia não só satisfazer - ao menos em alguma medida - suas necessidades, mas também construir em conjunto com eles uma visão de mundo que levava a crer que, apesar do poderio dos interesses estabelecidos, sempre seria possível tecer relações sociais de produção e de ação política sobre as quais se tornava possível fundar uma outra economia – democrática e só por isso livre, desalienada e equânime, na qual o trabalho - em vez de ser causa de angústia, tensão e assédios, como soe acontecer quando o trabalho é desigualmente dividido e alienado - poderia ser fonte de satisfação das necessidades vitais, de orgulho, de cooperação e solidariedade, como costuma ocorrer quando tarefas, decisões, ganhos e ônus são partilhados igualmente por todos. (SINGER in SENAES – MTE, 2011. p. 193).

Importante contribuição da SENAES já nos primeiros anos após sua criação foi a de realizar um mapeamento da Economia Solidária no Brasil.

A proposta de realização de um levantamento amplo de informações e a criação de um banco de dados nacional sobre a economia solidária estava colocada como uma demanda do movimento da ES. Assim, a idealização do mapeamento começou a tomar forma

concreta ao final 2003, quando foi constituído o Grupo de Trabalho de Estudos e Banco de Dados (ou GT do Mapeamento)⁵⁰.

Os dados que se encontram disponíveis para consulta no site⁵¹ da SENAES referem-se à publicação do Atlas da Economia Solidária do ano 2007. “Entre 2005 e 2007 foram identificados 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.934 municípios do Brasil, o que correspondia na ocasião a 52% dos municípios brasileiros⁵². Entre outras, algumas informações são ilustradas nas figuras 22 e 23 acerca das características dos empreendimentos e participantes no movimento da Economia Solidária.

Figura 22: Características dos Empreendimentos Solidários no Brasil

Elaboração Própria. Fonte: SENAES

⁵⁰ MTE 2006, p. 9. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: março de 2013.

⁵¹ Dados disponibilizados em <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/AtlasESmenu.html>. Acesso em: mar. 2013.

⁵² CULTI, KOYAMA e TRINDADE, 2010, p.12.

Figura 23: Participantes envolvidos nos Empreendimentos Solidários

Elaboração Própria. Fonte: SENAES

Os gráficos referentes aos dados do ano 2007 mostram que com relação a organização dos empreendimentos uma parte considerável ocorre na forma de Associação. As cooperativas aparecem como uma forma de organização, em termos numéricos e percentuais, menos expressiva do que as associações e os grupos informais.

Isso provavelmente deve-se ao fato de que a constituição de cooperativas (sobretudo na ocasião da pesquisa) esbarra-se nas exigências legais e jurídicas para sua formalização, o que revela também a grande necessidade de estabelecimento de políticas públicas que viabilize a formalização dos empreendimentos.

Nesse sentido, uma importante conquista foi alcançada no ano de 2012 com a aprovação da Lei 12690/12 (Lei das Cooperativas de Trabalho) sancionada pela presidente Dilma Rouseff. De acordo com Paul Singer foram “*oito anos de negociações. Ela lança luz sobre os conflitos no mundo do trabalho brasileiro nas últimas décadas.*”⁵³. Pouco antes da aprovação dessa Lei, declarava Singer que:

⁵³ Singer, 2012, in <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/54751-vida-nova-para-as-cooperativas-de-trabalho.shtml>. Acesso em: març. 2013.

O primeiro benefício da nova lei será impedir que maus patrões utilizassem a figura de cooperativa do trabalho para espoliar trabalhadores [...] Além disso, a lei determina que o Estado se empenhe em apoiar as cooperativas pobres para que possam elevar sua renda tendo em vista garantir aos membros o direito de ganhar ao menos o salário mínimo, de gozar férias anuais e o descanso semanal, de receber o adicional de insalubridade e outros⁵⁴

Comemorada por muitos atores envolvidos com a Economia Solidária, espera-se que a referida Lei das Cooperativas de Trabalho encurte a distância entre a organização dos trabalhadores e a formalização dos empreendimentos na forma de cooperativa, haja vista que a partir dessa Lei, os chamados direitos trabalhistas, que até então era privilégio dos trabalhadores assalariados com carteira assinada, passam a ser garantidas como direitos inerentes ao trabalho, uma reivindicação histórica de muitos trabalhadores e intelectuais que os interpretam como direitos de cidadania.

Com relação ao número de participantes, em 2007 mais de um milhão e meio de pessoas estavam inseridos em alguma iniciativa popular de caráter solidário. A participação dos homens, ao menos nos dados estatísticos, é superior ao das mulheres. Entretanto, deve-se considerar como possibilidade o fato que uma infinidade de empreendimentos (e mulheres inseridas nestes) não tenham sido alcançadas pelas pesquisas de quantificação. O que demonstra ainda ser um desafio um novo mapeamento, já que se passam cinco anos da publicação do Atlas.

Ainda como parte da estratégia nacional foram implementados Centros Públicos de Economia Solidária, impulsionados por parcerias com municípios e governos estaduais. Conforme Praxedes:

⁵⁴ Singer, 2012, p. 1. Disponível in http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/Acontece_SENAES_11_ed.pdf. Acesso em: març. 2013)

Estes centros são “espaço de agregação das diversas iniciativas do campo da Economia Solidária, propiciando a participação de diversos atores presentes no território”. (PRAXEDES, 2012, p. 449).

Como exemplo de atuação dos centros públicos pode-se citar a incubação de empreendimentos populares e solidários pelo Centro Público de Economia Solidária na cidade de Osasco, na região metropolitana oeste da Grande São Paulo.

Trata-se de uma estratégia vinculada aos programas de transferência de renda municipais, estaduais e federais, entre os quais está o Programa Bolsa Família, o Renda Mínima e o Renda Cidadã e visa oferecer formação e capacitação aos cidadãos do município que se encontram em situação de pobreza para se organizar e buscar alternativas eficazes de geração de trabalho e renda sobretudo de forma coletiva. (CAZZUNI et al, org, 2008, p. 29).

Promover ações de mudanças sociais a partir dos excluídos dá sentido ao que para Milton Santos é:

A batalha travada entre a nação passiva e a nação ativa, em uma transição política que envolve todos os espaços do viver, desde o espaço da vida cotidiana. A nação ativa, ligada aos interesses da globalização perversa, nada cria, nada contribui para a formação do mundo da felicidade, ao contrário da outra nação dita passiva que, a cada momento, cria e recria, em condições adversas, o novo jeito de produzir o espaço social, mostrando que a atual forma de globalização não é irreversível e a utopia é pertinente. “É somente a partir dessa constatação, fundado na história real do nosso tempo, que se torna possível retomar, de maneira concreta, a ideia de utopia e de projeto”. (SANTOS, 2000, p.160 apud FARIAS, 2010, p.4).

Cabe afirmar, portanto, que uma Política Pública de fomento à Economia Solidária constitui a possibilidade de um novo modo de produção e consumo, pois se tratam de novas relações, tanto na produção quanto na repartição do excedente.

As políticas de inclusão social baseadas nos programas de transferência de renda nesse sentido têm a oportunidade de provocar transformações profundas no seio da sociedade quando se convertem em movimentos de superação do assistencialismo pelo processo de emancipação social dos pobres.

Esse processo de emancipação pode ser resultado de ações possibilitadas pelas políticas públicas e que se considera primordial: a formação dos trabalhadores nessa perspectiva da solidariedade, coletivismo e auto-gestão. De acordo com Praxedes:

O caminho percorrido até aqui já concretiza e demonstra o avanço na construção de políticas públicas que possam contribuir para idealizarmos o modelo de desenvolvimento que desejamos. [...] a organização social deve criar condições políticas democráticas para interagir com o Estado, institucionalizar direitos e conquistas, e implementar políticas públicas universais e perenes. (PRAXEDES, 2012, p. 455).

Nesse sentido, vê-se o planejamento de estratégias coletivas com vistas ao estabelecimento e acesso a fundos públicos que subsidiem os direitos sociais dos trabalhadores sendo, portanto, um desafio com maior ênfase na capacitação dos grupos, na criação de conselhos de gestão para viabilização do acesso aos direitos de cidadania inerentes ao homem.

Muitas das ações atualmente acontecem principalmente com os trabalhadores que de alguma maneira já se encontram inseridos em alguma iniciativa de Economia Solidária, em reuniões e fóruns têm sido discutidos assuntos pertinentes ao estabelecimento de redes de comércio justo e solidário, a questão do acesso ao crédito, entre muitos outros.

Esses debates têm efeito de mutação de mentalidades e de construção de práticas solidárias, mas podem ter efetividade ainda maior se forem adotadas como componentes de projetos e planos socioeducativos quem tem como alvo de atuação a parcela jovem da população, sobretudo a população que está mais a margem da sociedade.

Isso poderia ocorrer, de certa maneira, com o fomento de conselhos de direitos nos moldes do que já ocorre com outras áreas. Existe a obrigação dos municípios criarem e darem condições de funcionamento aos conselhos de assistência social; direitos da criança e adolescente, direitos da pessoa portadora de necessidades especiais, direitos da pessoa idosa, entre outros.

Tais conselhos, de forma política, entram na discussão dos orçamentos municipais buscando recursos para implantação e manutenção de Programas e Projetos em suas respectivas áreas.

A criação de conselhos de Economia Solidária nesse âmbito e com esse teor pode ainda provisionar a aplicação de recursos em Projetos voltados à população jovem como incentivo a permanência em seus territórios de origem, atuando de acordo com a vocação econômica de suas regiões.

3.2 A PARADIGMÁTICA EXPERIÊNCIA DE MONDRAGÓN

O Complexo Cooperativo Mondragón (MCC) é um grupo de produção industrial e de empresas de distribuição formado sob base cooperativa sediada em Arrasate-Mondragón, uma cidade em Gipuzkoa, no País Basco, norte da Espanha, distante 400 km de Madrid.

A história de Mondragón é sempre exaltada como experiência de sucesso e será tomada como paradigma exitoso de formação, haja vista que o processo educativo desencadeado no início da experiência destinado aos jovens deu os primeiros passos na direção da criação do Complexo Cooperativo, que é considerada a mais bem sucedida experiência do cooperativismo no mundo. Conforme Singer:

Trata-se provavelmente do maior complexo cooperativo do mundo, que combina cooperativas de produção industriais e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de investigações tecnológicas. (SINGER, 2002, p. 98).

Um olhar dirigido ao processo histórico de formação e consolidação do complexo cooperativo de Mondragón lança sinais de ânimo e desafios que ainda nos dias de hoje estão por serem vencidos. É provável que a aposta no potencial característico dos jovens tenha sido elemento primordial para a superação dos obstáculos enfrentados pelos primeiros membros desse projeto.

A formação da Cooperativa tem sua origem em 1956, por iniciativa do padre José Maria Arizmendiarieta, conhecido como Padre Arizmende (SINGER, 2002, p. 99).

Don Jose Maria nasceu na aldeia do distrito Barinaga Iturbe em Markina, Bizkaia uma província de Espanha no norte da comunidade autónoma do País Basco. Seus pais eram José Luis e Tomasa, possuía uma boa casa de fazenda com relevo incluídos. O pai tinha uma reputação como um homem de paz entre os seus vizinhos: aspecto bem-humorado, alegre e determinado. A mãe, dona de casa foi a verdadeira professora de Don José Maria: inteligente, ordeira, trabalhadora, levando nos ombros com estilo a educação dos seus filhos e da gestão da casa. Don Jose Maria, o primeiro dos quatro irmãos (José Maria, Francis, Maria e Jesus) aos doze anos renunciou ao seu título e os privilégios da primogenitura por causa de sua vocação religiosa, que o levou ao Seminário "latinos" de Castelo Elejabeitia. Em 1931, em plena efervescência republicana, Dom José já se encontra no famoso Seminário Maior de Vitória para estudar filosofia e teologia. (AZURMENDI, 1992, p.7).

Este é um período importante para a vida de Padre Arizmende e para a própria história de Mondragón, pois, por meio dos estudos entra em contato com o Personalismo francês, especialmente Mounier e Maritain, que irá exercer grande influência no pensamento de José Arizmendiarieta, uma vez que as obras desses pensadores relacionam seu pensamento ao cristianismo, conectando suas ideias à Doutrina Social da Igreja tendo contribuído no seu modo de ver o mundo e de conceber seus conceitos de pessoa, de educação e de sociedade.

O Personalismo consiste num conjunto de ideias que tem como princípio a condução do homem e da mulher para sua realização como pessoa. Um dos mais importantes teóricos dessa corrente de pensamento é o filósofo francês Emmanuel Mounier, que viveu na primeira metade do séc. XX. Mounier desenvolve seu pensamento tecendo críticas ao individualismo o qual o considera como atitude maléfica à pessoa e à coletividade:

“O personalismo consiste precisamente nisso: numa oposição ao individualismo. Enquanto este último mantém o homem centrado sobre si mesmo, a primeira preocupação do personalismo é descentrá-lo para colocá-lo nas largas perspectivas abertas pela pessoa”. (MOUNIER, 2004 p. 45).

A ideia central do personalismo tem como base o modo pessoal de existir e a vocação humana de relacionar-se com o outro. Nesse sentido, questiona e critica a forma de organização social que promove o individualismo em detrimento da vida comunitária. Para Maritain:

O humanismo tende essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente humano, e a manifestar sua grandeza original, fazendo-o participar de tudo o que, na natureza e na história [...] o possa enriquecer; suas exigências são exaustivas, levando o homem a desenvolver suas virtualidades intrínsecas, suas forças criativas e a vida da razão, se esforçando também a transformar as forças do mundo físico em instrumentos de sua liberdade. (MARITAIN, 1945, p. 298).

Questionando e criticando a sociedade que observava, Mounier se propôs a chamar a atenção sobre a necessidade de se promover a igualdade entre as pessoas para que tivessem possibilidade de acesso às condições mínimas para a existência visando à dignidade humana: “*Um homem, mesmo diferente, mesmo degradado, é sempre um homem, a quem devemos permitir que viva como um homem.*” (MOUNIER, 2004, p. 55).

Mauritain, vislumbrando a necessidade de promover a dignidade humana e tratando do tema do bem comum como em contraposição ao interesse individual:

O homem do humanismo cristão - diz Mauritain - sabe que a vida política aspira a um bem comum superior a uma mera coleção de bens individuais...que a obra comum deve tender, sobretudo, a melhorar a vida humana mesma, a fazer possível que todos vivam na terra como homens livres e gozem dos frutos da cultura e do espírito...aprecia a liberdade como algo que há de ser merecedor; compreende a igualdade essencial que há entre ele e os outros homens e a manifesta no respeito e na fraternidade; e vê na justiça a força de conservação da comunidade política e o requisito prévio que levando aos não iguais à igualdade, torna possível que nasça a fraternidade cívica. (MAURITAIN 1945).

Mounier critica as estruturas de poder, os regimes totalitários e as hierarquias pelos quais:

“Em vez de preparar progressivamente a pessoa para o uso de sua liberdade e para o sentido de suas responsabilidades, a esteriliza logo na infância vergando a criança ao triste hábito de pensar por delegação, de agir somente segundo a palavra de ordem estabelecida. (MOUNIER, 2004, p. 132).

Nos escritos de Mauritain, uma reflexão sobre a vocação humana é proposta:

Dê ao homem como a aspiração o puramente humano, disse Maritain com Aristóteles: "é trair o homem e desejar sua desgraça, porque a parte principal de si mesmo, que é o espírito, o homem é chamado a algo melhor do que uma vida puramente humana". Humanismo continua ele, "tende essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente humano, e para manifestar sua grandeza original participar de tudo na natureza e na história pode enriquecer. (MAURITAIN, 1936 apud AZURMENDI, p. 105).

O Pensamento de Mounier e Mauritian continua atual, se considerarmos que poucas mudanças na forma de organização da sociedade tenham ocorrido. Suas ideias provocaram no Padre Arizmende a motivação para que, em seu trabalho com os jovens bascos, buscasse a concretização e uma outra maneira de se ver como pessoa, valorizando as relações comunitárias como enfrentamento das condições desiguais de sobrevivência.

O surgimento de Mondragón ocorre em um contexto de reconstrução social no período de pós-guerra civil espanhola, na segunda metade da década de 1930. Em decorrência da guerra civil, uma situação de desequilíbrio está posta e um grande número de famílias que vivia em situação de miséria. De acordo com o pesquisador Joxé Azurmendi, escritor da biografia do Padre Arizmende:

Os anos quarenta foram os anos da fome e todas as consequências de uma guerra civil cruel: órfãos, viúvas de rua, sem abrigo, inimizades irreconciliáveis, trabalhadores no desemprego, a miséria de todos os tipos. (AZURMENDI, 1992, p. 8).

Os pesquisadores Antonio Cruz e Alessandra Cardoso, nesse sentido, apontam que:

Pois foi em meio à situação caótica do pós-guerra civil, que D. José Maria, então com 26 anos, chegou à pequena Arrasate (Mondragón) em 1941. Originado de uma família abastada e nacionalista, ele havia se alistado e lutado ao lado das forças da Frente Popular, o que lhe garantiu a hostilidade da cúria católica. Mandado ao interior do País Basco numa espécie de punição, já que o bispo local havia recusado seu pedido para continuar seus estudos de sociologia na Bélgica, logo depois de haver sido posto em liberdade pela polícia franquista. (CRUZ; CARDOSO, 2002, p. 34).

O cenário pós-guerra é propício às práticas da caridade cristã, entretanto, Padre Arizmende trazia consigo uma aspiração que superava os limites de ação circunscrita a isso. Cronologicamente suas ações, segundo Azurmendi, são:

Padre Arizmende chega a Mondragón em 5 de fevereiro de 1941; em 1 de Junho de 1943 cria e apresenta à comunidade a academia desportiva de Mondragón e em 10 de outubro do mesmo ano inaugura a Escola Profissional no edifício da Fundação Viteri registrando na ocasião a inscrição de 20 alunos; em 1947. Faz a consegue inscrever alguns de seus alunos na Escola Superior de Zaragoza, com dispensa de escolaridade propiciando a formação dos primeiros peritos industriais que atuariam como mestres nas indústrias de Mondragón. Em 1948, é criada a Associação Liga de Educação e Cultura de Mondragón, como uma entidade legal patrocinadora da Escola Profissionalizante e outras atividades docentes. (AZURMENDI, 1992, p. 8).

Pode-se perceber que o conjunto de ações alavancadas a partir do protagonismo de Arizmende intenciona agregar a comunidade e os jovens de Mondragón em torno da busca de um modelo de sociedade com bases firmes alicerçadas na educação e no trabalho,

Arizmendiarieta compartilha com o personalismo francês [...] tanto no diagnóstico de sua atual crise da cultura, como nas soluções propostas através de um novo humanismo. No entanto, diferentemente desses autores, que exigiam a introdução de novos princípios orientadores da economia, sem interferir em seu desenvolvimento (exceto em medida restrita conforme Mounier), Arizmendiarieta se propõe a desenvolver como objetivo os princípios da economia personalista. Ele o faz principalmente, mas não exclusivamente, usando a tradição do socialismo cooperativo. (AZURMENDI, 1992, p. 38).

Arizmende dá importância fundamental à educação como elemento de mudança de mentalidades. De acordo com Azurmendi, no pensamento de Arizmende:

A pessoa é realidade aberta, responsável e auto-gestionada. Não é um produto acabado da natureza, não é uma realização fechada e acabada de status social, mas o projeto "intencional", que, por

educação, aberto à comunidade em que seu próprio ato dá-lhe novas magnitudes pessoais. Para seu próprio contexto da pessoa é também a comunidade. (AZURMENDI, 1992, p. 44).

Inclinando-se no propósito de realizar mudanças importantes na forma de organização social, Arizmende deposita na educação valor inestimável para esse objetivo. Ainda, conforme Azurmendi, em muitos discursos Arizmende proclamava que:

O melhor serviço que os pais podem dar para a humanidade é boa educação de seus filhos. Educação é a chave para o destino e o futuro da nossa juventude e da nossa própria sociedade, espontaneamente apenas o mal vem de dentro do homem, o bem requer trabalho duro. O recurso para trazer o homem de sentimentos nobres e boas ideias é a educação. Isso depende do caráter moral do homem de amanhã: o homem é o homem mais por educação do que por nascimento. (Ibid., p. 76).

Por ver o papel da educação com esse vislumbre, Arizmende lança um olhar aflito com o cenário em que se depara. Conforme Azurmendi

Arizmendiarieta lamenta a facilidade com que as crianças deixam de frequentar a escola. Lamenta essa situação por acreditar que não há liberdade sem cultura: um povo sem educação tende a continuar perpetuamente em minoria, sem condições de independência. (Ibid., p. 77).

A opção pelo modelo cooperativo de sociedade em Mondragón, como hoje também no Brasil, pode ser construída com os adultos em situação de desemprego. É uma construção possível, entretanto, arrimar seus princípios com os jovens no início de sua vida laboral pode contribuir para uma construção paulatina e sólida desse modo de organizar a economia e a sociedade. Esta foi a opção de Pe. Arizmende. Segundo Cruz e Cardoso:

Atuando desde logo em organizações juvenis, D. José María (Pe. Arizmende) começa a buscar alternativas para o desemprego que

atingia a maior parte da juventude basca. Então, em 1943, apesar da hostilidade das autoridades estatais e da Igreja, ele consegue fundar em Mondragón uma Escola Profissional. A ideia era melhorar a qualificação profissional dos jovens através de uma sólida educação formal e técnica. (CRUZ; CARDOSO, 2002, p. 34).

Já conforme Azurmendi:

Arizmendiarieta, querendo abrir uma escola profissional aberta a todos os filhos de trabalhadores que desejassem, se atreve a inaugurá-la em outubro de 1943, apesar das condições precárias, desejava que a Escola Profissional fosse uma fonte de prosperidade material e espiritual para Mondragón. Formada oficialmente em nome da Ação católica como Escola privada (não cooperativa), estava dirigida inicialmente por um patronato constituído de empregadores e por segmento de representação dos trabalhadores e da cidade. (AZURMENDI, 1992, p. 174).

Figura 24: Escola de Aprendizes de Mondragón

Fonte: Acervo digital Mondragón

Arizmende, por força de seu ímpeto, consegue contagiar os jovens com a criação de sua Escola Profissional, porém, assim como muitas das organizações hoje existentes que dedicam esforços e recursos no sentido de melhorarem a formação profissional e educacional de jovens, os resultados concretos tendem a não aparecerem, haja vista que a intenção que permeia essas ações é a de inseri-

los no mercado formal de trabalho. As primeiras turmas se formaram na segunda metade dos anos 40. Mas, como sempre, a qualificação profissional era insuficiente (Ibid., 2002, p. 34).

Na figura 25 observa-se a oficina profissionalizante da escola de aprendizes.

Figura 25: Oficina da escola de aprendizes

Fonte: Acervo digital Mondragón

Diante da iminente frustração, Padre Arizmende propõe a reflexão de saídas alternativas ao panorama que vivenciam, introduzindo seus jovens no estudo das cooperativas e incentivando-os a tornarem protagonistas na fundação da primeira cooperativa do complexo Mondragón. De acordo com Cruz e Cardoso:

Eram necessários investimentos que gerassem empregos. Então, em 1955, cinco egressos da Escola Profissional reuniram recursos e compraram a massa falida de uma metalúrgica que fabricava fornos e estufas a gás. Com outros dezoito trabalhadores, formaram então a ULGOR⁵⁵, uma cooperativa metalúrgica cujo nome foi tirado das letras iniciais de seus cinco fundadores. A empresa decidiu seguir os princípios históricos do cooperativismo e cada trabalhador passou a ser um sócio. (CRUZ; CARDOSO, 2002, p. 34-35).

⁵⁵ Aqui estão os nomes, cujas iniciais correspondem Ulgor: Luis Usatorre, Jesus Larranaga, Alfonso Gorroñoigoitia, José María Ormaechea, Javier Ortubay, cf: Azurmendi, 1992, p. 174.

Traçar o perfil desses jovens tem sido um desafio bastante instigante. A literatura disponível (ao menos a consultada) pouco trata de quem são esses jovens. A figura 26 apresenta em destaque os cinco rapazes fundadores de Mondragón.

Figura 26: Os 5 pioneiros de Mondragón

Fonte: Acervo digital Mondragón

Informações a esse respeito puderam ser levantadas a partir de uma entrevista realizada por telefone, no mês de março de 2013, com a Sra. Mercedes Marin, espanhola da região de La Rioja, teóloga ligado a uma das Instituições referenciadas pela pesquisa de campo, conforme consta no capítulo seguinte.

A questão elaborada à Sra. Mercedes teve como foco traçar o perfil dos jovens Luis Usatorre, Jesus Larranaga, Alfonso Gorroñoigoitia, José María Ormaechea, Javier Ortubay. De acordo com a Sra Mercedes:

O perfil desses cinco jovens precursores de Mondragón em uma analogia com a história do Brasil pode ser comparado com o perfil de inúmeros jovens do movimento operário da região do ABC Paulista em meados dos anos 1970. O jovem Luiz Inácio Lula da Silva⁵⁶ pode ser considerado como um protótipo que ilustra a figura dos cinco jovens mondragoneses.⁵⁷

⁵⁶ Importante metalúrgico e líder sindical brasileiro que se tornou, em meado dos inícios dos anos 2000, o primeiro presidente operário da História da República brasileira.

⁵⁷ Marin, 2013, entrevista por telefone em 22 de março de 2013.

O que podemos extrair dessa afirmação, é quem um importante fator contribuiu para que o processo de constituição da cooperativa mãe de Mondragón: o movimento operário. Pessoalmente, o Padre Arizmendiarrreta foi figura fundamental na vida de cada um desses cinco jovens. Uma entrevista com Alfonso Gorroñoigoitia, um dos cinco jovens confirma essa ideia:

D. Arizmendiarrreta chegou a Mondragón em 5 de fevereiro de 1941. Ele tinha acabado de se tornar sacerdote, e sua primeira missa havia sido apenas um mês antes. Eu estava com 16 anos de idade e era estudante da Escola de Aprendizes Cerrajera União. Ele ficou interessado no sistema de trabalho da escola e pediu permissão para levar um assunto muito próximo dos princípios da doutrina social da Igreja. Foi quando ele começou a ter importância em nossas vidas. (GORROÑOIGOITIA I n MENDIZABAL 2004.)

Os rapazes, motivados pelas palavras de Arizmende em seus inúmeros discursos e pregações confiaram nele o apoio que precisavam, sejam ideológicos ou de mobilização da comunidade, em torno de um ideal de mudanças no quadro social de então, conforme o relato de Gorroñoigoitia:

D. José María motivava a ação e pregava que acreditar é se comprometer. Obrigava-nos a tomar atitudes frente aos problemas. Nós, alunos da Escola profissionalizante, trabalhávamos nas fábricas e, como professores industriais, fomos colocados em cargos intermediários de controle. Fazíamos parte, portanto, da estrutura da fábrica. Entretanto, não devemos esquecer que este trabalho era absolutamente necessário para que pudéssemos enfrentar as dificuldades que passávamos. Meu pai foi exilado em 1936 e não retornou até 1965. Isto é, não podíamos ter qualquer tipo de reivindicação, porque estávamos de alguma forma atados. Mas, por outro lado fomos alunos de D. José Maria, que nos ensinou que acreditar é se comprometer e a empreender uma socialização construtiva para preparar as pessoas para a promoção de Mondragón. Ele nos incentivou a buscar novos caminhos de formação técnica conseguindo para um grupo de jovens que

trabalhavam nas fábricas como professores industriais a isenção para continuar estudando e, assim nos matriculou na escola de peritos em Zaragoza. (GORROÑOGOITIA. In MENDIZABAL, 2004.)

A força das palavras de Arizmendiarrreta na vida dos jovens norteavam suas ações e forma de enxergar o mundo. A formação técnica que recebiam se alinhava com a educação humanística que tiveram e, nesse sentido, buscaram formas de promoção dos trabalhadores menos afortunados a fim de se diminuir as disparidades sociais.

Nossa situação de controladores nos dava alguma influência perante alguns dos nossos colegas na fábrica e, em 1954, José Maria Ormaetxea e eu, nos apresentamos diante da diretoria da fábrica para solicitar que no próximo aumento de capital fosse tomado em conta os trabalhadores e entre eles que fossem distribuídos para alguns parte das novas ações. Nós erramos o tiro, e é aí que percebemos que dificilmente criaríamos o bem-estar que queríamos naquela empresa. Nosso objetivo era que o empregado fosse também participante nos rendimentos. (Ibidem).

Desapontados com a situação, os rapazes se empenharam em buscar alternativas para fazerem valer seus ideais. De acordo com Gorroñogoitia o processo de gestação do que viria ser Mondragón de forma sutil começava a se delinear:

Foi aí que decidimos criar uma empresa. A verdade é que na época em Mondragón e nos arredores se montavam fábricas todos os dias. Com o mínimo de habilidade poderia se começar um negócio. Portanto, não é surpreendente que também decidimos fazê-lo, embora encontramos obstáculos administrativos para abrir uma fábrica como queríamos. Mas o destino bateu novamente à nossa porta e uma possibilidade para realizar nossa intenção pela compra com uma empresa que estava a venda. Assim, em 11 de novembro de 1956 começamos a trabalhar em nossa empresa, localizada em terras de Luís Usatorre em "Laxarte" já nos limites de Mondragón. Antes disso, porém outros fatores haviam acontecido. Por exemplo, quando em 1954 fui para Madrid com Ormaetxea pedir a permissão

para iniciar um negócio, o nosso objetivo foi registrá-lo como Ulgor SA. Aconteceu que as ideias sobre isso, em matéria de gestão, participação dos trabalhadores, incentivos e compensações em resultados etc, não se encaixavam na Lei das Sociedades, então nós voltamos. Procuramos e confessamos a Arizmendi a nossa falha. Ele procurou outra fórmula entre todos os conceitos legais existentes e encontrou o modelo cooperativista. O modelo foi sugestivo e coincidiu com a pregação de D. José María. (GORROÑOGOITIA. In MENDIZABAL 2004.)

O processo que culminou na edificação de um ideal solidário de promoção social por meio do trabalho, e que hoje se toma como baliza quando se propõe a construção de uma sociedade de iguais, não difere na atualidade de muitos processos de mudança também no Brasil. Mesmo com avanços na legislação as barreiras nesse campo ainda são imensas. A ausência de programas de fomento com apoio financeiro também é um entrave que se alia a necessidade urgente de programas de formação que possibilite uma cultura para uma outra sociedade possível.

Nesse sentido, se coloca o grande diferencial da experiência de Mondragón. Frente ao panorama estabelecido na ocasião, de forma efetiva, se apostou na força da coletividade e da solidariedade entre as pessoas ainda no processo de gestação da Cooperativa. Conforme Singer:

Com patrocínio de Arizmendi, [...] conseguiram que cerca de cem moradores de Mondragón lhes emprestassem o capital inicial para adquirir uma empresa falida, transformada na Cooperativa Ulgor, uma indústria de fogões. Era uma época de grande expansão industrial e a nova cooperativa progrediu rapidamente. O propósito inicial dos jovens ao redor de Arizmendi era criar cooperativas pequenas, em que o contato face a face garantisse efetiva igualdade e solidariedade entre sócios. (SINGER, 2002, p. 99).

A preocupação com a sustentabilidade econômica, assim como nos dias de hoje para muitos empreendimentos econômicos solidários, parece ter sido um dos

temas que conduziu as reflexões de Arizmende desde os primeiros passos da organização cooperativa com a preocupação de criar fundos destinados ao direcionamento de recursos para poupança e novos investimentos. Singer ressalta que:

Logo depois da criação da primeira cooperativa, Arizmende propôs a criação de um banco cooperativo, para garantir a independência das cooperativas ante os bancos [...] redigiu então os estatutos do que viria a ser a Caja Laboral Popular (CLP) que veio a luz em 1959, sendo a primeira cooperativa de segundo grau do agrupamento de Mondragón. Daí em diante ela exerceu funções especiais não só na prestação de serviços financeiros, mas na formação de novas cooperativas funcionando como incubadora das mesmas. (Ibid., p. 100-101).

Aliada ao fator econômico outro elemento foi tema de reflexão de Arizmende e seus seguidores: uma constante preocupação com os avanços tecnológicos e a formação educacional e técnica dos membros das cooperativas. Para Singer

Desde antes da criação da primeira cooperativa, a preocupação com o progresso técnico dominava o pensamento do padre Arizmendi e seus discípulos. Por isso começaram por criar uma escola técnica. Em 1968, criou-se o departamento de pesquisa da escola, e seis professores da escola estagiaram em universidades francesas, estudando pesquisa industrial. (SINGER, 2002, p. 102).

Ainda de acordo com Singer:

Parece não haver dúvida de que a elevada competitividade das empresas do agrupamento de Mondragón deve ser atribuída, em parte, ao grande investimento feito em educação e pesquisa desde antes de sua criação. (Ibid., p.103).

Estava aí lançada a coluna vertebral do sucesso de Mondragón: cooperação recíproca, autossustentabilidade e educação constante. A pergunta que se faz a partir dessa exposição para as iniciativas de hoje são: em que medida é possível

repetir essa experiência de Mondragón? Os escritos de Arizmende sobre seus pensamentos podem indicar algumas respostas:

Parece interessante notar que uma das razões dadas para a conveniência de organizar os jovens trabalhadores de forma particular seja precisamente a homogeneidade necessária para o perfeito desenvolvimento das ideias nos círculos de estudos (AZURMENDI, 1992, p. 176).

Ainda, corroborando com essa linha de pensamento em seus escritos:

Arizmendiarieta esforça-se a convencer Mondragón sobre a urgência de promover a educação profissional. De necessidade disso tanto para a paz social, ou simplesmente a fim de promover o progresso humano da classe trabalhadora. Seus slogans ocupam lugar de destaque em seu trabalho de convencimento: "conhecimento é poder"; "temos que aprender a socializar o saber para democratizar o poder"; "O homem nem tanto nasce tanto quanto se faz pela educação"; "é mais fácil educar jovem do que reformar um homem "; "Dê a um homem um peixe e ele come por um dia, ensine-o a pescar e ele come para o resto de sua vida"; "viver é ver"; "melhor acender um fósforo do que amaldiçoar a escuridão"... (AZURMENDI, 1992, p. 211).

Do pensamento de Arizmende fica como desafio a reflexão acerca das estratégias de formação de novos empreendimentos no Brasil a partir dos jovens que possam aliar a importância da educação permanente desses com acesso aos fundos de sustentação e apoio às iniciativas que surjam. Papel este que se pode auferir no campo político na elaboração de políticas públicas de fomento e incremento da Economia Solidária no país.

Há de se considerar, entretanto, que ao longo dos anos, como estratégia de subsistência e competição com o mundo capitalista, o complexo de Mondragón se modificou e se modifica dentro das demandas dos novos tempos até como estratégia de se manter existindo. De certa forma, esse processo constante de

mudanças e adaptações gera dificuldades de se manter os princípios elaborados em seus estatutos. De acordo com Singer:

Os dados disponíveis indicam que a MCC está em constante processo de transformação e que a prática autogestionária se encontra sob pressões que se originam do gigantismo e do burocratismo, que se manifestam cada vez mais no funcionamento do grupo. Não obstante, a cultura da Economia Solidária persiste e possivelmente se enriquece em Mondragón, que se tornou paradigma para cooperadores e estudiosos do mundo inteiro. (SINGER, 2002, p.105).

Assim sendo, cabe também aos grupos em gestação a reflexão sobre como as gerações sucessoras podem se relacionar com o mundo da competição do mercado e como preservar os valores e princípios que geraram suas organizações.

“Os praticantes da Economia Solidária foram abrindo caminhos pelo único método disponível no laboratório da história: o de tentativas e erros”
Paul Singer 1999

CAPÍTULO 4: DOIS CAMINHOS, UM MESMO OBJETIVO: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DAS DUAS EXPERIÊNCIAS ESTUDADAS

O presente estudo é intrigante uma vez que toca na abrangência de uma artimanha estrutural da política de mercado sob os ditames capitalistas altamente segregacionistas, que cada vez mais tende a criar um ciclo de “déficits” de oportunidades para a vida digna de milhares de jovens das camadas populares. Estes jovens são sujeitos de pesquisa e, em especial, objetos das oportunidades relacionadas à oferta de educação de qualidade e as de inserção no mundo do trabalho.

O perfil dos jovens deserdados de oportunidades, fator que os leva às situações de vulnerabilidade econômica, pessoal e social, tende a ser prolongado quando parte de sua vida é gasta na ânsia do primeiro emprego. Conforme já visto no capítulo que trata da juventude, há inúmeras iniciativas no país que objetivam intervir nessa realidade. De acordo com Corrochano:

Há programas que privilegiam o apoio à inserção, outros que privilegiam retardamento. Também há algumas iniciativas que procuram fomentar o cooperativismo entre jovens. Em todas elas, tenho percebido que as respostas muitas vezes se concentram na perspectiva da formação. Mas apenas a formação não consegue aos desafios do presente. Além disso, em grande parte dos casos, se aposta em uma única saída. Mas se a questão do trabalho e da falta de trabalho tem se tornado um dilema entre tantos jovens e se considerarmos que a relação dos jovens com o trabalho é muito diversa, o ideal seria combinar diferentes alternativas. (CORROCHANO in BRESCHIGLIARI, 2005, p. 101-102).

Diante desse quadro, buscou-se desenhar uma radiografia de experiências de projetos concretos impactantes em prol da cidadania pela forma destacável em proporcionar o engajamento dos jovens no primeiro emprego. São projetos sociais

vinculados ao chamado “terceiro setor”, que vislumbram a diminuição das distâncias entre os jovens e o mercado de trabalho, direcionando-os ao desenvolvimento e valorização, além da dignidade da pessoa humana.

Buscar-se-á neste capítulo apresentar a radiografia desenhada a partir de duas experiências que apresentam semelhanças e peculiaridades distintas. A concretização da pesquisa empírica se deu por meio de dois momentos distintos e complementares: 1) pesquisa documental; e 2) pesquisa com jovens.

A pesquisa documental teve como objetivo o levantamento de dados e informações a respeito das Instituições e seus contextos. 1- O Centro de Ofícios Semente e Vida – (COSEV) que atua na formação sócio-profissionalizante de jovens na cidade de Cotia-SP; 2- O Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA) Padre Bello, que atua com a formação de jovens e inserção laboral com iniciativas focadas na criação de uma cooperativa de jovens na região de São Mateus, na cidade de São Paulo. Com esse objetivo foi realizada ainda uma entrevista com o coordenador de Projetos da Instituição CPA Padre Bello.

A metodologia de pesquisa aplicada com jovens das duas Instituições será mais bem detalhada no capítulo 5 deste trabalho.

4.1 CENTRO DE OFÍCIOS SEMENTE E VIDA – COTIA/SP

O Centro de Ofícios Semente e Vida - COSEV é uma Organização Não Governamental que atua na formação para o trabalho de jovens com idade entre 15 e 18 anos. Desenvolve Projetos de convivência e fortalecimento de vínculos sociais e familiares. As informações e dados apresentados a seguir foram extraídos de documentos analisados na sede da Instituição (figura 27).

Figura 27: Sede do Centro de Ofícios Semente e Vida

Fonte: Acervo Cosev

Analisando-se documentos e relatórios do Centro de Ofícios Semente e Vida, foram coletados os dados que serão a seguir apresentados. Dados aqui informados são também fruto de um trabalho realizado por ocasião da preparação da VIII Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente no ano de 2011.

A Instituição foi fundada em 1972 no município de São Caetano do Sul, em SP, como sequência do trabalho da Missão Católica Espanhola, que consistiu em um trabalho missionário para acolher e acompanhar os imigrantes espanhóis que chegavam ao país em seu processo de integração e aculturação.

A Missão Católica Espanhola, no cumprimento de seus propósitos, abriu em São Paulo uma pensão a fim de oferecer hospedagem barata aos espanhóis e

também comprou um sítio na cidade de Cotia, cujo objetivo era a construção de um clube e um local de repouso aos espanhóis idosos.

No início dos anos 1970, por ocasião do término do trabalho da Missão Católica, foi criado o Centro de Ofícios Semente e Vida, na forma de abrigo, com o intuito de acolher crianças em situação de abandono. Passados aproximadamente 18 anos, a Instituição, em um processo de avaliação interna, mudou o foco de sua atuação optando pelo trabalho com jovens em idade de formação para o trabalho.

O abrigo em São Caetano foi fechado, o prédio doado à Diocese de Santo André e a sede da Organização transferida para Cotia, ocupando o sítio herdado como doação pela Missão Católica Espanhola.

A Instituição conta hoje com uma unidade de atendimento na Cidade de Cotia-SP e um Centro de Formação na cidade de Itiúba, no semiárido baiano, onde atua com a formação de jovens, população adulta com prioridade ao trabalho com mulheres e, fomento de iniciativas de educação popular junto às comunidades rurais de seu entorno.

4.1.1 FINALIDADE DA ENTIDADE DE ACORDO COM O ESTATUTO

O Centro de Ofícios Semente e Vida tem por finalidade promover atividades e serviços de Assistência Social, de Formação e Qualificação Profissional, de Geração de Emprego e Renda e de defesa do Meio Ambiente que visem à melhora de vida das pessoas e das comunidades, priorizando as formações que forem dirigidas à população infanto-juvenil em situação de risco pessoal e social, tudo de acordo e inspirado no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Orgânica de Assistência Social.

4.1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS BENEFICIÁRIOS DO SERVIÇO PRESTADO PELA INSTITUIÇÃO⁵⁸

Por ocasião de uma apresentação realizada na Conferência Municipal da Assistência Social em 2011, o Centro de Ofícios Semente e Vida elaborou um documento pelo qual se contextualiza sua atuação. Os gráficos apresentados nas figuras que seguem demonstram esse contexto expondo dados sobre a faixa etária do público atendido (figura 28), sua classificação por gênero (figura 29), os bairros de origem dos jovens atendidos (figura 30) com respectivo mapa da cidade (figura 31).

São apresentados ainda dados sobre composição das famílias dos jovens atendidos (figura 32), informações sobre renda familiar (figura 33), como se organizam as famílias com relação ao provimento das mesmas (figura 34). Com relação à situação dos jovens se apresentam informações sobre escolaridade dos jovens atendidos (figura 35).

Figura 28: Faixa etária - Público Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Fonte: COSEV

⁵⁸ Dados organizados pelo autor, no ano de 2011, por ocasião de uma apresentação realizada na VIII Conferência Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente.

Figura 29: Público Centro de Ofícios Semente e Vida por gênero – 2011

MASCULINO FEMININO

Fonte: COSEV

Figura 30: Bairros de origem dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Fonte: COSEV

Figura: 31: Mapa da cidade de Cotia

Fonte: Prefeitura de Cotia

Figura 32: Composição familiar - jovens Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Fonte: COSEV

Figura 33: Renda familiar mensal - jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Fonte: COSEV

Figura 34: Chefes das famílias jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Fonte: COSEV

Figura 35: Escolaridade - jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida 2011

Fonte: COSEV

Dados coletados em documentos e relatórios da Instituição indicam que entre os anos de 2007 e 2012 em média 602 adolescentes e jovens com idade entre 15 e 18 anos passaram pelos Programas oferecidos pela mesma. Esses referidos documentos informam os seguintes dados: nível de Inserção dos jovens no mundo do trabalho (figura 36) e o tipo de atividades desempenhadas pelos jovens (figura 37).

Figura 36: Inserção dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida em 5 anos

Elaboração Própria. Fonte COSEV

Figura 37: Atividades desempenhadas pelos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria. Fonte COSEV

De acordo com os dados analisados, o índice médio de evasão anual fica em torno de 23% pelos mais variados motivos. Em geral, os abandonos ocorrem no segundo semestre do ano como consequência da perda de interesse dos jovens,

pelo fato de terem arranjado algum 'bico' para fazer e até mesmo apresentando dificuldade de conciliar a participação nas atividades do Projeto com a vida escolar.

Outro ponto que chama a atenção na análise dos documentos é o fato de que a maior parte dos jovens inseridos no Programa Jovem Aprendiz ou em situações práticas de estágios estavam frequentando a Instituição nos anos 2008 e 2009, não sendo repetidos os mesmos movimentos de procura de jovens nos anos seguintes pelas empresas da região.

No programa Jovem Aprendiz foram 34 jovens em 2008 e 31 jovens em 2009; nas ocasiões de estágio participaram 19 jovens em 2008 e 13 jovens em 2009.

Conforme a educadora da Instituição, M. Tereza, responsável pelo acompanhamento dos jovens nos estágios e no Programa Jovem Aprendiz, são dois os principais fatores que influenciam na queda do número de inserções dos jovens: alguns dos meninos e meninas inseridos nestes dois grupos, após um período de atuação, ou motivados por pressões familiares, se desinteressaram e deixaram de se aplicar no desempenho das atividades, conforme os contratos estabelecidos; alguns chegaram até mesmo a abandonar os programas, o que gerou certo descontentamento por parte das empresas contratantes e Instituições acolhedoras de estagiários.

Figura 38: Jovens do Centro de Ofícios Semente e Vida

Fonte: Acervo Cosev

O outro fator, este percebido pela Instituição, é que algumas empresas, sabendo do interesse dos jovens que buscavam efetivação nos trabalhos, exerciam sobre eles pressões e cobranças como se já fossem profissionais experientes e até mesmo responsabilizando-os por deslizos e erros cometidos nos setores onde estes estavam inseridos.

É verdade também, segundo a educadora, que muitos meninos e meninas tiveram sucesso, aproveitaram a oportunidade e hoje exercem funções importantes dentro das empresas. Em torno de 18 jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz exerce hoje cargos como gerentes de supermercados, engenheiros mecânicos e químicos, chefes de manutenção de caminhões; chefe de departamento de pessoal, contador, e outros.

A Instituição tem o propósito de continuar avançando em sua missão de “construir pontes de solidariedade e paz para erguer a vida”. E nesse sentido busca em sua própria história pistas de ação que sinalizem novas rotas a serem trilhadas. Mais adiante será feita uma exposição sobre os impactos da intervenção da Entidade sob a ótica e fala de jovens, ex-alunos, que foram entrevistados no decorrer da realização deste trabalho.

4.2 CPA PADRE BELLO – BAIRRO SÃO MATEUS, CIDADE DE SÃO PAULO

Figura 39: Sede do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello

Fonte: Acervo CPA

O Centro de Profissionalização de Adolescentes (CPA) é uma instituição implantada em 1978, com a denominação de Centro Profissional do Trabalhador (CPT). As informações e dados apresentados a seguir foram extraídos de documentos disponibilizados pela Instituição, bem como de entrevista realizada com o gestor da Instituição, Sr. Flariston Francisco da Silva, ocorrida em 27 de julho de 2012. De acordo com Flariston (2012):

Foi fundada com a proposta de ser uma escola comunitária de trabalhadores sob a ótica do trabalhador em contestação ao modelo de trabalho explorado, alicerçada em duas linhas basilares: a formação técnica e a educação para a cidadania.

Nessa direção, o CPA incorpora-se no desafio da superação do quadro de desemprego, propondo uma educação profissional para as populações de trabalhadores excluídos do processo de produção e também para seus filhos, oferecendo-lhes formação gratuita, de qualidade e principalmente direcionada às suas necessidades, respeitando suas expectativas e sua história.

Até o ano de 1984, no formato de Escola Comunitária Com o apoio do movimento sindical da Região do ABC Paulista, a Instituição atendeu prioritariamente os trabalhadores adultos em cursos noturnos, passando então a trabalhar com adolescentes no período diurno. Em 1994, a Entidade passou a chamar-se Centro de Profissionalização de Adolescentes – C.P.A. “Pe. José Bello dos Santos”, em homenagem a um de seus fundadores, falecido naquele ano.

4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DA REGIÃO

A Instituição está inserida em um bairro localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo (figura 40). A população do bairro é predominantemente mestiça. Formada por moradores originários da região Nordeste do Brasil, da Espanha, do Japão, em sua maioria operários das indústrias da região da Mooca, Ipiranga e ABC. Há também alguns descendentes de japoneses e libaneses que se destacam no comércio.

Figura 40: Mapa da Zona Leste da Cidade de São Paulo

Fonte: jornaltemnoticias.blogspot.com.br

Constituída em parte por ex-metalúrgicos do ABC, a população do Distrito do Iguatemi busca incansavelmente a superação de seus problemas estruturais decorrentes do processo de reestruturação produtiva e de sua localização periférica, como o desemprego, os baixos salários, o subemprego, a falta de moradia, a ausência de um sistema de saúde adequado, a delicada situação do ensino público,

a falta de moradia, a falta de equipamentos públicos, lazer para atendimento às populações empobrecidas, a falta de desenvolvimento econômico local, a violência crescente, entre outros. A tabela 4, elaborada pela própria Instituição no ano de 2007, apresenta um panorama relacionado à questão da renda familiar na região:

Tabela 4: Dados sobre renda familiar na região de São Mateus

Renda Familiar	São Mateus		Iguatemi		São Rafael	
	Nº famílias	%	Nº famílias	%	Nº famílias	%
Sem renda	-	-	4	1,22%	-	-
Até ½ SM	3	1,88%	5	1,52%	3	1,73%
De ½ a 1 SM	24	15%	44	13,41%	22	12,72%
De 1 a 2 SM	74	46,25%	119	36,28%	73	42,20%
De 2 a 3 SM	40	25%	93	28,35%	47	27,17%
De 3 a SM 4	12	7,5%	39	11,89%	9	5,20%
De 4 a 5 SM	3	1,88%	16	4,88%	11	6,36%
Acima de 5 SM	4	2,5%	8	2,44%	8	4,62%
TOTAL	160	100%	328	100%	173	100%

. Fonte: CPA Pe Bello.

Os moradores da região enfrentam péssimas condições de vida. Para exemplificar, alguns dados do distrito de São Mateus indicam a existência 2.900 barracos em favelas, 46 cortiços, além de 122 habitações improvisadas. Em consequência dessa situação há problemas de infraestrutura urbana, como deficiência em saneamento básico e muita violência. A lei do tráfico muitas vezes fala mais alto e os moradores não têm acesso à cultura e ao lazer.

É escasso o atendimento de saúde pública. O ensino, muitas vezes decadente, faz com que o sonho desses jovens em ter uma vida digna se desmorone, sendo atraídos pela facilidade de gerar renda de forma ilícita pelo narcotráfico e/ou furtos. A tabela 5 apresenta informações sobre a violência juvenil na região.

Tabela 5: Dados sobre violência juvenil na região de São Mateus

Maior causador da violência sobre e/ou entre os jovens	São Mateus		Iguatemi		São Rafael	
Desemprego e falta de perspectiva	37	23,72%	86	25,98%	50	26,6%
Família desestruturada	32	20,51%	67	20,24%	40	21,28%
Polícia	13	8,33%	23	6,95%	12	6,38%
Poucas políticas públicas para jovens	19	12,18%	14	4,23%	8	4,26%
Poucos equipamentos públicos	6	3,85%	4	1,21%	5	2,66%
Outros jovens	3	1,92%	14	4,23%	5	2,66%
O próprio jovem	18	11,54%	37	11,18%	21	11,17%
Escolas despreparadas	15	9,62%	26	7,85%	15	7,98%
Drogas	4	2,56%	49	14,8%	27	14,36%
Outros	9	5,77%	7	2,11%	5	2,66%
Nenhum	-	-	4	1,21%	-	-
Total	156	100%	331	100%	188	100%

Fonte: CPA Pe Bello.

Ainda, de acordo com a pesquisa realizada pela Instituição, inexistem serviços de captação e ofertas de vagas no mercado de trabalho direcionadas aos jovens na região, como demonstra a tabela 6:

Tabela 6: Dados sobre a situação de trabalho dos jovens na região São Mateus

Tipo de Trabalho	São Mateus		Iguatemi		São Rafael	
Formal	4	18,18%	33	39,29%	14	33,33%
Informal	18	81,82%	51	60,71%	28	66,67%
Total	22	100%	84	100%	42	100%

Fonte: CPA Pe Bello.

O CPA se localiza no limite da APA do CARMO (Área de Proteção Ambiental da Mata do Carmo), onde está em vias de implantação o Pólo Industrial e Ecológico da Zona Leste, criado através da Lei Estadual nº 8211/93, que foi complementada pela Lei Municipal nº 11790/95, a qual institui a isenção de impostos e dá outros benefícios para as empresas que vierem a se instalar naquele local. A expectativa era de que o Pólo gerasse algo em torno de 70.000 novos empregos.

Com a perspectiva de responder a demanda por emprego, a Instituição buscou, e busca a integração com estas e alternativas de geração de trabalho e renda, procurando adequar os cursos e favorecer a colocação dos formados.

De acordo com Flariston (2012), a Instituição abraça como princípio a ideia de que *é preciso qualificar para escolher e que a entrega de certificados ao final de um curso não deve ser o ponto final de seu protagonismo junto dos jovens.*

Pela necessidade de novas alternativas de geração de emprego e renda, o CPA iniciou estudos e implantou em sua ação educativa iniciativas que propiciam ao trabalhador a reflexão sobre a autogestão, na expectativa de motivar a busca da sobrevivência mesmo fora do trabalho formal, através de iniciativas diversas, como o autoempresariamento ou a criação de cooperativas ou associações de produção de bens ou serviços.

4.2.2 A UTOPIA VISLUMBRADA E AS BARREIRAS ENCONTRADAS

Com vistas às mudanças no campo das relações de trabalho e mediante o agravamento da situação de desemprego, o CPA iniciou uma nova empreitada em sua história a partir do ano de 2003. De acordo com Flariston (2012), a Entidade definiu que era preciso envolver os jovens na busca das soluções. A metodologia para formação e pesquisas com os jovens proporcionou a criação de uma central de juventude reunindo ex-alunos, profissionais da equipe do CPA e outras lideranças locais. Essas ações vão de encontro com o preconizado por Tiriba e Fischer. Segundo as autoras:

O envolvimento dos jovens com a economia popular solidária pode indicar um caminho, potencialmente diferenciado, no sentido de relacionar juventude, trabalho e formação, e permitir que outros sentidos sejam atribuídos ao trabalho, a partir de outras experiências de trabalho. (TIRIBA; FISCHER, 2011, p. 19).

De acordo com Flariston (2012): “A Central exerceu o papel de incubadora de iniciativas destacando entre outras a criação do grupo de artistas em grafite, Grupo Cultural Cinemateus e um grupo de jovens empreendedores”. Através da metodologia de estudos, debates e deliberações em grupo, em fevereiro de 2005, por estímulo da Instituição, ganhou corpo à criação de uma cooperativa de recicladores de equipamentos de informática (figura 38).

Figura 41: Jovens do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello

Fonte: Acervo CPA

Sob a denominação de Cooperjovem, a iniciativa levou cerca de dois meses para construir seu estatuto e mais 40 dias para formalizar a cooperativa. Seu processo foi ágil porque contou com a assessoria da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Auto Gestão – ANTEAG como parceira. Conforme Tiriba e Fischer:

Assim, no horizonte do trabalho emancipado, não se está fazendo referência, aqui, aos jovens que se associam para se tornarem jovens empresários, mas jovens trabalhadores que buscam, na produção associada, a reprodução ampliada da vida (e não do capital). (Ibid., p. 20).

No início, a Cooperjovem gerava renda para sete pessoas. Outros nove cooperados recebiam uma bolsa de R\$ 80,00 da Associação Caminhando Juntos (ACJ) para participar de cursos e se capacitar a prestar os serviços que a cooperativa oferecia.

A cooperativa teve um rápido impulso e chegou a pagar diretamente um salário mínimo mensal para 15 jovens, além de ter criado fundos de reserva, assistência técnica, educacional e social. O trabalho desenvolvido incluía a criação e design de páginas e portais, suporte técnico em informática, capacitação básica em software livre (ambiente de trabalho e pacote Open Office).

Flariston (2012) chama a atenção sobre o fato de que, com o passar dos meses, os jovens envolvidos nos Projetos desencadeados a partir da Central da juventude e, principalmente os atuantes na cooperativa começaram a ser aliciados e cooptados pelas empresas clientes da mesma, uma vez que os jovens aí inseridos naturalmente começavam a apresentar um grau de preparo que de certa forma atendem as exigências das empresas.

Segundo Flariston (2012),

“Como a Lei Geral do Cooperativismo (Lei Federal 5764-71) não estimula a criação de cooperativas pelos jovens, ela é uma barreira

que desestimula a permanência destes nas iniciativas e outras formas tem atraído mais os jovens, entre elas se destacam o trabalho como atendentes nos shoppings; frentistas de postos de gasolina, a entrada maciça em empresas que os emprega como operadores de telemarketing e o próprio tráfico de drogas”.

Outra dificuldade encontrada pelos grupos para manterem-se como utopia alcançada foi à pressão exercida sobre os jovens pelos seus familiares. Conforme já visto anteriormente, a necessidade maior é a de obter renda, e as iniciativas empreendedoras, sobretudo as baseadas nos princípios da autogestão, carecem de trilhar um longo caminho antes da estabilização econômica. Nesse ínterim, Flariston (2012), ressalta que:

Os jovens são oriundos de famílias cujos pais, em sua maioria, já foram descartados pelo mercado formal de trabalho e vislumbram nos filhos uma sorte que não tiveram. Como também não foram educados e não tiveram experiências sustentadas nos princípios do empreendedorismo solidário autogestionário, esses pais muitas das vezes olham com desconfiança para estas iniciativas.

Atento a observação do Sr. Flariston (2012), pode se compreender uma das muitas razões que influenciam os jovens à evasão dos estudos e a aceitação pelas situações de trabalho mesmo que precárias e sem perspectivas. Nessa linha Pochman diz que:

A decisão de entrada no mercado de trabalho está associada diretamente às dificuldades da sobrevivência financeira da família. Geralmente, quanto menor a renda familiar, maior a proporção de jovens que precisa trabalhar. Nesse caso, o abandono da inatividade pelo jovem justifica-se, muitas vezes, pelo objetivo de atender as necessidades coletivas da família, diante da insuficiência da renda familiar. (Pochmann, 2007, p. 26).

Flariston (2012) observa que um dos maiores desafios da cooperativa foi: superar a lacuna gerada pela falta de educação formal dos jovens, que têm dificuldade de

se comunicar fora de seu mundo, por exemplo, para redigir propostas comerciais, negociar com clientes, discutir estratégias para o desenvolvimento da cooperativa.

Aponta também como barreira além da necessidade da renda, o entrave cultural imposto pela ausência da formação cooperativista e a elaboração de projeto de vida pelos jovens delineados sob o enfoque da autonomia e autogestão.

A soma de todas essas barreiras cumulou no adiamento da realização do sonho de gerar trabalho emancipado aos jovens nessa primeira tentativa concreta desencadeada a partir do CPA Padre Bello.

4.2.3 A EBULIÇÃO DE NOVOS TEMPOS

A recente história do país, após a experiência de governos de inclinação popular no âmbito federal, aponta a possibilidade de mudanças nas relações sociais, no cuidado com o meio ambiente e no incentivo de novas formas de relacionar trabalho e economia.

Conforme o Sr. Flariston (2012), temos uma revolução em processo de gestação:

No âmbito do governo federal foram criadas recentemente algumas Leis que impactam diretamente na formação de uma nova maneira de organizar a sociedade: a Lei nº 12.305/2010 (Lei dos resíduos sólidos⁵⁹), criada no Governo Lula e a Lei 12690/12 (Lei do Cooperativismo de Trabalho) sancionada pela Presidente Dilma Rousseff. Acrescento ainda a isso que o ano de 2012 foi declarado pela UNESCO como o “Ano Internacional do Cooperativismo”.

Debruçando-se um pouco sobre essas afirmações pode-se, de forma breve, abordar esses acontecimentos.

⁵⁹ A Lei 12.305/2010 define como resíduos sólidos: Material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em copos d'água, ou exijam para isso soluções técnicas ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível.

A principal contribuição que a Lei dos resíduos sólidos traz para o grupo das pessoas em situação de exclusão do mercado formal de trabalho é a decisão de que os resíduos sólidos serão processados por cooperativas ou associações de catadores de material reciclável. De acordo com o advogado Daniel Francisco Menezes:

A Lei de Resíduos Sólidos, em seu Artigo 8º, cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), tendo como um dos princípios o incentivo à criação de cooperativas (inciso IV) e associações de catadores. [...] Ela estabelece no Artigo 19, inciso XI, que as cooperativas de reciclagem a que alude à lei são aquelas compostas por pessoas de baixa renda. (MENEZES, 2012, p. 63, in Boletim IPEA 510).

Esta Lei pode ser considerada um importante estímulo à organização de catadores e catadoras de materiais, possibilitando que estes eliminem do cenário a figura dos atravessadores e busquem por meio das cooperativas e associações o alcance de benefícios que antes estariam impossibilitados de alcançar. Entretanto, Menezes ainda chama a atenção de que somente a existência da Lei não é de todo a solução para esses trabalhadores:

Ocorre que não basta o direcionamento de resíduos para cooperativas para que se alcancem as finalidades de proteção ao meio ambiente e geração de trabalho e renda. Para o sucesso da Lei de Resíduos Sólidos é necessária a concatenação de dois fatores: *a)* a existência de programas municipais (ou regionais) de destinação dos resíduos sólidos para as cooperativas; e *b)* programas de incubação das cooperativas populares de reciclagem. (Ibid., p. 64).

É cabível elencar além desses outros dois pontos: a questão da formação e educação dos trabalhadores e o investimento de fundos públicos de apoio e incentivos às iniciativas dos trabalhadores em se associar, ponto este que, no teor da Lei não é evidenciado como elemento de política pública de geração de trabalho e renda. A Lei 12690/12 define como cooperativa de trabalho em seu artigo 2º:

A sociedade constituída por trabalhadores para o exercício de suas atividades laborativas ou profissionais com proveito comum, autonomia e autogestão para obterem melhor qualificação, renda, situação socioeconômica e condições gerais de trabalho.

Conforme já mencionado, no Brasil a legislação que versa sobre a questão do cooperativismo foi constituída em um contexto do governo ditatorial controlado por militares no início da década de 1970. A Lei 5764/71 constituída para privilegiar o agronegócio devido à explosão do número de cooperativas como resposta à crise de emprego que se instaurou no final dos anos 1980 ganhou status de obsoleta e até mesmo um entrave às iniciativas dos trabalhadores em se associar de maneira autogestionária.

O fato da Lei do cooperativismo não ter claras definições sobre a associação de pessoas com intuito de gerar trabalho, permitia que muitos empresários mal intencionados criassem cooperativas de trabalho a fim de lograr a Lei trabalhista e de negar direitos aos trabalhadores. Este fato criava ainda outro empecilho, que as cooperativas idôneas eram colocadas no bojo das cooperativas fraudulentas sendo, portanto, discriminadas, perseguidas e inviabilizadas de participar de licitações públicas, requisitar financiamentos, entre outros.

A Lei sancionada pela presidente Dilma pode ser considerada um avanço, pois estabelece bem as bases da forma associativa dos trabalhadores, concede-lhes benefícios e desestimula a criação de cooperativas fraudulentas, ou ao menos dificulta sua proliferação ao instrumentalizar o poder judiciário com melhores ferramentas para sua atuação.

A esse conjunto de fatos soma-se a deliberação da Assembleia Geral das Nações Unidas que proclamou 2012 como o Ano Internacional do cooperativismo, “como reconhecimento do papel fundamental das Cooperativas na promoção do desenvolvimento socioeconômico de centenas de milhões de pessoas em todo o mundo”.⁶⁰

⁶⁰Disponível em: www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/ano_internacional_das_cooperativas.pdf. Acesso em: 30 abr. 2011.

Todo esse arsenal de eventos foi acompanhado atentamente pelos educadores, alunos e técnicos do CPA Padre Bello e, concomitante a esses avanços e, mediante uma autoavaliação crítica sobre os pontos nevrálgicos vivenciados pela primeira experiência, a Instituição se lançou revigorada à empreitada da concretização de sua utopia. Uma utopia de igualdade social a partir dos jovens do seu entorno.

4.2.4 PROJETO ÁGATHON AMBIENTAL

A nova roupagem da Cooperjovem, empreendimento idealizado por jovens e educadores é denominada Ágathon Ambiental, um projeto que visa trabalhar com resíduos tecnológicos de informática como matéria-prima, gerando trabalho e renda aos envolvidos.

Assim, Flariston (2012) diz que, no processo de retomada e gestação da Ágathon foram cruciais o levantamento de pontos de conflito vivenciados pela Cooperjovem. A elucidação desses pontos norteia agora o caminho que vem sendo trilhado.

A Ágathon Ambiental está sendo formada na forma de cooperativa mista. Estão inseridas pessoas como profissionais que atuam como educadores no CPA, ex-alunos, alunos, e pais em situação de desemprego. Este formato permite que os pais envolvidos entendam o processo, sejam também reeducados nos valores do cooperativismo, seguindo junto de seus filhos o passo a passo na busca pela concretização deste sonho, não mais como críticos cobradores, mas como parceiros deles e dos educadores em um conceito cunhado por Flariston (2012): “pai cooperado - filho cooperado”.

O empreendimento, no segundo semestre de 2012, passa pelas etapas iniciais de operação e projeta a implantação de uma unidade para coleta e processamento dos resíduos no bairro do Ermelino Matarazzo, na Zona Leste da cidade de São Paulo, realiza assembleias mensais para avaliação e gestão do

empreendimento e, sobretudo, lança novas esperanças na vida de jovens e suas famílias. As reuniões são importantes nesse compasso de retomada do Projeto, tendo sido definidos entre outros assuntos a missão e a visão do empreendimento:

Missão: viabilizar soluções de excelência financeira e social para o lixo tecnológico (principalmente de informática), apoiando financeiramente o desenvolvimento institucional do CPA Pe Bello;
Visão: ser um empreendimento necessário ao processo de preservação ambiental, produzindo riqueza para a sociedade enquanto referência de excelência em gerenciamento de resíduos tecnológicos de informática.

O CPA Padre Belo e a Ágathon Ambiental sinalizam aprofundar seu campo de atuação no sentido de realizarem suas missões. Adiante será feita uma mostra de dados colhidos entre os participantes dessas iniciativas com o intuito de apontar sinais de avanço e desafios para uma proposta do teor e magnitude como essa.

“É porque eu amo o mundo que luto para que a justiça social venha antes da caridade”.
Paulo Freire

CAPÍTULO 5: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS PROPOSTAS DE ATUAÇÃO JUNTO AOS JOVENS

Quando da proposta de refletir sobre a educação de jovens sob os pilares da emancipação humana e para o trabalho coletivo não subordinado e solidário, tínhamos como hipótese a ideia de que atuar com os jovens através de práticas diferentes daquelas que atendem ao interesse do mercado capitalista é de fato uma estratégia para a edificação de uma sociedade menos desigual.

Um movimento em prol da Economia Solidária é arquitetado no país conforme visto de diferentes maneiras e lugares. Dados apresentados anteriormente com informações da SENAES, comprovam a amplitude e as possibilidades do movimento. O debate é aquecido. Grupos de reflexão e grupos de formação ocupam espaços de educação de adultos, de Instituições que abraçam a causa, propiciando assim que se afirme cada vez mais que “outro mundo é possível”.

Entretanto, e retomando a ideia inicial que permeou o desenho do presente trabalho, vê-se que é o investimento no grupo dos jovens que essa possibilidade pode se tornar ainda mais factível.

A hipótese lançada de que “A formação de jovens para o mundo do trabalho sob a perspectiva e princípios da Economia Solidária pode resultar em melhores condições de acesso destes ao mundo do trabalho, de forma emancipada e com maior resistência propositiva ao trabalho subordinado, assegurando sua promoção humana e inserção social, principalmente se acoplada a alternativas coletivas de geração de trabalho e renda, acompanhada por políticas públicas adequadas”, faz emergir a necessidade de confrontar as duas experiências expostas no capítulo anterior.

É evidente que não se pretende fazer julgamento de valor sobre qual das duas experiências é melhor, haja vista que em seus contextos ambas aparecem

como de fundamental importância na vida dos muitos jovens que por elas são assistidos.

Mirando para uma sociedade menos injusta, ambas as Instituições apontadas realizam um importante trabalho no sentido de acolhimento dos jovens em situação de risco social e pessoal. Pode se afirmar que, de fato, as duas Entidades possuem em comum a intenção de atingir o público jovem em situação de vulnerabilidade oferecendo a estes ferramentas para potencialização de suas oportunidades.

Cada uma das Instituições, em seu território de atuação, se destaca como referência em seus Projetos e Programas sendo considerados de fato órgãos de utilidade pública reconhecidos. O acolhimento dos jovens em ambos os projetos cumprem sua tarefa de viabilizar proteção social ocupando os horários de contraturno escolar, oferecendo atividades esportivas, culturais, lúdicas e interferindo na autoestima e valorização das relações que estabelecem na convivência diária com seus pares.

Mesmo com esse cabedal de situações positivas que ocorrem de forma comum nos dois Projetos, o impacto destes na inserção dos jovens no mundo do trabalho é peculiar. O enfrentamento das situações de desemprego é encarado ainda como desafio para as duas Instituições, que se propõem a encontrar soluções ao problema.

5.1 PESQUISA COM JOVENS

No sentido de averiguar os limites e probabilidades do trabalho desenvolvido pelas duas Instituições, foi realizada uma pesquisa com alguns jovens atendidos partindo do pressuposto de que os jovens em questão, sendo sujeitos dos objetivos das Entidades, são aqueles que melhor podem apontar os eventuais limites como também podem indicar, a partir de suas experiências, as possibilidades que as ações de formação recebidas por meio delas representam em suas vidas.

Com o objetivo estabelecido de analisar a relevância do processo de formação de jovens para o trabalho nos princípios da Economia Solidária como elemento norteador para a construção de uma sociedade de iguais, debruicei-me em busca dos elementos que pudessem favorecer o alcance desse propósito. Nesse sentido e analisando diversas orientações sobre ferramentas metodológicas de trabalho, o tipo de pesquisa que mais apontava para o alcance deste objetivo foi o da pesquisa qualitativa, cujo enfoque: *“instiga um enfoque social crítico e uma abordagem participativa no próprio fazer da pesquisa”* (GUTBERLET e NACIB 2010, p 218).

As motivações norteadoras, que impulsionaram eu a busca por respostas acerca da relevância dos processos de formação de jovens nos princípios da economia solidaria, revelam grande interesse nas questões da mudança de paradigmas sobre a formação de jovens baseadas ~~que apontam para~~ no trabalho coletivo e autogerido em contraposição a uma forma de educação que privilegia o individualismo e subordinação.

Com essa visão e interesse considerou-se neste trabalho a pesquisa qualitativa como fundamental no processo de investigação, haja vista que esta modalidade *“privilegia a análise de micro processos, os estudos das ações sociais individuais e grupais e realiza um exame intensivo dos dados coletados por diversos métodos específicos”*. (GUTBERLET e NACIB 2010, p 219) e, seguindo nossas aspirações, se volta à compreensão dos sujeitos e dos contextos que podem promover esta mudança nos paradigmas frente ao mundo do trabalho.

O projeto de pesquisa idealizado para a sistematização dessa análise guiou-se pela hipótese de que, a formação de jovens para o mundo do trabalho, sob a perspectiva e os princípios da Economia Solidária, pode resultar em melhores condições de acesso destes ao mercado trabalhista de forma emancipada e com maior resistência propositiva ao trabalho subordinado, assegurando sua promoção humana e inserção social.

Assim sendo, partimos do ~~de um~~ princípio de que o grande desafio apontar rumos às práticas educativas que possam favorecer a reflexão sobre as formas de organização dos trabalhadores em torno de empreendimentos pelos quais se pratique a solidariedade e o trabalho coletivo, em detrimento à forma subordinada e exploradora do trabalho pelo capital.

Conforme descrito nos capítulos anteriores, a situação do jovem em situação de desigualdade tende a fechar um ciclo intergeracional de vulnerabilidade econômica que promove situações de risco pessoal e social. Ações pontuais com intuito de romper esse ciclo são tomadas em diversas partes do Brasil como podemos exemplificar na descrição das Instituições eleitas para a concretização da pesquisa proposta.

No contato com os jovens, entendemos a pesquisa como uma prática educativa que, a partir de suas vivências, viabiliza uma reflexão sobre os Programas e Projetos que foram inseridos. O Propósito da pesquisa nesse sentido ganha também importância como instrumento de avaliação pelos jovens, e também pelas Instituições, sobre a efetividade da construção do saber, do preparo e inserção no mundo do trabalho, e conseqüentemente sobre a gradual elevação da qualidade de vida dos jovens e suas famílias. Isto reforça a opção feita por métodos qualitativos de pesquisa, uma vez que:

uma abordagem participativa oferece espaço e oportunidade para adequar a pesquisa às necessidades dos pesquisadores. Há necessidade de um pensar reflexivo para que os jovens se descubram como pesquisadores, colocando-se como sujeitos ativos na investigação científica. Nesse contexto, é fundamental criar um ambiente que favoreça atitudes colaborativas e solidárias, um espaço onde as pessoas possam apoiar-se, ajudar-se e aprender de forma interativa no decorrer das atividades (GUTBERLET e NACIB, 2010, p.218).

Quanto às técnicas duas estratégias basicamente foram consideradas importantes para a consecução da pesquisa: a entrevista e o trabalho com grupo

focal. Ambos os procedimentos que se definem abaixo, serão descritos e detalhados nos subtítulos que seguem.

“A entrevista é definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997 p 86 Apud BONI e QUARESMA, 2005, p. 72).

Se optou pelas entrevistas com questionários semi-estruturados com um grupo de jovens egressos do Centro de Ofícios Semente e Vida, pelo fato de, os encontros terem ocorridos de forma não coletiva com outros jovens. Buscou-se assim uniformizar as questões investigadas pela adoção dos questionários.

O grupo Focal é uma técnica de coleta de dados cujo objetivo principal é estimular os participantes a discutir sobre um assunto de interesse comum, ela se apresenta como um debate aberto sobre um tema. Os participantes são escolhidos a partir de um determinado grupo cujas idéias e opiniões são do interesse da pesquisa. (BONI E QUARESMA, 2005, p. 73).

Se optou pelo grupo focal com os jovens do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello pela possibilidade de realizar encontro de grupo com os jovens participantes da pesquisa.

A análise dos dados retoma objetivo e hipótese do presente trabalho buscando qualificar os resultados das entrevistas como elementos componentes da validação da ideia de que, uma sociedade pode ser construída quando, na diversidade social se garanta a igualdade de direitos, de oportunidades e de promoção da qualidade de vida.

5.1.1 DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA UTILIZADA

Como ponto de partida para a realização desta pesquisa foi planejado um roteiro de discussão, em vista de algumas observações preliminarmente realizadas tanto no grupo de Cotia (Centro de Ofícios Semente e Vida) como no grupo de São Mateus (Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello). Definiu-se a realização de entrevistas individuais, no caso de Cotia, e a técnica do grupo focal no caso de São Mateus.

Para ambos os casos foram utilizou-se como instrumento à realização de entrevistas e questionários semiestruturados (cujos roteiros estão reproduzidos no apêndice deste trabalho) previamente elaborados e aplicados a dois grupos de 12 pessoas de cada Instituição, representando jovens egressos dos cursos de formação que ainda mantém algum tipo de relação com mesmas.

Foram elaborados dois tipos de questionários para entrevistas, considerando cada uma das instituições e a variável da existência ou não do tema “Economia Solidária” em suas grades de atividades.

No caso dos jovens do Centro de Ofícios Semente e Vida, a opção por realização de entrevistas individuais se deu pelo fato de os jovens entrevistados já se encontrarem desligados da Instituição, o que poderia comprometer a realização de encontro para aplicação da técnica do grupo focal. No caso do grupo do Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello, a realização do grupo focal foi possibilitada pelo fato de que os jovens entrevistados encontram-se ligados à Instituição, sendo, portanto, possível o encontro enquanto grupo.

5.1.2 PROCEDIMENTOS PARA A PESQUISA COM OS JOVENS DO CENTRO DE OFÍCIOS SEMENTE E VIDA

O conjunto dos jovens foi formado a partir da indicação e auxílio dos profissionais das Entidades em questão, num processo de colaboração e reciprocidade. O procedimento para indicação dos jovens de Cotia foi definido em

uma reunião de equipe da Instituição, onde constava como um dos pontos de pauta a proposta de realização da pesquisa.

Os profissionais usaram como critério uma consulta às listas de alunos dos últimos 5 anos (2007-2012) apontando nomes de jovens que se tinha informações sobre a vida pós-Projeto e alguns que não se tinham informações, até mesmo como uma forma de *feedback* à Instituição sobre o destino desses. Aos jovens participantes foi garantido o resguardo do caráter confidencial das informações coletadas e a imparcialidade no tratamento dos dados.

As entrevistas realizadas com ex-alunos do Centro de Ofícios Semente e Vida ocorreram no mês de setembro de 2012, quando foram feitas visitas domiciliares previamente agendadas com jovens escolhidos de forma aleatória no conjunto de jovens matriculados nos últimos 5 anos. Não fez parte das entrevistas o grupo de jovens que compõem os estagiários e aprendizes citados anteriormente.

O Centro de Ofícios Semente e Vida têm como prática a realização de visitas domiciliares anuais aos seus alunos do ano corrente. As visitas são realizadas geralmente no segundo semestre e tem como objetivo manter um contato mais próximo com as famílias dos jovens participantes. É uma prática requerida pelos Conselhos de Direitos⁶¹ Municipal da Assistência Social e dos Direitos da Criança e Adolescente, vinculada à política de Assistência Social, como ação estabelecida como critério para a celebração de convênios públicos com instituições sociais.

As residências visitadas em Cotia se localizam basicamente em dois bairros limítrofes do município, considerados bairros populares. As moradias são simples, em geral com algumas poucas exceções. As famílias já esperavam pela visita, haja

⁶¹ Os Conselhos de Direitos ou Conselhos de Políticas Públicas ou Conselhos Gestores de Política Públicas Setoriais, são órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos, com a incumbência de Formulação, Supervisão e Avaliação das Políticas Públicas. São grupos de pessoas com poder decisório. Os Conselhos são criados por Lei, com âmbito Federal, Estadual e Municipal. É através dos Conselhos que a Comunidade (através de seus representantes) participa da gestão pública. Os Conselhos de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso, são compostos por iguais membros da sociedade civil e por membros do poder público (por isso são chamados de paritários, têm o mesmo número de conselheiros).

vista que foi previamente agendada. Alguns pais demonstraram ver com bons olhos a visita recebida e a expectativa pelo ingresso dos filhos no mundo do trabalho, bem como o ingresso destes em alguma faculdade.

5.1.3 PROCEDIMENTOS PARA A PESQUISA COM OS JOVENS DO CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE PE BELLO

No mês de julho de 2012 foi realizado o primeiro contato com a Instituição Centro de Profissionalização do Adolescente Pe. Bello, localizada no Bairro São Mateus, em São Paulo. Após esse primeiro contato, e a partir de uma entrevista realizada com o coordenador do Projeto Ágathon Ambiental, foi elaborado o questionário roteiro para a aplicação da técnica do grupo focal.

Com o auxílio do coordenador do Projeto, foram indicados 12 jovens atendidos pela Instituição, inseridos no processo de formação da Ágathon Ambiental. Os questionários foram encaminhados por e-mail uma semana antes da reunião agendada para a coleta dos dados.

A reunião ocorreu no mês de setembro de 2012, em um domingo pela manhã, nas dependências da Instituição e teve duração de duas horas, haja vista que essa já é uma prática do Projeto que utiliza esse espaço para realização de “assembleias” para discussão e tomada de decisões.

Participaram do encontro, além do entrevistador, o coordenador do Projeto e uma observadora (que acompanhou o entrevistador como visitante à Instituição). Ao entrevistador coube incentivar a participação dos jovens informando-lhes os objetivos da pesquisa e a importância da colaboração de todos os participantes, buscando evitar a polarização das falas por um dos membros, não fazendo, entretanto, ponderações nem comentários sobre a discussão. Interferência esta também evitada pela observadora e pelo coordenador do Projeto Ágathon Ambiental.

Os jovens presentes ao encontro participaram de forma ativa nos debates e, em comum acordo solicitou que as informações, fruto do debate, fossem agrupadas em uma única folha refletindo a reflexão de todo o grupo, para isso indicaram como relator o jovem Carlos para essa função. Os dados obtidos foram registrados então observando essa solicitação.

Posteriormente à realização do encontro, os dados colhidos por ocasião dos dois procedimentos tomados foram digitados e incorporados a um documento único para análise dos resultados. Na análise dos dados procurou-se verificar as convergências e divergências entre as duas propostas de formação junto aos jovens. A seguir será realizada exposição das informações produzidas e dos dados obtidos, posteriormente apresentar-se-á a análise dos mesmos.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS NO CENTRO DE OFÍCIOS SEMENTE E VIDA

Com relação à ocupação, dos 12 jovens entrevistados 93% nunca trabalhou antes de cursarem as atividades no Projeto Sócio-profissionalizante do Centro de Ofícios Semente e Vida. Na ocasião das entrevistas, 71% estavam exercendo alguma atividade laboral enquanto 29% encontrava-se desocupada. Sobre a relação que os jovens ocupados estabelecem com o trabalho que exercem, metade possui vínculo com carteira assinada e metade está informalmente trabalhando. Dos jovens em atividades, somente 10% atuam em uma área relacionada com a atividade cursada no Centro de Ofícios Semente e Vida, conforme ilustração da figura 42.

Figura 42: Características de Ocupação dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria.

Entre os jovens desempregados estão aqueles que aguardam contato após entrevista, jovem recebendo seguro desemprego e rapazes aguardando o término do período militar. Apenas uma jovem atua em área relacionada com a atividade cursada no Centro de Ofícios Semente e Vida, mas todos afirmaram estar satisfeitos com o trabalho que realizam.

Conforme a figura 43, a maior parte dos jovens que está trabalhando se concentra no setor de serviços (40%) e comércio (27%) e uma pequena parcela (6%) atua em escritório. Há um grupo de jovens sem trabalho (27%), mas em busca de uma colocação.

Figura 43: Setores de Ocupação dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria.

A tabela 7 ilustra as informações coletadas a respeito das atividades desenvolvidas pelos jovens entrevistados apresentando a função que exercem e a relação que estabelecem com o trabalho.

Tabela 7: Funções desempenhadas pelos jovens ocupados - Centro de Ofícios Semente e Vida

Funções desempenhadas pelos jovens ocupados			
Trabalhadores formais		Trabalhadores informais	
Atendente de lanchonete	1	Ajudante de pedreiro - autônomo	1
Auxiliar administrativa	1	Auxiliar de funilaria - autônomo	1
Balconista	2	Bico - perua de lotação	1
Empacotador em supermercados	1	Bico - segurança	1
Estoquista em loja de roupas	1	Montador de moveis - autônomo	2

Elaboração Própria.

A figura 44 evidencia que a maior parte dos jovens possui uma carga horária superior a 44 horas semanais. A metade deles trabalha fora do município onde reside, o que indica haver restrito número de ofertas de trabalho na cidade para este público. Metade dos jovens que trabalha considera que sua remuneração está abaixo do que julgam ser uma média aceitável para o tipo de trabalho que exercem.

Figura 44: Dados da Ocupação dos jovens Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria.

No campo 'escolaridade' há uma tendência de predominância para o alcance do ensino médio pelos jovens, 33% deles já concluíram essa etapa e 34% estão prestes a concluí-la. 13% abandonaram a escola por conta da carga horária e distância do trabalho, 7% cursaram colegial técnico e 13% ingressaram no ensino superior (figura 45).

Com relação à formação para o trabalho, a grande maioria dos jovens (80%) não buscaram outros programas nem cursos de formação em outras instituições (nem públicas, nem privadas). Apenas 7% buscou algo relacionado ao curso concluído no Centro de Ofícios Semente e Vida e 13% buscou algum curso complementar de formação ao trabalho (figura 45).

Figura 45: Dados de formação dos jovens Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria.

No levantamento de informações com o grupo de jovens entrevistados houve certo equilíbrio nos dados de formação escolar dos pais (figura 46).

Não houve predominância de um ponto de informação sobre outro. Entre os pais há um pequeno grupo (7%) que concluiu o ensino médio, os demais se concentram no ensino fundamental 1 e 2, com níveis percentuais semelhantes. Entre

as mães os níveis de escolaridade se apresentam superiores às dos pais, mas também bastante equilibrados. Os índices maiores são de mulheres com ensino fundamental completo (20%), o mesmo percentual das que concluíram o ensino médio.

Figura 46: Dados de escolaridade dos pais dos jovens - Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria.

A tabela 8 refere-se à situação ocupacional dos pais, apresentando o ofício que exercem e número de desempregados no universo das famílias dos jovens entrevistados.

Tabela 8: Funções e ocupação dos pais dos jovens ocupados - Centro de Oficinas Semente e Vida

Ocupação: pais e mães dos jovens entrevistados			
Ocupação do pai		Ocupação da mãe	
caminhoneiro	1	revendedora	1
pintor	1	do lar	2
motorista	1	auxiliar de limpeza	1
pedreiro	2	auxiliar adm	1
porteiro	1	diarista	2
operador de máquinas	1	cozinheira	1
funileiro de autos	2	controladora de acesso	2
aposentado	1	auxiliar de vendas	1
desempregado	2	desempregada	1

Elaboração Própria.

Os dados demonstram que, em comparação com os pais, houve elevação nos níveis de escolaridade dos jovens. Esse é um fator importante e que mereceria comemorações. Entretanto, essa elevação na escolaridade ainda não se traduziu em elevação da qualidade de vida no que se refere o acesso ao mundo do trabalho em condições melhores que a dos pais.

A afirmação acima se refere aos dados sobre a situação de trabalho dos jovens pesquisados, informações que indicam que metade deles está na informalidade e os que estão de alguma maneira trabalhando formalmente desempenham funções pouco promissoras e com carga horária de trabalho elevada. É um quadro que pouco contribui para mudanças pilares rumo a uma sociedade de iguais, ideal esse que poderá ter sua concretização amplificada por melhores condições de educação básica aliada a uma formação baseada na cultura da autogestão e solidariedade.

Os dados coletados, conforme indica a figura 47 logo abaixo, indicam haver por parte dos jovens certa satisfação com o trabalho realizado pela instituição onde foram acolhidos, bem como avaliam de forma positiva a infraestrutura, os

profissionais envolvidos e, a metodologia de trabalho, seja das atividades práticas ou teóricas.

Figura 47: Avaliação Geral da Instituição pelos jovens do Centro de Ofícios Semente e Vida

Elaboração Própria.

Durante as entrevistas o que fica evidente nas palavras dos jovens é que um dos principais motivos que os fazem avaliar de forma positiva o trabalho da Instituição é a comparação que fazem com as escolas onde estudam. Segundo os relatos, o tratamento recebido pela Instituição ajudou a sentirem-se valorizados e motivados em sua autoestima, reconhecendo assim que a participação no Projeto atendeu em sua maioria as expectativas prévias dos jovens.

As atividades desenvolvidas, principalmente as atividades práticas, são em geral mais prazerosas do que as atividades escolares porque as realizam em ambientes abertos, em contato com a natureza onde a sensação de liberdade é presente. O fato de verem de forma concreta os resultados de sua produção nas oficinas também é avaliado pelos jovens como um ponto positivo de sua participação nas atividades do Projeto.

Com relação à inserção no mundo do trabalho, 1/3 dos jovens afirma ter recebido da Instituição algum tipo de auxílio nesse sentido. O auxílio que se referem

trata-se da indicação sobre processos seletivos, ou por meio de orientação ou treinamento de como se comportar para entrevistas, quando existia alguma marcada para participarem. Mesmo com essa fração de jovens que afirmaram ter recebido auxílio da Instituição, nenhum deles, no momento da entrevista, atuava nos locais onde foram indicados pela Instituição.

5.3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS COLETADOS NO CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE PE BELLO

As figuras 48 e 49 apresentam o cenário da composição familiar, dados de escolarização e informações sobre inserção laboral dos jovens do CPA Pe. Bello e seus pais. Os jovens pesquisados estão na faixa etária entre os 16 e 21 anos de idade, o número de pessoas do sexo masculino é ligeiramente superior ao de pessoas do sexo feminino. Pouco mais da metade das famílias tem composição entre 4 e 6 pessoas, indicando que para os dias atuais são famílias consideradas numerosas.

Figura 48: Gênero e composição familiar dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Entre os pesquisados apenas uma família tem origem na cidade de São Paulo, demonstrando que de forma predominante as famílias dos jovens migraram de seus estados de origem em busca de melhores condições de vida.

Figura 49: Origem das famílias dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Os gráficos das figuras 50 e 51 a seguir apresentam informações quanto aos índices de desocupação dos participantes e a média de tempo que se encontram fora do mercado de trabalho.

O número de pessoas na situação de trabalho informal apresenta-se ligeiramente superior ao número de pessoas que trabalham na formalidade. Tal situação representa que boa parte dos membros dessas famílias está excluída também dos direitos trabalhistas, assegurados somente aos trabalhadores do mercado formal de trabalho.

A parcela mais significativa dos desocupados se encontra num tempo médio entre um e dois anos, buscando uma colocação no mercado sem sucesso. Muitos são os fatores que contribuem para essa realidade: falta de formação escolar e profissionalização e idade considerada inadequada para os contratantes.

Figura 50: Situação ocupacional - membros das famílias dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Figura 51: Dificuldades para encontrar trabalho - famílias dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Os dados de escolaridade dos pais, expostos por meio da figura 52, apresentam um quadro onde de forma tímida as mulheres, mães de famílias, tiveram frequência escolar superior quando comparadas aos homens.

Figura 52: Escolaridade dos pais dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Em comparação com os dados de escolaridade dos pais dos alunos do Centro de Ofícios Semente e Vida, percebemos uma leve vantagem, em termos de escolaridade, sobre os pais dos jovens da região de São Mateus. Quanto ao tipo de trabalho realizado pelos pais, percebemos também que no grupo de Cotia há pais em ocupações consideradas de melhor remuneração (operador de máquinas, funileiro, entre os pais, e auxiliar administrativo entre as mães) revelando que é possível que os jovens de Cotia possuam uma situação de vida que, embora com dificuldades e privações, melhores que a dos jovens de São Mateus.

Esses fatores poderão ser de interferência importante na relação que os jovens têm com estudo e trabalho, do ponto de vista que seus pais possuem sobre esses dois elementos: formação e trabalho.

Os dados de escolaridade dos jovens (figura 53) em muito superam a de seus pais. Entre os jovens pesquisados já se encontra quem estuda em uma faculdade e, cerca de 1/3 deles estão se preparando para o ingresso no ensino superior.

Figura 53: Escolaridade dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Quando a referência é o tipo de ocupação pelos pais dos jovens, as figuras 54 e 55 indicam que, em sua grande maioria, ocupam posições onde a qualificação profissional não é um fator determinante de sua situação. Indicam também a ausência de formação específica para o trabalho, para a maioria dos pais dos jovens pesquisados.

Figura 54: Escolaridade dos pais dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração própria.

Figura 55: Formação para o trabalho dos pais dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

A figura 56 se refere aos motivos que trazem as pessoas à Instituição. Cerca de 1/3 delas chegam com um só intuito: conseguir emprego. Surgiram como motivos ainda a falta de condições para pagar um curso profissionalizante, a intenção de fazer novas amizades e a influência de pais e colegas. O fato de que no grupo pesquisado se encontrarem jovens que frequentam a Instituição há mais de três anos se explica principalmente por serem estes os que conseguiram algum tipo de inserção por influência da Instituição. Entre estes estão os envolvidos no Projeto Ágathon Ambiental.

Figura 56: Inserção dos jovens no Projeto CPA

Elaboração Própria.

As figuras 57 e 58 apresentam o quadro de ocupação dos jovens e suas respectivas faixas de renda mensal familiar.

Figura 57: Situação ocupacional dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Figura 58: Renda familiar dos jovens da Ágathon Ambiental

Elaboração Própria.

Para o levantamento de informações a respeito do trabalho de formação em Economia Solidária, foi feita uma proposta aos jovens que, em grupo respondessem algumas questões as quais estão abaixo transcritas.

Essa metodologia foi desenvolvida em uma das reuniões ordinárias do grupo e propiciou ao próprio grupo um debate sobre a efetividade da experiência de formação e organização da iniciativa que estão envolvidos.

O grupo é composto por um jovem que dedica tempo integral à Ágathon Ambiental, três educadores sociais que dividem seu tempo entre o trabalho no CPA, quatro ex-alunos que se dedicam de forma voluntária aos fins de semana e outros dois funcionários do CPA que foram ex-alunos do CPA. Outros dois jovens que responderam ao questionário aplicado estão em outro Projeto da Instituição, o Programa Jovem Aprendiz, e estiveram por um período como estagiários envolvidos com a Ágathon Ambiental.

1- Aqui na região quais são as perspectivas de trabalho para os jovens?

Avaliamos que são poucas as oportunidades para inserção no mercado formal de trabalho. As oportunidades quando surgem são distantes de nosso local de moradia e mesmo para conseguir uma vaga exigem uma qualificação mais específica do que a que temos. A maioria dos nossos amigos trabalham como balconistas ou operadores de telemarketing e um grupo ligado ao CPA (cerca de 30 jovens) estão nas empresas como aprendizes.

2- Aqui na região quais são as perspectivas de formação profissionalizante para os jovens?

Pouca oportunidade de formação profissionalizante. O CPA é importante em nossa região por ser uma das poucas opções gratuitas e com qualidade e que tem um histórico respeitado pelos diversos setores aqui da região. Alguns jovens que conseguem vaga não concluem o programa, pois precisam trabalhar para ajudar nas despesas de casa.

3- Buscar formação além da Escola regular melhora as condições de vida? Por quê?

Pois o jovem tem a oportunidade de ter novos conhecimento e aprender a trabalhar em equipe etc. O que hoje é muito difícil e o principal, ficar longe das drogas.

4- O que o grupo entende por Economia Solidária?

A Economia Solidária é a valorização do ser humano, ou seja, luta pela igualdade entre os seus membros. Criando oportunidade de trabalho e renda, superando dificuldades condições de vida digna para seus membros e valorização da população inserida no local.

5- Como vocês foram inseridos no mundo da Economia Solidária?

Entramos no CPA para aprender uma profissão e conseguir trabalho. No decorrer dos cursos tivemos algumas palestras sobre o tema e um desafio de pensarmos como poderíamos criar oportunidades de trabalho dentro de nosso próprio bairro. Os professores do CPA sempre incentivaram aos jovens a refletirem sobre o trabalho cooperado e em muitas ocasiões provocaram debates entre nós para que pensássemos em soluções. Através de tudo isso foi amadurecendo a ideia de reciclar computadores, que sempre chegavam de doação, e vendê-los na própria comunidade onde moramos.

6- Quais são as iniciativas de Economia Solidária você conhece na sua região?

Existem algumas iniciativas ligadas à área ambiental com catadores de matéria reciclável e a Ágathon Ambiental que é uma reformulação de uma iniciativa iniciada pelo CPA em 2006. Nesta nossa nova fase envolvemos também alguns pais que se encontram desempregados. Eles vêm para nos auxiliar quando recebemos remessas de doações.

7- Na visão do grupo, em que medida as iniciativas de Economia Solidária que contribuem para o desenvolvimento local?

Uma oportunidade para jovens e adultos que buscam uma alternativa que luta por igualdade e dignidade. Permanecendo em nossa região, almejamos que o Projeto Ágathon Ambiental possa atrair os jovens que se encontram desocupados e incentive também aos adultos a apoiarem os filhos neste trabalho porque sabemos que os frutos do Projeto virão somente em médio prazo. Esse fator é o que, em muitas ocasiões, atrapalha a permanência dos jovens na cooperativa pelo fato de que a necessidade da renda ser mais importante para muitos do que a aposta no alcance de sucesso do empreendimento.

8- O que o grupo considera serem os pontos positivos do Projeto e os pontos a serem superados?

Consideramos que como ponto positivo seja o fato da geração de trabalho. Embora apenas um jovem do grupo dedicar tempo integral e receber em média um salário mínimo por isso acreditaram que com o passar do tempo, a necessidade de ampliação irá contemplar outros jovens, e isso faz parte de nossos debates e plano de negócio. Como principal desafio está o entendimento das famílias sobre a Economia Solidária, já que para muitos o que é valorizado é o trabalho com carteira assinada. Temos isso em conta e em nossas reuniões debatemos estratégias de formação com as famílias para que essa visão seja aos poucos modificada.

5.4 ANÁLISE SOBRE OS DADOS COLETADOS

As considerações sobre os resultados da pesquisa dão-se no sentido de tratar os conjuntos dos dados supracitados a fim de diagnosticar que a formação de jovens nos princípios da Economia Solidária, conforme alegado em muitas ocasiões neste trabalho, é um desafio a ser enfrentado como uma alternativa viável para o enfrentamento da questão do desemprego.

A partir do quadro apresentado, podemos ratificar a ideia de que, de fato, carecemos de programas formativos e informativos sobre a Economia Solidária e seus princípios. Uma sociedade mais igualitária pode, a partir de jovens formados nesses princípios, constituir empreendimentos solidários não como um “grito de socorro”, mas como ideal construído a partir de programas formativos que os consideram atores dotados de um potencial transformador que pode e deve ser estimulado.

Apesar de que, no plano formal os planos de ensino e políticas de formação para o trabalho afirmarem que todos têm chances iguais de acesso à informação e inserção no mundo do trabalho o que se observa é que ainda há um coletivo de pessoas que não estão plenamente contempladas por essas afirmações.

Jovens em situação de vulnerabilidade econômica e social tendem a enfrentar muitos obstáculos quando pretendem alcançar seu primeiro emprego e em geral, enquanto isso não ocorre gastam seu tempo em ocupações precarizadas, muitas vezes destituídos de seus direitos de cidadania.

De acordo com a ordem das respostas, observa-se que ambos os grupos de entrevistados possuem características comuns no que se refere a situação socioeconômica de suas famílias. Os jovens, olhando a história de seus pais, querem renunciar a caminhada trilhada por estes. Valorizam as possibilidades de escolarização e de formação profissional para que não repitam essa trajetória, embora em muitas ocasiões a necessidade pela colaboração com a renda familiar os impeça de integralmente se dedicarem a isto. Desse modo, os jovens das duas instituições têm em comum o anseio por promoção social por meio do trabalho.

Implicitamente, pode-se perceber que no grupo de São Mateus, a necessidade de superar as dificuldades de sobrevivência (que num primeiro momento parece maior do que as dos jovens de Cotia), pode ser o fator que propicia a abertura destes às possibilidades que o empreendimento solidário os abre.

O grupo de Cotia, o qual a abordagem do tema Economia Solidária não é tratado, percebe-se que há uma dificuldade ainda maior de inserção no mercado de trabalho. Desempenham funções em geral de auxiliares e metade dos entrevistados sem carteira assinada.

No grupo de São Mateus, embora a situação diagnosticada pela pesquisa não seja muito diferente de Cotia, os relatos do Coordenador Sr. Flarinston (2012) dão conta de que a primeira experiência de cooperativismo com os jovens teve como principal motivo para o insucesso o fato de estes serem cooptados pelas empresas tomadoras de serviço devido ao fato de se mostrarem preparados tecnicamente para o desempenho de funções dentro das organizações.

Isto revela um dado interessante, a experiência vivenciada pelos jovens de São Mateus, mesmo com o insucesso da cooperativa, foi um laboratório importante na superação do obstáculo imposto pela falta de experiência tão exigida pelas organizações.

Sendo assim, podemos interpretar que o contato com o universo da Economia Solidária pode não só ser uma opção coletiva de enfrentamento à situação de desemprego como também contribui para que, os jovens que, com ela se relacionam, tenham uma postura profissional e pessoal que os aproxima das exigências apregoadas pelo mercado formal de trabalho.

Com relação às famílias dos jovens, o entrave é cultural no que se refere às apostas por uma opção de vida e trabalho destoantes da expectativa de inserção laboral com carteira assinada. A Economia Solidária, quando abordada, é olhada com desconfiança pelo fato de contrapor aos valores intrínsecos na sociedade baseada nos princípios capitalistas de competição e valorização do ter em detrimento do ser.

Essa desconfiança aos poucos se desmantela quando as iniciativas coletivas indicam reais possibilidades de se enfrentar a questão do desemprego. Os jovens envolvidos no Projeto Ágathon Ambiental tem demonstrado serem perseverantes

quanto ao sucesso do empreendimento que simboliza o sucesso pessoal de cada um deles.

Percebe-se, portanto, a importância de se investir na formação de outros jovens nos princípios da Economia Solidária por parte de gestores públicos que tem em suas mãos não só a possibilidade de incentivar de forma ideológica como também a possibilidade de disponibilização de recursos, espaços e isenções aos grupos que intencionam fazer dos empreendimentos solidários a porta de entrada para a construção gradativa de uma sociedade onde o sentimento de cidadania prevaleça sobre o sentimento de exclusão desta.

O dado apresentado, de certa maneira elucida o fato de os jovens olharem com tanta importância o alcance do mercado de trabalho. Suas famílias que, em geral, passam por dificuldades financeiras os tocam com o sentimento de que é preciso ajudar no sustento da casa.

As considerações e questionamentos que se desenvolveram ao longo do trabalho, partindo da análise das respostas, vêm ao encontro das indagações motivadoras da pesquisa, no sentido de que a proposta de educação nos princípios e valores da Economia Solidária, é de que, falta ainda consolidar a ponte entre metas de longo prazo que atendam as prioridades dos jovens e suas famílias com o ideal de se construir uma sociedade menos excludente.

Uma reflexão que norteou desde o princípio a ideia de que é importante abordar a Economia Solidária com os jovens, é que nos espaços e fóruns onde se discute a Economia Solidária como forma de organização da sociedade, os debates estão muito avançados sobre temas como a questão de crédito, produção e comercialização, políticas de incentivo fiscal e marco legal, entre outros.

O tema da educação e formação sob os princípios norteadores da Economia Solidária é tido como pilar na construção de uma sociedade menos desigual, e aparece sempre como tentativa de se desconstruir preconceitos, vícios de um processo de educação para o modo capitalista de se relacionar com o trabalho. É

precisamente por ser pilar dessa construção que uma aposta nos jovens como sujeitos do processo de mudança cultural e social se faz urgente e necessária.

A formação de jovens nos princípios da Economia Solidária, no entanto, não deve pretender impor a estes uma forma de se organizarem, mas pode ser de forma deliberada uma opção. A igualdade a que tanto se apregoa pode não ser a de oportunidades, mas a de escolhas, o que só é possível quando experimentada, degustada e de fato ser vivenciada em uma sociedade de iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PERCURSO DE UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA: AINDA É PRECISO CAMINHAR

Tendo como referência o precedente Projeto de Pesquisa, versando a questão da formação de jovens sob a ótica para uma possível sociedade de iguais, consideramos que o presente trabalho não esgota o tema, abrindo, a nosso ver, uma gama de questões para o surgimento de novos trabalhos, abordando vertentes pouco exploradas sobre o assunto.

Entendemos que este trabalho pode contribuir de forma peculiar para uma reflexão crítica acerca dos processos educativos de formação de jovens realizadas por instituições de educação não formal que se propõem a intervir no campo da inclusão da juventude no mundo do trabalho.

A intenção de interferir no campo da formação humana e laboral com vistas à integração dos jovens no mundo do trabalho é essencial para que o quadro de desigualdade social possa, de forma paulatina, ser modificada concomitante a estratégias de crescimento econômico com sustentabilidade social e ambiental, geração de trabalho e ampliação de renda dos jovens e suas famílias. Os jovens compõem parcela significativa da população e podem contribuir de forma concreta para a constituição de uma sociedade de iguais.

De forma geral, consideramos que o trabalho desencadeado pode contribuir para que essa reflexão crítica insira o tema da Economia Solidária como parte das grades de atividades dos programas formativos com jovens, tanto como alternativa de inclusão produtiva quanto também como uma alternativa de opção por estes, haja vista que não se pretende a construção de uma sociedade de iguais por imposição, mas com adesão livre pelas pessoas que dela fizerem parte.

Retomando os objetivos desse trabalho, nos propusemos de forma geral analisar a relevância do processo de formação de jovens para o trabalho nos princípios da Economia Solidária e de maneira específica estudar aspectos relacionados à juventude em situação de vulnerabilidade social e econômica,

especialmente aqueles que se relacionam à educação e trabalho e seus desdobramentos.

A hipótese averiguada nesta pesquisa partiu de um princípio norteado pela ideia de que a formação de jovens para o mundo do trabalho sob a perspectiva e princípios da Economia Solidária pode resultar em melhores condições de acesso destes ao mundo do trabalho de forma emancipada e com maior resistência propositiva ao trabalho subordinado, assegurando sua promoção humana e inserção social, principalmente se acoplada a alternativas coletivas de geração de trabalho e renda, acompanhada por políticas públicas adequadas.

O trajeto percorrido durante o estudo proposto pôde apoiar a ideia norteadora inicial e, além disso, auferiu indagações e indícios sobre outros aspectos relacionados ao tema, que de forma prévia não haviam sido vislumbrados no exercício de reflexão e construção do Projeto de Pesquisa.

Muito se tem falado nos últimos anos sobre a necessidade de se reorganizar a sociedade de forma que não haja mais exploradores nem explorados. Muitos pensadores e educadores vêm defendendo a ideia de que uma sociedade nova será possível a partir do momento em que os excluídos se unirem e promoverem ações de modificação nas bases da organização social.

Nessa perspectiva de mudanças almejadas, o presente trabalho arriscou se posicionar como questionador do predominante arquétipo de educação para o trabalho realizado sob a égide do capitalismo, apontando para um modelo baseado nos princípios de coletividade, autogestão e solidariedade na educação.

No Brasil, a formação básica do estudante, seja ela a formação oficial, a técnica, a profissionalizante e mesmo a oferecida pelas diversas ONGs e Institutos, é realizada de forma a preparar o educando para o “mercado formal de trabalho”, sendo este aqui considerado como as situações de trabalho que no Brasil se rege pela CLT. Temos por isso arraigada uma cultura que preza o trabalho assalariado e subordinado como valoroso e aspirado pelos trabalhadores.

Nesse contexto, aqui se entende como entrave a dificuldade cultural do trabalhador brasileiro de perceber como viáveis outras formas de se relacionar com o trabalho que não seja a assalariada. É dado, portanto, à educação um valor crucial no sentido de formar as pessoas numa cultura para o trabalho coletivo, autogestionário e solidário.

Tendo como referencial importante na história à experiência de sucesso de Mondragón, buscamos a partir da exitosa experiência uma inspiração que justificasse o fato de inferir às práticas educativas como determinantes de mudança cultural basilar para a construção de outra forma social de se relacionar com o trabalho. A educação dos jovens, delineada com princípios de solidariedade e autogestão, pressupõe que a real necessidade de mudança de cultura por parte dos trabalhadores, e por extensão de toda a sociedade passa, de acordo com Gadotti, por uma mudança anterior nos conceitos e práticas educativas:

É precisamente porque a Economia Solidária (nas palavras de Paul Singer, 2005) é um ato pedagógico que temos a necessidade de construir uma pedagogia da Economia Solidária. (GADOTTI, 2009, p. 36).

Nesse universo entendemos que são os jovens, assim como ocorreu em Mondragón, potenciais receptores de ideais cooperativos e agentes das mudanças que julgamos necessárias para um outro mundo, desde que sejam sujeitos de uma educação laboral que desmistifique o trabalho assalariado como única maneira de se construir a vida.

É muito possível que estratégias de educação de adultos também consigam esse intento. Embora não tocamos nesse ponto, há inúmeras experiências vinculadas a programas de educação de jovens e adultos (EJA), que vislumbram a abordagem do tema Economia Solidária em seus currículos.

Essas pessoas já vivenciaram circunstâncias diversas em sua relação com o mercado de trabalho, já experimentaram situações de exclusão social pelo desemprego, trazem consigo histórias de desalento e esperança. Carregam as

heranças de uma cultura ainda adversa à cultura autogestionária, sendo esse um dos desafios enfrentados no interior dos empreendimentos, mesmo porque ao longo de suas vidas tais práticas não lhes foram ensinadas.

A educação, que é essencial para o avanço da Economia Solidária, só pode ser aquela que começa por negar que os papéis de educador e de educando sejam desempenhados sempre pelas mesmas pessoas. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” dizia Paulo Freire (p. 49). O que permite concluir que se esta pedagogia fosse aplicada nas escolas em todos os níveis de ensino, do jardim da infância à pós-graduação universitária, teríamos uma nova geração muito mais propensa a se engajar numa Economia Solidária, como modo de vida congruente com a sua vivência escolar. Este ainda é um sonho de poucos, mas que tendem a se multiplicar. (SINGER apud GADOTTI, 2009, p. 15-16).

Compreendemos que, se os jovens são encarados pelo sistema capitalista como potencial consumidor de sua cultura e produtos, podem também ser adeptos de uma forma de organização social que privilegie a igualdade e a inclusão social de seus pares.

Uma pedagogia da Economia Solidária que possibilita a imprescindível mudança cultural por uma sociedade mais igualitária poderá se constituir como expressão da educação popular citada neste trabalho. A educação popular, que privilegia a história das pessoas, resgatando seus valores e suas experiências, pode se constituir como princípio e fim na constituição dos pilares da educação e práticas de autogestão. No pensamento de Gadotti, “A educação para a autogestão deve acontecer não no plano intelectual, mas pelo exemplo (...) as práticas de Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer”. (GADOTTI, 2009, p. 33).

A escola serve como base para o desenvolvimento do ser humano, sendo responsável pela formação do mesmo, relacionado ao tipo de cidadão que deseja criar. Portanto, é a educação que tem a função de estabelecer as mudanças que

necessitam ser realizadas na sociedade, podendo ser planejadas, analisadas e apresentadas através de ações inclusivas.

Educar os jovens em valores que se contrapõe aos valores apregoados pelo modo capitalista de organização social não é uma tarefa fácil, haja vista que as pessoas nascem e vivem num contexto de concorrência e individualismo. Entretanto, mesmo que tarefa difícil pode ser a chave para uma transformação efetiva nas relações sociais de produção e usufruto de seus resultados.

A educação participativa oportuniza novas possibilidades na melhoria de vida e sobrevivência e novas formas de convivência, sobretudo se privilegiar a população jovem uma vez que uma mudança cultural considerada necessária pode encontrar terreno fértil para aí se radicar.

Os desafios que se lançam quando a constituição de uma sociedade de iguais é estabelecida como meta passa por mudanças na própria concepção de educação de jovens. Educar pelo exemplo é a melhor forma de ensinar e aprender, sendo coerente com a realidade dos jovens e da comunidade. A pedagogia da juventude deve privilegiar esses seres como dotados de capacidades e potencialidades, e junto deles desenhar ações pedagógicas de construção de novas posturas para uma nova sociedade.

O estreitamento da relação de jovens que ainda buscam inserção no mundo do trabalho com pessoas adultas que já se encontram excluídas deste, sinaliza uma possibilidade concreta de mudança de paradigmas. As ideias, atitudes, maneiras de pensar e de agir, frutos desse entrelaçamento, influem diretamente no comportamento dos indivíduos, interagindo entre as pessoas que fazem parte do mesmo ambiente e que se encontram, mesmo que de forma diferentes em situações semelhantes de vulnerabilidade social.

A educação para a autogestão e solidariedade exige investimento nos esforços para a formação do ser solidário, homens e mulheres responsáveis, participativos, gerando a transmissão de ideias, dos valores e dos princípios,

estreitando vínculos com sua comunidade e seu meio ambiente. Papel este que cabe às políticas públicas de geração de trabalho e renda e que ainda carecem de mais atenção por parte de gestores públicos e de setores da sociedade que se preocupam com a questão dos altos índices de informalidade e exclusão pelo trabalho.

O papel social da educação de jovens atua de maneira a combater as desigualdades existentes na sociedade, evitando que façam parte da população marginalizada e defendam a fidelidade do aluno à escola, realizando atividades capazes de despertar o interesse dos jovens em continuar seus estudos para que possa ser possível adquirir melhor qualidade de vida, tanto profissional quanto pessoal.

A partir do quadro teórico apresentado, podemos afirmar que a Economia Solidária é uma alternativa viável para o enfrentamento da questão do desemprego. O contexto do resultado dessa pesquisa nos dá a ideia de que de fato carecemos de programas formativos e informativos sobre a Economia Solidária, sobretudo à população jovem, como estratégia de estabelecer a Economia Solidária como ideal de sociedade por outro mundo possível.

Fora possível constatar que, embora haja esforços e investimentos em aparatos financeiros e estruturais nos projetos sociais desenvolvidos pelas Instituições observadas, na fase inicial, concomitantemente houve um interesse imediato dos jovens na demanda ao primeiro emprego em curto prazo. Estes, assim como suas famílias almejam encaminhamento e inclusão no mercado formal de trabalho, o que é demonstrado naturalmente pela clara preocupação dos jovens de assumirem precocemente a responsabilidade de contribuir de forma concreta na superação das dificuldades financeiras dos seus familiares.

A evidente ânsia dos jovens em se inserir no mundo do trabalho, por vezes, torna-se um limite na ação e no trabalho formativo desenvolvido pelas instituições definindo em certos momentos com o comprometimento vulnerável dos jovens em

movimento pendular, demonstrado pelos índices de frequência e evasão no decorrer dos cursos oferecidos.

Por isso, nos interessa que a educação popular possa ser privilegiada como via concreta por uma pedagogia da juventude, ou seja, o desenvolvimento de processos educativos que contemplem o jovem como sujeito, considerando suas potencialidades e limites próprios dessa etapa da vida.

Torna-se necessário uma pedagogia que estabeleça como fundamento ações educativas que os tragam ao centro do processo educativo conscientes de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhes permitam situar-se no mundo, com atitudes de respeito a si mesmos, a pessoas de outras culturas e numa relação harmoniosa com o meio ambiente. Na perspectiva do protagonismo juvenil, a pedagogia da juventude deve tomá-los como parceiros na definição de ações que possam potencializar o que já trazem de experiências de vida.

Diante de uma realidade que insiste em desumanizá-los, de marginalizá-los, é importante uma formação para o trabalho que possibilite ampliar as suas potencialidades e a descoberta de um projeto de vida no qual se coloquem como sujeitos de direitos. Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de se adaptar a um mundo em mudança.

Ajudar a transformar a interdependência real em solidariedade desejada corresponde a uma das tarefas essenciais da educação. Deve, para isso, preparar cada indivíduo para se compreender a si mesmo e ao outro, através de um melhor conhecimento do mundo.

Nesse sentido, uma pedagogia da juventude correlaciona teoria e prática mediante a participação e a relação entre os jovens e seus educadores em ações dinâmicas fundamentadas na própria construção do processo educativo de forma

crítica e criativa, considerando a realidade de vida do jovem tornando possível o resgate da dignidade da pessoa e a elevação de sua autoestima.

A proposta assumida pelo grupo Ágathon Ambiental, de incluir no processo de formação do empreendimento cooperativo a reunião dos jovens com os adultos e, sobretudo com seus pais, pode ecoar como uma prática pedagógica concreta daquilo que disse Gadotti a respeito de como se constrói autogestão: pelo exemplo.

Esse procedimento gradativamente proporciona aos jovens a partir das vivências de grupo, da reflexão e da participação nas atividades socioeducativas e produtivas, o resgate e afirmação de seus valores, a construção de seu Projeto de Vida, caminhando para sua emancipação e se colocando no mundo como protagonista da sociedade, atuando em sua comunidade local.

Ainda há muito que se refletir e descobrir sobre caminhos retos para uma sociedade de iguais. Nessa busca por trilhas e atalhos, a educação alcança patamares de importância fundamental. Cabe se colocar em patamar semelhante o desencadeamento de políticas públicas de apoio e incentivo às iniciativas que surgem nesse sentido.

Acredito ser possível a transformação social por meio da Economia Solidária. Para que isso ocorra serão necessárias inúmeras mudanças a partir das legislações que permitirão seu estabelecimento como política pública de geração de trabalho e renda.

A Legislação e o acesso aos fundos públicos de apoio e fomento de novas iniciativas carecem de revisões e flexibilização para que a incubação das experiências possa ocorrer de forma tranquila assegurando aos partícipes que alcançarão suas metas. Aqui também ganha destaque a experiência de Mondragón, estabeleceu como princípio o apoio técnico, educacional e financeiro de suas ramificações.

É sabido que a Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho, vem trabalhando nesse sentido sendo, portanto, uma questão de mobilização social para a sensibilização dos parlamentares com objetivo de aprovação de Leis de incentivo, regulação e fomento dos empreendimentos solidários.

O presente e tímido trabalho pode trazer a convicção da necessidade de se investir em programas de formação sob uma perspectiva para a Economia Solidária e a necessidade de se rever práticas educativas para a formação cultural dos jovens sobre preceitos e ideais por uma sociedade de fato igualitária. Trouxe, sobretudo, a firme esperança de que ao longo do tempo, a partir dos jovens, se reverterá o quadro de exclusão social que a cada dia destrói pessoas, famílias e mesmo a própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMO. Helena Wendel. BRANCO. Pedro Paulo Martoni. Org. *Retratos da juventude brasileira*. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2005.

AZURMENDI Otaegui, Joxé. *El hombre cooperativo*: pensamiento de Arizmendiarieta. Astaza (Otalora), 1992.

BATISTA, Leme Eraldo. *Transformações no Mundo do Trabalho e o debate*: Trabalho e Educação. In: ALVES, Giovanni. et al. Trabalho e Educação: contradições do capitalismo global. Editora: Práxis, 2006.

_____. *A panacéia das Competências*: uma problematização preliminar. In: ALVES, Giovanni. et al. Trabalho e Educação: contradições do capitalismo global. Editora: Práxis, 2006.

BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do Cooperativismo* – 2a Edição. Instituto de Cooperativismo e Associativismo. São Paulo. 1997

Boletim Ipea 51. *Mercado de trabalho*: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego- (mai. 2012) - Brasília: IPEA: MTE, 2012.

_____. “*conjuntura em foco*” IPEA. Nº 16. Setembro de 2011.

_____. “*mercado de trabalho conjuntura e análise*” IPEA. Nº 28. Setembro de 2005.

_____. Julho de 2011. Seade – *Dieese, MTE/FAT e convênios regionais*.

BONI. Valdete. QUARESMA. Sílvia Jurema. *Aprendendo a entrevistar*: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, Vol. 2, nº 1 (3), janeiro-julho/2005, disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acesso em: fev. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. BOLETIM 17 “Educação e o mundo do trabalho” TV escola. Salto para o futuro. Setembro de 2005.

_____. *Uma estratégia inovadora de crescimento com equidade/Escritório da Organização Internacional do Trabalho*. Instituto Internacional de Estudos do Trabalho. – Genebra: OIT, 2011. Disponível em: <http://www.oit.org.br/node/387>. Acesso em: 29 jul. 2012.

_____. LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. *Da Política Nacional dos Resíduos Sólidos*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012. *Das Cooperativas de Trabalho*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/L12690.htm. Acesso em: 30 jul. 2012.

_____. CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005. *Conselho Nacional da Juventude*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11129.htm. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943. *Consolidação das Leis Trabalhistas*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. LEI Nº 5.764, de 16 DE DEZEMBRO DE 1971. *Lei Nacional do Cooperativismo*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. Ministério do Trabalho. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE. SENAES, 2006. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: 22 mar. 2013.

_____. Ministério do Trabalho. Boletim Informativo - Número 11 - Brasília, janeiro 2010. Disponível em: http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/Acontece_SENAES_11_ed.pdf. Acesso em: 22 mar. 2013.

BRESCHIGLIARI, Juliana. *Trabalho e Juventude*: Entrevista com Maria Carla Corrochano. Caderno de psicologia social do trabalho. v.8, São Paulo, dez. 2005.

BUARQUE, Cristovam. A dívida que o Brasil ainda precisa pagar. *Caderno especial do Jornal do Senado*. Edição Nº 2.761/163 de 10 – 16 de março de 2008. Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/080310_encarte.pdf. Acesso em: 10 mar. 2010.

CASTEL, Robert. *A nova questão social*. In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro. Vozes, 1998.

CARVALHO, Mariana Costa. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. MG. Universidade de Juiz de Fora, 2012.

CATANI, Afranio Mendes. *O que é capitalismo*. São Paulo. Brasiliense, 2011.

CNBB. *Campanha da Fraternidade 2000*: Dignidade Humana e Paz. Texto Base. Edições CNBB. 1999.

_____. *Campanha da Fraternidade 2010*: Economia e Vida. Texto Base. Edições CNBB, 2009.

_____. *Campanha da Fraternidade 2013*: Fraternidade e Juventude. Texto Base. Edições CNBB, 2012.

CORROCHANO, Maria Carla. FERREIRA, Maria Inês Caetano. FREITAS, Maria Virginia e SOUZA, Raquel. *Jovens e trabalho no Brasil*: desigualdades e desafios para as políticas públicas. São Paulo. Ação Educativa, Instituto ibi., 2008.

COSTANZI, Rogério Nagamine. *Trabalho decente e juventude no Brasil*. [Brasília]: Organização Internacional do Trabalho, 2009.

CRUZ, Antonio; CARDOSO, Alessandra. *A astúcia dos ferreiros contra a força do dragão – as lições do Mondragón para a Economia Solidária do Cone Sul*. Campinas: arquivo eletrônico, 2002. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/nesic/astuciadosferreiroscontra.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

CULTI, Maria Nezilda. KOYAMA, Mitti Ayako e TRINDADE, Marcelo. *Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários*. São Paulo. Todos os Bichos. 2010.

CUNHA. Gabriela Cavalcanti. *A construção da rede de políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: Notas da pesquisa*. In Édi |Benin... [ET AL] org. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo. Outras Expressões, 2012.

_____. In: *Economia Solidária: caderno pedagógico educadoras e educadores /* Coordenação: Armênio Bello Schmidt, Sara de Oliveira Silva Lima, Wanessa Zavarese Sechim. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.

DELORS, Jaques (org.). *Educação. Um tesouro a descobrir*. Brasília, MEC/UNESCO 2ª ed. São Paulo. Cortez, 1998.

DIEESE. *A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000.*/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2012.

FARIAS. Cleiton Sampaio. Resenha: *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. SANTOS, Milton. 2000. Revista de Geografia, Vol. 27, No 1. Recife. 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/280/217>. Acesso em: 04 abr. 2012.

FERREIRA. Helder. FONTOURA. Natália de Oliveira. AQUINO Luseni e CAMPOS. André. *Juventude e políticas de segurança pública no Brasil*. In Juventude e políticas sociais no Brasil. organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho de Andrade. Brasília: IPEA, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. 1999. *Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional*. Boletim Técnico do Senac, v.25, n.2, março/ agosto.

_____. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

_____. *Educação e formação humana. Ajuste neoconservador e alternativa democrática*. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 31-93.

_____. *Os Delírios da Razão: Crise do Capital e Metamorfose Conceitual no Campo educacional*. In: GENTILI, Pablo. A Pedagogia da Exclusão. Petrópolis: Vozes. 1997.

_____. *A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro*. In PICANÇO. Iracy e TIRIBA. Lia (org). Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SPG. Idéias e Letras 2004.

GADOTTI, Moacir. *Economia Solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. *Pedagogia da práxis*. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar*. São Paulo. Publischer, 2007.

GOERCK. Caroline. *Precursores do cooperativismo*. 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste. PR. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco26.pdf> Acesso em: set. 2012.

GUTBERLET, Jutta. NACIB Pontuschka, Nídia. Pesquisa qualitativa sobre consumo: experiências interdisciplinares. Olhar de Professor. 2010. Disponível em em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68420656001>> ISSN 1518-5648. Acesso em julho de 2013.

HARDMAN, F.F.; LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HUGON, Paul. *História das Doutrinas Econômicas*. 14. ed. SP. Atlas, 1980. In GOERCK. Caroline. Precusores do Cooperativismo, 2005. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco26.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

IPEA. PNAD 2007. *Primeiras análises*. Comunicado nº 12. Ipea. 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=658&Itemid=93. Acesso em: 10 fev.2012.

_____. *Política social e desenvolvimento – a juventude em foco*. Políticas Sociais acompanhamento e análise, 15 mar. 2008. Disponível em https://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/02_politicasocialdesenvolvimento15.pdf. Acesso em: 10 fev.2012.

JESUS, Tiago Schneider; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. *Economia Solidária e ecossociodesenvolvimento*: a construção de uma nova percepção de sustentabilidade. Outra Economia - Volumen III - Nº 5 - 2º semestre/ 2009 - ISSN 1851-4715 Disponível em: www.riless.org/otraeconomia. Acesso em: 30 set. 2012.

JUVENCIO. Fernanda de C. ANDRADE. Geraldo. PANZUTTI. Ralph. *Cooperativismo ao alcance de todos*. São Paulo, Ocesp, 2000.

KRUPPA, Sonia M. Portella. *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: INEP, 2005. 104 p.: il. BBE.

MARITAIN, J. Humanismo Integral. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1945. Referência disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=RzEgMJP6fc4C&pg=PA10&lpg=PA10&dq=Fernand+Aubier+humanismo+integral&source=bl&ots=kdHsnV6LzU&sig=zfSi7GrJoocZilQLv->

Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SPG. Idéias e Letras 2004.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm . Acesso em: maio de 2013.

PEIXOTO FILHO, José Pereira. *Educação Popular e Produção Associada*. In PICANÇO. Iracy e TIRIBA. Lia (org). *Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida, SPG. Idéias e Letras 2004.

PINHO, Diva Benevides. *Economia e Cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977. In GOERCK. Caroline. *Precursos do Cooperativismo*, 2005. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco26.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

PIRES Maria Luiza Lins e Silva; SILVA. Emanuel Sampaio... Org. [et al]. *Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro* /Recife: Bagaço, 2004.

PIRES, J. Manuel & DA COSTA. I. Del Nero. *O capital escravista-mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação*. Estud. av. vol.14 nº.38. São Paulo Jan./Apr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n38/v14n38a06.pdf>. Acesso em: maio de 2012.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo. 2001.

_____. *A batalha pelo primeiro emprego*. São Paulo, Publisher, 2007.

_____. *Inserção Ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo, ABET, 1998.

_____. *O flagelo dos jovens trabalhadores*. Folha de S. Paulo, Caderno 2. 22/02/98, p. 2.

PRAXEDES, Sandra Faé. *Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias*. In: Édi Benin... [ET AL] org. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo. Outras Expressões, 2012.

RAMOS, Alyson Thiago Almeida. *Mulheres na economia solidária: uma alternativa de Inclusão ao mercado de trabalho*. Disponível: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/ANAISXII/GT5/25%20-%20Alyson%20Thiago%20Almeida%20Ramos.pdf>. Acesso: março de 2013.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro. Garamond, 2008. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=VnVyEl6jt2YC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 30 set. 2012.

_____. *Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania*. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/exclusaopobreza/artigo06.htm> acessado em 13/09/2011. Acesso em: 15 set. 2012.

SANTOS, João Celso. ROCHA, Eliza Emília Rezende Bernardo. RODRIGUES, Rosângela Mazzia Inocência. *Seminário: As cooperativas diante do desafio de manterem-se fiéis aos seus princípios fundamentais*. 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/364.pdf>. Acesso em: 30 set. 2012.

SCHIOCHET, Walmor. *Políticas Públicas*. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: CES, 2009.

SEN, Amartya Kumar. *O desenvolvimento como liberdade*. SÃO PAULO, Companhia das Letras 2000.

SIGOLO, Vanessa Moreira. MASCARENHAS, Thais Silva. *A democratização da economia e da política: definições, articulações e agendas*. In: Édi Benin... [et al] org. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo. Outras Expressões, 2012.

SILVA, Enid Rocha Andrade. ANDRADE, Carla Coelho. A *política nacional de juventude: avanços e dificuldades*. In CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria, ANDRADE, Carla Coelho (org). Juventude e políticas sociais no Brasil – Brasília: IPEA, 2009.

SILVEIRA, Andrea Fernanda... [et al.]. *Caderno de psicologia e políticas públicas*. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. Disponível em: <http://www.crppr.org.br/download/161.pdf> acesso abril de 2012. Acesso em: 20 set. 2012.

SINGER, P. *Economia Solidária*. In: CATTANI, A.D. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editora, 2003.

_____. *A Formação da Classe Operária*. São Paulo: Atual, 1982.

_____. *Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas*. São Paulo. Contexto 2ª ed., 1998.

_____. *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *A América Latina na crise mundial*. Estudos Avançados 23 (66), 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n66/a08v2366.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2012.

SPINDEL, Cheywa. *Crianças e adolescentes no mercado de trabalho*. São Paulo. Brasiliense, 1989.

_____. *O menor trabalhador e a reprodução da pobreza*. OIT nº 05. Brasília, 1984.

TIRIBA, Lia. FISCHER, Maria Clara Bueno. *Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate*. Cad. psicol. soc. trab. vol.14, nº.1. São Paulo, 2011.

TIRIBA, Lia. *Ciência econômica e saber popular: reivindicar o popular na economia e na educação*. In PICANÇO. Iracy e TIRIBA, Lia (org). Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. Aparecida, SPG. Idéias e Letras, 2004.

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí-RS. Unijuí, 2005.

TRAGTENBERG, M. *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo, 1986. Editora Moderna.

UNESCO. *Políticas Públicas De/Para/Com Juventudes*, Brasília, julho de 2004.

APÊNDICES

“ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS EM COTIA-SP”

Prezado (a) Jovem. O presente questionário é parte integrante de um trabalho de pesquisa que ora é desenvolvido sobre o tema da formação para o trabalho na perspectiva de uma economia solidária e pretende apurar sua visão sobre o trabalho de Formação e Educação de Jovens. Sua contribuição é de muito valor e estima.

1. Atualmente você está:

- a() Trabalhando
- b() Trabalhando e estudando
- c() Apenas estudando
- d() Não está trabalhando e nem estudando.

2. Você trabalha em alguma área relacionada aos cursos oferecidos no Projeto?

- a() Sim, totalmente.
- b() Sim, parcialmente
- c() Não
- d() Não sabe

3. Qual a sua satisfação em relação a sua atividade de trabalho na atualidade?

- a() Muito satisfeito
- b() Satisfeito
- c() Indiferente
- d() Insatisfeito
- e() Muito insatisfeito
- f() Não sabe/não opinou

4. Na sua opinião, como está a sua remuneração em relação a média do mercado?

- a() Acima da média do mercado
- b() Na média do mercado
- c() Abaixo da média do mercado
- d() Não sabe/não opinou

5. Qual é a sua carga horária semanal de trabalho?

- a() até 20h
- b() de 20 a 30h
- c() de 30 a 39h
- d() de 40 a 44h
- e() acima de 44h

6. Qual é o seu vínculo com o trabalho?

- a() Empregado com carteira assinada
- b() Empregado sem carteira assinada
- c() Funcionário público concursado
- d() Autônomo/Prestador de serviços
- e() Em contrato temporário
- f() Estagiário
- g() Proprietário de empresa/negócio
- h() Outros

7. Você já trabalhava antes de iniciar o seu Projeto?

- a() Sim
- b() Não

8. Qual a relação entre o seu trabalho atual e a sua formação no Projeto?

- a() Fortemente relacionada com a área profissional do Projeto
- b() Fracamente relacionada com o Projeto anterior
- c() Não tem nenhuma relação com o Projeto anterior
- d() Não sabe /Não Opinou

9. Como é a exigência da sua capacitação profissional na atualidade?

- a() Inferior a recebida no Projeto em que se formou
- b() Compatível com a recebida no Projeto
- c() Superior a recebida no Projeto em que se formou

10. Onde está localizado o seu trabalho atual?

- a() No próprio município onde realizou o Projeto.
- b() Com distância de até 50km de onde realizou o Projeto.

- c() Em município com distância entre 50 e 100km de onde realizou o Projeto.
d() Em município com distância entre 100 e 400km
e() Em município com distância superior a 400km

11. Na sua opinião, como foi o seu aprendizado durante o curso?

- a() Muito alto b() Alto c() Médio
d() Baixo e() Muito baixo

12. Qual o seu grau de satisfação com os cursos que fez no Projeto?

- a() Muito satisfeito b() Satisfeito c() Indiferente
d() Insatisfeito e() Muito insatisfeito

13. Na região em que você vive como estão as ofertas de trabalho?

- a() Há muitas ofertas de emprego ou trabalho
b() Há ofertas de emprego ou trabalho
c() Há poucas ofertas de emprego ou trabalho
d() Praticamente não há ofertas de emprego

14. Na sua opinião, como o mercado remunera os profissionais da sua área de formação?

- a() Melhor que outras áreas tecnológicas
b() Equivalente a outras áreas tecnológicas
c() De forma pior que outras áreas tecnológicas
d() Não sabe/Não opinou

FORMAÇÃO

15. Com relação a escolaridade formal, você concluiu ou está concluindo a formação escolar? Em que grau você se encontra?

- a() Sim b() Não

- a() Ensino fundamental () completo () incompleto () em curso
b() Ensino Médio () completo () incompleto () em curso
c() Ensino Superior () completo () incompleto () em curso
d() Curso Tecnológico () completo () incompleto () em curso

16. Se superior ou tecnológica. Qual a relação entre a área profissional do seu curso superior e o Projeto?

- a() Fortemente relacionada com a área do Projeto
b() Fracamente relacionada
c() Não tem nenhuma relação com área profissional do Projeto
d() Não sabe/Não Opinou

17. Após a conclusão do Projeto, você buscou outros cursos de formação para o trabalho?

- a() Sim b() Não

18. Se Sim. Qual a relação entre a área profissional deste novo curso e o Projeto anterior?

- a() Fortemente relacionada com a área profissional do curso técnico anterior
b() Fracamente relacionada com o curso técnico anterior
c() Não tem nenhuma relação com o curso técnico anterior
d() Não sabe/Não Opinou

20. Qual o nível de escolaridade do seu Pai?

- a() Analfabeto b() Primário incompleto (1ª a 4ª incompleto)
c() Primário completo (4ª série comp.) d() Ginásio inc.(5ª a 8ª incompleto)
e() Ginásio comp.(8ª série completa) f() Médio incompleto (2º grau incompleto)
g() Médio completo h() Superior incompleto
i() Superior completo

21. Qual o nível de escolaridade da sua Mãe?

- a) Analfabeto b) Primário incompleto (1ª a 4ª Incompleto)
- c) Primário completo (4ª série completa) d) Ginásio incompleto (5ª a 8ª Incompleto)
- e) Ginásio completo (8ª série completa) f) Médio incompleto (2º grau incompleto)
- g) Médio completo h) Superior incompleto
- i) Superior completo

AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

22. Na sua opinião, como você avalia a INSTITUIÇÃO de modo geral?

- a() Ótima b() Boa c() Regular
d() Ruim e() Péssima f() Não opinou

23. Como você avalia a INFRA-ESTRUTURA geral da instituição?

- a() Ótima b() Boa c() Regular
d() Ruim e() Péssima f() Não opinou

24. Como você avalia o PROJETO que você concluiu ?

- a() Ótimo b() Bom c() Regular
d() Ruim e() Péssimo f() Não opinou

25. Como você avalia os CONHECIMENTOS TEÓRICOS da sua área de formação tecnológica?

- a() Ótima b() Bom c() Regular
d() Ruim e() Péssimo f() Não opinou

26. Como você avalia os CONHECIMENTOS PRÁTICOS da sua área de formação tecnológica?

- a() Ótimo b() Bom c() Regular
d() Ruim e() Péssimo f() Não opinou

27. Como você avalia a QUALIFICAÇÃO DOS SEUS PROFESSORES?

- a() Ótimo b() Bom c() Regular
d() Ruim e() Péssimo f() Não opinou

28. Como foi o seu Projeto em relação a sua EXPECTATIVA?

- a() Superou as expectativas b() Atendeu as expectativas
c() Não atendeu as expectativas d() Não sabe/Não opinou

29. O Projeto auxiliou você na busca por trabalho?

- a() Sim b() Não

Nome (opcional):

Idade:

“ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE INSERÇÃO SOCIAL DE JOVENS EM SP”

Prezado (a) Jovem. O presente questionário é parte integrante de um trabalho de pesquisa que ora é desenvolvido sobre o tema da formação para o trabalho na perspectiva de uma economia solidária e pretende apurar sua visão sobre o trabalho de Formação e Educação de Jovens. Sua contribuição é de muito valor e estima.

Identificação: (Pode ser apenas o primeiro nome, apelido ou pseudônimo, se preferir)

Sexo: () M () F

Idade:

Composição familiar:

Até 3 pessoas () Até 4 pessoas () Até 5 pessoas () Até 6 pessoas () Mais de 6
pessoas () quantas? _____

Local de Origem da família: _____ - ____ Tempo de residência no município:
_____ anos

Quantas pessoas na família trabalham e possuem renda fixa? Formal () Informal ()

Alguém na sua família em condições de trabalhar está sem trabalho? Sim () Não () a quanto
tempo? _____

Se sim, qual o principal motivo e/ou dificuldade que esta pessoa
enfrenta? _____

Qual a renda média familiar mensal?

De 0 a 1 SM () de 1 a 2 SM () de 2 a 3 SM () de 3 a 4 SM () de 4 a 5 SM ()
mais de 5 SM ()

Formação:

Dos pais: Sem Escolaridade () Ens. Fund. Incompleto () Ens. Fund. Completo () Ens. Méd.
Incompleto ()

Ens. Méd. Completo () Ens. Superior ()

Sua: Ens. Fund. Incompleto () Ens. Fund. Completo () Ens. Méd. Incompleto () Ens. Méd.
Completo () Ens. Superior ()

Seus pais tiveram formação Profissionalizante: sim () não ()

Profissão _____ dos _____ Pais: _____

Há quanto tempo você está no Projeto: _____ Qual curso/atividade você
participa? _____

Quais os motivos que trouxeram você a este Projeto?

Antes de vir ao Projeto você já desenvolvia algum tipo de trabalho?

Sim () Não () Parcialmente ()

Se sim, que tipo de atividade você desenvolvia?

Formal () Informal () tipo _____ de _____ trabalho:

O que o jovem entende como “condições de vida”?

Relação com a situação financeira () Vinculação com a situação afetivo-familiar () Condições de habitação () Relação com o Lazer () Relação com a Educação formal () Relação com a educação não formal ()

Aqui na sua cidade e/ou região quais são as perspectivas de trabalho para um jovem na sua idade?

Aqui na sua cidade e/ou região quais são as perspectivas de formação profissionalizante para um jovem _____ na _____ sua _____ idade?

Buscar formação além da Escola regular melhora as condições de vida? Por quê?

Se já participou de Programas de formação para o trabalho, qual foi o impacto disso a sua vida? Cite quais foram os três pontos fortes e os três pontos limites desse processo?

O que você entende por Economia Solidária?

Quais são as iniciativas de Economia Solidária você conhece na sua região?

Na sua visão, em que medida as iniciativas de Economia Solidária que você conhece contribuem para o desenvolvimento local?

Como você avalia o Programa de Formação oferecido pela Organização que você participa no que se refere ao seu futuro no mundo do trabalho?

Essa formação recebida por você propiciou a inserção no mundo do trabalho na área cursada?
Sim () Não ()

Se sim, qual a faixa de renda obtida por você no trabalho que realiza?

De 0 a 1 SM () de 1 a 2 SM () de 2 a 3 SM () de 3 a 4 SM ()
de 4 a 5 SM () mais de 5 SM ()

Cite outras informações que julgar necessárias com relação ao tema

Muito Obrigado